

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**O EFEITO “CHAPÉU DE CLEMENTIS”:
IMAGENS DO SUJEITO IMIGRANTE ITALIANO NA
QUARTA COLÔNIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Viviane Teresinha Biacchi Brust

Santa Maria, RS, Brasil

2013

**O EFEITO “CHAPÉU DE CLEMENTIS”:
IMAGENS DO SUJEITO IMIGRANTE ITALIANO NA QUARTA
COLÔNIA**

Viviane Teresinha Biacchi Brust

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Letras.**

Orientadora: Prof.^a Dr. Verli Petri da Silveira

Santa Maria, RS, Brasil

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Brust, Viviane

O efeito \"chapéu de Clementis\": imagens do sujeito imigrante italiano na Quarta Colônia / Viviane Brust.- 2013.

171 p.; 30cm

Orientadora: Verli Petri da Silveira

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2013

1. Língua 2. Sujeito 3. História 4. Memória 5. Imigração
I. Silveira, Verli Petri da II. Título.

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras

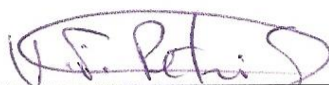
A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

O EFEITO “CHAPÉU DE CLEMENTIS”:
IMAGENS DO SUJEITO IMIGRANTE ITALIANO NA QUARTA
COLÔNIA

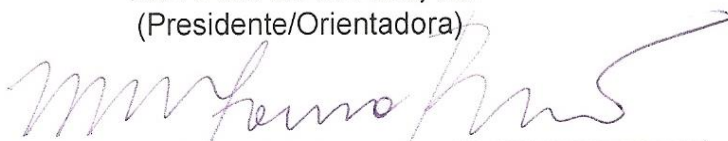
elaborada por
Viviane Teresinha Biacchi Brust

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Letras

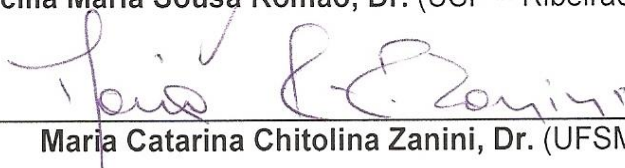
COMISSÃO EXAMINADORA:



Verli Petri da Silveira, Dr.
(Presidente/Orientadora)



Lucília Maria Sousa Romão, Dr. (USP – Ribeirão Preto)



Maria Catarina Chitolina Zanini, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 25 de fevereiro de 2013.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Ana Carolina e ao Rique.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr. Verli Petri da Silveira, minha orientadora, pelo recebimento, pelo acolhimento, pela constante interlocução, pelos ensinamentos, pelo respeito ao tempo, pela discussão teórico-metodológica, pelo conhecimento compartilhado, e, entre outras tantas vivências, pelo dar sentido às palavras de José Saramago: "*Que os homens são anjos nascidos sem asas, é o que há de mais bonito, nascer sem asas e fazê-las crescer*".

A CAPES-MEC, pela bolsa de estudos concedida, a partir do entendimento que professores de educação básica (em trabalho) também podem ser pesquisadores.

À Prof.^a Dr. Amanda Eloina Scherer, por ter sido, desde aqueles anos 1980, nossa – minha e de muitos outros - referência nas Letras da UFSM: de lutas, de caráter, de ética, de profissionalismo.

Aos Professores Drs. Anderson Salvaterra Magalhães, Eliana Rosa Sturza e Graziela Lucci de Ângelo, pelos espaços de aprendizado, de discussões, de construção do pensar na área da Linguística.

Aos colegas da linha de pesquisa *Língua, Sujeito e História* e do Laboratório Corpus – principalmente à Daiane Siveris e Maria Iraci Souza Costa, minhas primeiras leitoras – pelo companheirismo, pelas trocas, pelas convivências, pelo discutido e o a discutir.

Ao Jandir e à Irene, secretários do Programa de Pós-Graduação em Letras, pela disponibilidade e paciência em nos entender e atender.

A todos da Quarta Colônia que, emprestando livros, alcançando fotografias, contando histórias, relatando acontecimentos, dando seus testemunhos ou revivendo/recortando fatos, contribuíram para o pensar e o elaborar deste trabalho.

Aos meus pais Nery e Vivina (*in memoriam*), pela vida que tivemos/temos juntos, pelas palavras todas (muitas e múltiplas, preenchendo todos os espaços), pela música (gaita e voz), pelo respeito às minhas decisões e escolhas, pelos conselhos, entre eles, o *lendário* “aja sempre de acordo com os ditames da tua consciência”...

À Ana Carolina, para quem faltam palavras para dizer do amor e do carinho, mútuo, pela compreensão das presenças ausentes e das ausências marcando presença... pela cumplicidade do olhar e dos gestos, pelo ser essa “pequena camponesa cheia de graça” em todas as coisas que diz e que faz.

Ao Carlos Henrique, Rique, companheiro de já longa jornada, pelo constante diálogo, pelo incentivo, pela ajuda nos enfrentamentos das adversidades e pelo estar junto também nos belos eventos que a vida nos dá; por ter-me (en)cantado ao me apresentar relevantes teóricos da filosofia e da política e, principalmente, Maiakovsky, a partir do que a (nossa) vida nunca mais se distanciou/diferenciou do sonho e da poesia.

*“Merica, Merica, Merica
Cosa sar  la sta Merica”.*
(Angelo Giusti, 1875)

“O sertão é o mundo”.
(Guimarães Rosa)

“  portanto por amor que alguém se torna ‘louco pela língua’: por amor e inicialmente por apego primeiro ao corpo da mãe, quando sua insistência toma a forma de um amor da língua-mãe ou da língua materna”.
(GADET; PÊCHEUX, **Os homens loucos por sua língua**)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

O EFEITO “CHAPÉU DE CLEMENTIS”: IMAGENS DO SUJEITO IMIGRANTE ITALIANO NA QUARTA COLÔNIA

AUTORA: VIVIANE TERESINHA BIACCHI BRUST
ORIENTADORA: VERLI PETRI DA SILVEIRA
Local e Data da Defesa: Santa Maria, 25 de fevereiro de 2013.

O presente estudo, intitulado *O efeito “chapéu de Clementis”: imagens do sujeito imigrante italiano*, tem como objetivo principal pensar a memória da Imigração Italiana na Quarta Colônia por meio de outra materialidade discursiva, a saber, monumentos em homenagem ao imigrante, construídos na região a partir do cinquentenário da sua imigração. Considerando esses discursos, produzidos em determinados momentos sócio-históricos e em condições de produção específicas, visamos a identificar possíveis tomadas de posições desse sujeito que vê, na/pela língua, materialidade simbólica, perpassar a sua questão de pertencer – ou não – a uma nova nação. Partimos da metáfora construída e analisada por Jean-Jacques Courtine em que “o chapéu de Clementis” se refere à memória, a qual pode ser mostrada, mas pode também ser apagada e pode, ainda, retornar. Na permanência ou não de uma memória, estabelecem-se relações de poder, questão ideológica do confronto do simbólico com o político, quando as línguas de ferro, de madeira e de vento também se articulam, funcionando como barreiras invisíveis na relação do sujeito com o Estado. Diante disso, propomos a língua de areia, aquela pela qual a memória da imigração permanece, ainda que fragmentada e dispersa. Através das análises das posições-sujeito caracterizadas em relação com a história e a memória – a que denominados de “chapéu de Clementis” – identificamos: a posição-sujeito utopia, quando esse sujeito é movido pelo sonho da terra prometida, o que se interrompe dadas as condições da imigração; a posição-sujeito clivagem, quando esse sujeito é convocado a abdicar de sua língua e, com/por ela, da sua história; e a posição-sujeito político, posição essa do sujeito que negocia, com o Estado, o seu lugar. Nosso movimento teórico-analítico se ancora na Análise de Discurso de fundação francesa e de continuidade brasileira, a qual tem seu lugar no entremeio

da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise. É com esses fundamentos que nos inserimos nos estudos Linguísticos, na linha de pesquisa “Língua, sujeito e história”, onde se pensa o sujeito, o discurso e a constituição do sentido.

Palavras-chave: Língua. Sujeito. História. Memória. Imigração.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Post-Graduate Program in Languages
Federal University of Santa Maria

THE “CLEMENTIS HAT” EFFECT: IMAGES OF THE ITALIAN IMMIGRANT SUBJECT

AUTHOR: VIVIANE TERESINHA BIACCHI BRUST
ADVISOR: VERLI PETRI DA SILVEIRA
Date and Place of Defense: Santa Maria, February 25, 2013.

The present work, entitled *The “Clementis Hat” Effect: images of the Italian immigrant subject*, has as main objective to consider the memory of the Italian Immigration in the *Quarta Colônia* through another discursive materiality, the monuments in honor to the immigrants, built from the 50th anniversary of their immigration. Considering these discourses, produced in determined socio-historical moments and in specific production conditions, we view identify possible taking of positions of this subject who sees in/through language, symbolic materiality, pass his question of belonging - or not – to a new nation. We part from the metaphor constructed and analyzed by Jean-Jacques Courtine in which “Clementis hat” refers to memory that can be showed, but can also be erased and still return. In the permanency or not of a memory, power relations are established, ideological issues of the conflicts between symbolic and political, when the iron, wooden and wind languages articulate, acting as invisible barriers in the relation of the subject with the State. Therefore, we propose a sand language in which the memory of immigration remains, though fragmented and dispersed. In this way, through the analysis of the characterized subject position in relation to history and memory - which we denominate “Clementis Hat” – we can identify: the utopia subject position when this subject is moved by the dream of the promised land, that is interrupted because of the immigration conditions; the cleavage subject position, when this subject abdicates their mother tongue and with/because of it, also their history; and the political subject position, where the subject negotiates his place with the State. Our theoretical-analytical movement is the anchor in the Discourse Analysis of French foundation and Brazilian continuity, which has its place in linguistics, historical materialism and psychoanalysis. It is with these fundamentals that we insert

ourselves in the linguistic studies, in the line of research “Language, Subject and History”, where the subject, the discourse and the constitution of meaning is thought.

Key words: Language. Subject. History. Memory. Immigration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização dos municípios componentes da Quarta Colônia de Imigração Italiana	90
Figura 2: Pintura de Vitor Meireles, 1861.	155

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Monumento em homenagem ao imigrante italiano no Cinquentenário da Imigração Italiana na Quarta Colônia - Santos Anjos, Município de Faxinal do Soturno – RS.....	19
Foto 2: Monumento com uma cruz, em substituição à imagem do imigrante italiano retirada.....	99
Foto 3: Bebedouro construído em homenagem ao imigrante italiano, no cinquentenário da imigração, anos 20 do século XX. Obs.: Tivemos acesso à reprodução desta fotografia, não mais a original; esta foi a imagem que nos instigou para a pesquisa.....	100
Foto 4: Bebedouro “reconstruído” pelo poder público, na Praça Vicente Palotti de Faxinal do Soturno. Primeira década do século XXI.	101
Foto 5: Monumento em homenagem à imigração, pela comemoração do seu centenário. Final dos anos 70 do século XX.	102
Foto 6: Monumento em homenagem ao imigrante italiano, pela passagem dos 130 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Localizado em Val de Buia, Município de Silveira Martins, “berço” da imigração italiana da Quarta Colônia. Primeira década do séc. XXI.	103
Foto 7: Placa informativa colocada junto ao monumento mencionado anteriormente.	104
Foto 8: Monumento em homenagem ao imigrante italiano. Val de Buia, Município de Silveira Martins, inaugurado em 1977.	105
Foto 9: Monumento construído na RST 287, na “porta de entrada” da Quarta Colônia. Denomina-se Via Crucis o projeto que tem neste o primeiro de seus monumentos.....	106
Foto 10: Estátua de Fernão Dias, em Minas Gerais.....	125
Foto 11: Estátua de Fernão Dias, em Minas Gerais.....	125
Foto 12: O painel e o lugar em que se encontra a fotografia que estamos mencionando (Foto 1), localizado no Museu Municipal de Dona Francisca.....	128
Foto 13: Placa colocada no monumento referido na foto 4, réplica do monumento referido na foto 3.	152
Foto 14: O Chapéu de Clementis em Gottwald.	161

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
------------------	----

Parte I

CAPÍTULO 1 - “O chapéu de Clementis” - para adentrar o território da Análise de Discurso	24
1.1 O próprio da Análise de Discurso	26
1.1.1 Discurso e língua	27
1.1.2 Discurso e sujeito	33
1.1.3 Discurso e ideologia	44
1.1.4 Discurso, história e memória	58

Parte II

CAPÍTULO 2 - “O chapéu de Clementis”, a metáfora: para instituir o corpus e definir a metodologia	70
2.1 Discurso e outras materialidades	71
2.1.1 Sobre fotografia, estátua, monumento e documento: lugares de imagens.....	74
2.2 Discurso e territorialidade	88
2.3 A descrição dos nossos Monumentos	97
2.4 A descrição dos nossos movimentos	107

Parte III

CAPÍTULO 3 - De “O chapéu de Clementis” para a imagem do sujeito imigrante italiano: posições de sujeito imigrante identificadas	112
3.1 O sujeito-utopia	114
3.2 O sujeito-clivagem	131
3.3 O sujeito-político	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS	164

INTRODUÇÃO

Com a realização deste trabalho, talvez queiramos de algum modo nos justificar, o que também pode se dar pelas palavras de Bentinho, já Dom Casmurro¹, quando este diz querer, através da memória materializada em palavra escrita, “atar as duas pontas da vida”. Será esta a fórmula que empregaremos para a construção deste texto introdutório, nem que, para isso, tornemo-nos também personagem de nossa própria ficção. Nosso intuito é “justificar escolhas” resumidas por palavras que, em um primeiro momento, trazem os sentidos do senso comum, e que, depois, em outro momento, passaram a ganhar outros sentidos, em uma tentativa de dar conta de noções fundamentais da linha de pesquisa em que nos inserimos: *Língua, Sujeito e História*. São essas as palavras. Mágicas.

O percurso que trilhamos para aqui chegar pode ser dividido em três momentos. Começarei pela ordem cronológica, em que a criança é o personagem dessa ficção. Lá naquela Macondo² ainda difícil de descrever, um povoado num ponto qualquer da Quarta Colônia, uma menina se encanta com as narrativas de seu avô paterno, dono de um bar e de um moinho de milho, contador de histórias cheias de fantasias, de bravuras e de bravatas, feitas em uma língua enérgica e musical, assim como eram harmoniosas e encantadoras as músicas tocadas em sua gaita-ponto - aprendidas de seu pai imigrante -, músicas essas que cortavam, nas noites de verão, um silêncio atemporal. Deste avô, ainda, apesar de religioso, os embates com o padre da comunidade, que queria ver aquela gaita – ‘semente de pecado’ teria este dito - arder em chamas no forno de barro em que a avó assaria o pão. Se não bastasse, resistente com as pessoas que corrigiam o seu português, como quando dizia “*tera*” ao invés de “*terra*”, refutava altivo ao ser advertido do possível erro: “Mas tu entendeu ou não entendeu?”

Do avô materno, do mesmo lugar, as lembranças de um homem mais recluso, que não contava histórias, mas que escrevia, qual Dora da Central do Brasil³, cartas para aqueles que não sabiam escrever. Possuidor de uma letra bonita, encantava pelos traços, pelo rebuscamento e pela fineza do papel de seda que dobrava como

¹ De **Dom Casmurro**, de Machado de Assis.

² De **Cem anos de solidão**, de Gabriel García Márquez.

³ Filme de 1998, do diretor Walter Salles.

se fosse lenço de tecido. Para a menina também despertavam a curiosidade outras cartas, as que o avô recebia de familiares da Itália e que lia para todos, mas que ela não entendia, pois aquela era a língua que adultos usavam quando queriam falar de coisas que “não era para criança entender”. Das cartas recebidas, hoje só se tem a notícia de que, depois da morte deste avô, todas teriam sido queimadas.

Existem mais personagens. Seus pais. Das sílabas dos seus nomes, um nome, um nome para a filha. Mas não é só isso: a mãe gostava de quadras rimadas e, inúmeras vezes, quando as condições econômicas eram difíceis e sobrava inspiração, era esse o presente que os filhos entregavam ao pai, no seu dia: versinhos que buscavam atender àquele motivo e àquela emoção. Além disso, havia os cantos da igreja, os quais aprendia junto e do que muitas imagens se fixaram, como aquela que fala *das pedras da nossa estrada que viram flores depositadas na mesa de um altar*. E as passagens bíblicas. E os sermões. E havia também os discursos políticos, pois o pai se envolvia em campanhas para cargos eletivos em nível municipal, e eram rascunhos e mais rascunhos até a forma final, não sem as críticas e acréscimos de sua interlocutora e eleitora primeira.

Depois de **Ana Terra**, lido às escondidas aos 12 anos, e **Incidente em Antares**⁴, *palavras misteriosas*, lido com deslumbramento aos 14 (um salto no tempo) - e, pela proximidade das imagens, narrador e personagem tornam-se um só - vejo-me, então, na escolha de um curso superior em um momento em que começava a decair a opção pelas licenciaturas. Querer Letras era muito pouco, diriam alguns. Mas a língua, em seu conceito saussureano, conforme eu entenderia depois, conscientemente passava a me interessar. O próprio curso: encontros, desencontros, aprendizados. Saí da UFSM cheia de ideias político-pedagógicas, feliz e realizada com o curso concluído, talvez, questionando o conceito de língua, e retornei à Quarta Colônia com a minha nomeação para exercer atividade como professora de português, lugar este para onde, no meu dizer adolescente, jamais iria voltar. Com o livro **Língua e Liberdade**, de Celso Pedro Luft, presente de nossa paraninfa, Prof.^a Regina M. Denardin Frasson, assumi a sala de aula, lembrando de uma frase contida na obra - de crônica de Luís Fernando Veríssimo - que ecoava: “A gramática precisa apanhar todos os dias para saber quem manda nela!”. E, diante de alunos, de suas histórias e de suas línguas, foram se apresentando, sem ordem e

⁴ Título de obra de Erico Veríssimo.

sem pedir licença, os mais diversos questionamentos: que língua vou ensinar a essas crianças e jovens? Vou *ensinar*? Como e com quais critérios lanço-me a *corrigir* seus textos? O que é certo e o que é errado na língua falada e escrita desses meus conterrâneos que trazem em sua raiz o “dialeto” de seus/meus pais e avós? Que palavras – usadas, significadas, mas não dicionarizadas – poderia aceitar/deixar passar como possíveis/legítimas à língua portuguesa? Qual o meu papel nesta instituição de ensino, pública, que quer alunos aprovados em processos seletivos para curso superior e, também, nos últimos anos, inclusão social? Por fim, o entendimento de que há um outro ponto de origem para essas questões: a relação que pode ser estabelecida entre a língua e a história dos homens desse espaço sócio-histórico-geográfico, político, com a língua, inclusive com a que me sinto responsável por ter de trabalhar nessa instância que representa o lugar e o poder do Estado. Qual o meu papel – e de todos os meus colegas da língua portuguesa – aqui?

Entre o sair e o voltar, através de palavras que me *denunciam*, tomo limitada consciência de que sou descendente de imigrantes italianos e moradora de uma das regiões de colonização do Rio Grande do Sul. Represento um lugar, um tempo e um ser. Pensar se pertenço ou não pertenço é uma questão somente de referenciais, pois é inegável a marca da história, da língua e também do espaço na constituição do sujeito. Mas é exatamente por estar tão tomada por essas questões que procuro respostas. Assim é que, em meio à prática docente e já receosa de ter de fazer minha a frase do personagem principal de **Conversa na Catedral**⁵ – “Onde foi que eu me perdi?” –, retomo o sonho do tempo da graduação e da especialização: voltar à academia, pois a prática me lançava perguntas que eu não gostaria de responder sem instrumentos teóricos consistentes que pudessem tocar no âmago das questões. Esse, o tempo presente.

Ao contatar o Programa de Pós-Graduação da UFSM por meio de um telefonema, escuto novamente a voz que, durante anos, onde quer que nos encontrássemos, interpelava-me com um “Daí, guria, que andas fazendo? Quando vais fazer tua pós?”. Era a Prof.^a Amanda Scherer - vinda da minha/da nossa história dos anos 80, das lutas pela democracia, da primeira eleição para coordenação de curso de Letras - que me apresentava as linhas de pesquisa e os professores nelas

⁵ Título de obra de Mario Vargas Llosa.

inseridos. Pesquisei na página do PPGL-UFSM e li a tese de doutoramento da Prof.^a Verli Petri, que muito me disse e instigou. Depois de entrar em contato com essa ainda distante professora via e-mail, recebo um aberto e pronto retorno, a partir do qual começamos a nos conhecer. Este foi o momento em que comecei a enveredar pelos textos de Michel Pêcheux, Eni Orlandi e outros tantos teóricos. Depois, o processo de seleção.

Na linha de pesquisa *Língua, Sujeito e História*, encontrei uma disciplina de interpretação denominada Análise de Discurso e, em sua epistemologia, a Linguística, a Psicanálise e o Materialismo Histórico. Um convite e um desafio. Língua, mas qual língua? Sujeito, que sujeito? História, mas... qual delas? Uma disciplina de entremeio, que não se assenta em noções como de interdisciplinaridade... Como entender?

Nos encontros de que fui participando, entre tantas leituras, dois textos substanciais para definir os passos a dar: começo pelo segundo, não em ordem de importância, mas porque tomei conhecimento mais recentemente. Menciono-o pelo didatismo e clareza de sua construção, mas me refiro a ele, agora, apenas por uma das partes. É quando Petri (no prelo) traz um trecho de Orlandi (2010) em que a autora assim afirma sobre a Análise de Discurso: “não há ‘aplicação’. Cada análise é uma análise, tem-se que voltar à teoria, construir um dispositivo analítico que é próprio ao que se vai analisar” – ou seja, não tem uma fôrma, nem forma pré-definida, reflito –. Também, quando explicita e ensina:

É preciso, primeiro, respeitar a teoria e, depois, conhecer bem as noções teóricas e, com isso, poder mobilizar tais noções constituindo uma análise do discurso em questão. Entendo que as noções de língua e discurso, mobilizadas em Análise de Discurso nos conduzem a tomar o objeto de análise de um outro ponto de observação – *aquele que aceita o desconforto de estar trabalhando com a incompletude e com a contradição* – sem ter que trabalhar com oposições/exclusões. A metodologia da Análise de Discurso existe, mas não pára, está em suspenso, em movimento, (de)pendendo como o pêndulo, relativizando os olhares sobre o mesmo objeto (PETRI, no prelo). [grifo nosso]

Nestes grifos, o meu deslumbramento... Além desse, sempre presente em minhas reflexões, o outro texto que me convidou ao estudo foi o de Jean-Jacques Courtine, *O chapéu de Clementis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político*. Neste texto, o autor afirma que “memória e

esquecimento são, assim, indissociáveis na enunciação do político. Até no retorno inverso das coisas: é Gottwald, daqui para a frente, que a história fará usar o chapéu” (1999, p. 22). A partir dessa formulação, começo a pensar sobre todos os discursos, políticos, acerca da história, língua e memória da imigração, não sem antes entender as forças contrárias, contraditórias, sobrepostas, reforçadas, forçadas, apagadas, refeitas que alinhavam os seus tecidos.

Na deriva da história revelada da propaganda política que apaga Clementis da fotografia, mas que deixa permanecer seu chapéu, revento/subverto os versos de Drummond: *a minha Itabira não será mais um retrato na parede*. E é a partir desse retrato (ou fotografia?) pregado em minhas paredes que recupero um outro, referido no discurso do sujeito que está constituído pela memória da imigração, materializado no flagrante de um instante, recuperado e disponibilizado em arquivo. Para melhor entender, descrevo-o: há uma fotografia (ou retrato?) que registra, deste pequeno povoado da Quarta Colônia, o dia da inauguração de um monumento em homenagem ao cinquentenário da Imigração Italiana (em torno de 1937), monumento de que tanto ouvi histórias durante a infância. Ao lado da igreja, erguem-se as bases para colocar, no topo, a imagem/a estátua do que se constrói como sendo o imigrante, um homem forte, robusto, trabalhador. À frente, na parte inferior, uma placa que enaltece a bravura e a coragem do imigrante, alusiva àquele momento, escrita em italiano:



Foto 1: Monumento em homenagem ao imigrante italiano no Cinquentenário da Imigração Italiana na Quarta Colônia - Santos Anjos, Município de Faxinal do Soturno – RS.

Fonte: Museu do Município de Dona Francisca – RS.

Este monumento⁶ não mais existe em cimento e areia. Se, de Clementis, conforme refere Courtine ao relato de Milan Kundera, “restou apenas o chapéu de pele na cabeça de Gottwald” (1999, p. 15), desse monumento resta o que habita a memória do sujeito:

Não nos enganemos: esse processo de anulação de Clementis, de perda referencial, recalque, apagamento da memória histórica que deixa, como uma estreita lacuna, a marca de seu desaparecimento, mesmo que se coloque aqui em jogo a materialidade não-linguística de um documento fotográfico, é, antes de tudo, na *ordem do discurso* que ele se é produzido. Ordem do discurso das “línguas de estado”, que dividem em pedaços a lembrança dos eventos históricos, preenchidos na memória coletiva de certos enunciados, dos quais elas organizam a recorrência, enquanto consagram a outros a anulação ou a queda (Ibid., p. 15-16). [grifos do autor]

A partir desse singular descobrir, um outro olhar pode e começa a ser dado. Há que se estender e se ampliar: começam a se fazer presentes questões a respeito de outros monumentos e a relação dessas materialidades com processos históricos e linguísticos pelos quais os imigrantes e seus descendentes passaram/passam no espaço referido e durante certo período, o que não parece ter sido linear. Discursos.

⁶ A propósito, esta igreja também não mais existe. Porém, ao contrário do que aconteceu com o monumento, uma outra, maior, foi construída em local próximo ao da primeira. A imagem que aqui aparece apenas como ilustração ao que está sendo dito será retomada na parte em que procederemos à análise.

Discursos que dizem, que referem, que significam, que reclamam interpretação. Mas, como realizar esse gesto se a materialidade não é a língua? Diante disso, a analogia com o movimento pendular, pois, a respeito do seu movimento,

[...] importa saber que ele tem um ponto de partida: a inércia. Essa inércia funciona como um ponto de referência, lugar de significados estabilizados na forma do já-dito, enquanto noções básicas que sustentam uma teoria. Podemos descrever esse efeito transitório, mas necessário, de inércia como ponto de encontro entre o analista, o arquivo⁷ e a teoria, sendo este último elemento considerado enquanto conjunto de noções básicas (provisoriamente) estabilizadas, como ponto de partida para o movimento pendular (PETRI, no prelo).

Começo, então, a considerar mais veementemente que tenho um corpus para ser analisado e um aporte teórico-metodológico para que meu projeto de pesquisa possa ser realizado. Assim, *deslizo* dos sentidos quiçá antevistos pelo personagem machadiano e significo “atar as duas pontas da vida” como quem busca, na teoria e na análise, entender como o sujeito se diz, na e pela língua, como constrói seu discurso e como teoria e análise se articulam dentro do que pode ser visto, a partir de Orlandi (2010), como movimentos de sociedade para dar conta de uma história/historicidade que, de acordo com Henry (2010 [1984])⁸, sim, existe.

Tomada pela história, pela língua, pela memória, por sentidos já produzidos e por sentidos a se construírem, chego à materialização do trabalho teórico: a escritura do texto. Assim, neste trabalho, incursionamos por um caminho estruturado do seguinte modo: na primeira parte, voltamos ao que embasou/desencadeou a construção do dispositivo analítico desta pesquisa, o texto *O chapéu de Clementis* de Jean-Jacques Courtine, interpretando e (re)significando suas colocações ao trazer as noções e os conceitos da Análise de Discurso, tanto aqueles que embasam a teoria pela qual circulamos, quanto aqueles que serão mobilizados na construção de nossa análise.

Na segunda, apresentamos o corpus e a descrição da metodologia desenvolvida. Além de especificarmos/determinarmos/singularizarmos o nosso objeto de análise, considerando-o um objeto simbólico da relação sujeito, língua e história, consideraremos as condições de produção desses discursos que se

⁷ Em seu texto, inserida aqui uma nota de rodapé que então reproduzimos: “Cf. Pêcheux (1994) e Petri (2000)”.

⁸ Colocaremos entre colchetes o ano da primeira publicação e, na sequência, o ano da edição que estamos usando.

constroem também através de outras materialidades. Para esse momento do estudo, como já temos apreendido no decorrer da construção dessa pesquisa, em que não há, como no modelo da ciência positivista, um modelo pronto, com passos a serem seguidos, descreveremos o nosso ir e vir entre o corpus e o dispositivo teórico-analítico a fim de que possamos, na sequência, estabelecer os pontos de ancoragem para a nossa análise pretensamente final.

Na terceira parte, procedemos à análise. Essa parte estará dividida em três subtítulos, os quais denominamos de três movimentos, pois temos percebido que as tomadas de posição [identificáveis/identificadas e dominantes] do sujeito imigrante italiano e seus descendentes - doravante referido como imigrante italiano - em relação ao Estado, a partir das primeiras décadas do século XX, acontecem de diferentes formas, considerando que vários são os aspectos que se transformam durante esse período, como, por exemplo, a própria história que constitui esse sujeito. Assim, a posição-sujeito do imigrante italiano nas primeiras décadas, quando este era movido pela utopia, pelo sonho de encontrar, no lugar que denomina, em sua mítica canção em dialeto vêneto, de “Merica”, Canaã, a Terra Prometida, o seu Eldorado, o seu paraíso, o seu lugar ideal, será denominada sujeito-utopia. Num segundo movimento, quando esse sujeito marcado pela utopia cede lugar para o sujeito que a perde, apaga, que dela se distancia em função do medo e do funcionamento do poder opressor do Estado que o havia recebido muito bem, mas que depois impõe políticas linguísticas que executam políticas de línguas⁹, as quais interditam a língua que constitui o imigrante e, conseqüentemente, interditam também o seu direito à subjetivação, o seu “direito à metáfora”, denominaremos sujeito-clivagem. Como ele se posiciona neste embate, se silencia, se resiste, se aceita, se se adapta é o que vamos procurar identificar.

No terceiro movimento, a posição-sujeito do imigrante italiano será por nós denominada de sujeito-político, pois é o sujeito que negocia para poder continuar e que continua, estabelecendo, com o Estado - que passa a (re)conhecê-lo como

⁹ Segundo Sturza (2010, [s.p.]), “diferencia-se o conceito de política que perpassa pelo distanciamento daquilo que venha a ser política de planejamento, ou seja, da política como ação, intervenção sobre as línguas. Logo, a política tal como formulada na AD é da ordem do funcionamento do político no discurso. Neste caso, é uma questão relevante às relações dos sujeitos com as línguas, afetados pelo conflito dos efeitos político-linguísticos que se produzem e se significam nos e pelos sujeitos. Embora em muito dos casos funcione nos discursos acadêmicos como sinônimas, a política de línguas e a política linguística não se recobrem, porque se concebe distintamente no próprio modo de abordagem do objeto língua e sua relação com o político/ a política”.

cidadão -, um acordo envolto na noção de pertencer. Essa questão, paradoxalmente, mostra ao sujeito a sua incompletude diante da língua e do simbólico: quando dentro, diferente do seu igual; quando fora, identificado como tal. Nessas condições, quando “o atlas já não desenha os mesmos mapas” (SERRES, 1994, p. 199), cabe a reflexão que se ancora na relação passado/presente, a qual remete também à relação memória/história:

Enquanto se tratava de definir tais raridades, foi, infelizmente, lógico desenhar fronteiras, limites, definições de espaços, de exclusões e de pertenças, linhas de equilíbrio entre vários teres e poderes, localizados com a mais exacta precisão. Mas quando a informação e o saber constituem as concentrações difusas mais decisivas, nessa altura, isto é, actualmente, o escândalo humano seria, precisamente, a manutenção da desigualdade, injustificável por qualquer princípio. Já não funcionam a mesma lógica, nem a mesma estática no intercâmbio, nem os mesmos equilíbrios, nem a mesma física, nem as mesmas leis sociais e humanas (Id.Ibid.).

Fundamentalmente, a presença/ausência dos monumentos que materializam/tocam (n)os conceitos de língua, história, memória, território e patrimônio. E, ainda, permeando, constituindo e, quem sabe, amalgamando toda essa questão, os movimentos de construção, desconstrução, destruição e reconstrução desses monumentos.

Passemos, portanto, ao corpo deste estudo, quando começamos a fazer o primeiro movimento, o de sair de questões pessoais, empíricas, para entrar no campo da reflexão acadêmica, teórica, metodológica e analítica, levando junto, qual um anjo *que vive nas sombras*¹⁰ (para chegar ao final, quem sabe, *um anjo esbelto, desses que tocam trombeta*¹¹), mais um questionamento, lançado por Serres (Ibid., p. 198): “Quem, excepto no caso da mentira estabelecida das modernas democracias, domina permanecendo igual?”

¹⁰ Do “Poema de sete faces”, de Carlos Drummond de Andrade.

¹¹ Do poema “Com licença poética”, de Adélia Prado.

Parte I

CAPÍTULO 1

“O chapéu de Clementis” - para adentrar o território da Análise de Discurso

A memória se efetiva na língua. Esta é a noção que Courtine (1999) nos traz - e que consideramos a mais relevante - ao tomar como referência inicial no texto *O chapéu de Clementis* a lendária anedota contada por Milan Kundera na obra **Livre du rire et de l'oubli**. A partir de um acontecimento e do seu registro fotográfico, “mesmo que se coloque aqui em jogo a materialidade não-linguística de um documento” (Ibid. , p. 15-16), reflete o autor que é na *ordem do discurso* que a memória histórica se materializa. É através do estatuto da memória no campo do discurso político que Courtine adentra a um dos “múltiplos territórios da Análise de/do Discurso”¹².

Para pensar memória, é preciso buscar, antes, outras categorias, essenciais para a compreensão dessa disciplina de interpretação, a qual, segundo Pêcheux e Fuchs (2010 [1975], p. 160), reside na articulação de três regiões do conhecimento científico, a saber: o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; a linguística, como teoria tanto dos mecanismos sintáticos quanto dos processos de enunciação; e a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Acrescentam os autores que “convém explicitar ainda que essas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica” (Id. Ibid.). Gadet (2010 [1975], p. 9) considera que, para Pêcheux, “é impossível a Análise de Discurso sem sua ancoragem em uma teoria do sujeito, tema que também deve ser visto como um lugar problemático, que deve ser constituído”, pois as teorias linguísticas em vigor até então não pressupunham tal noção. Para isso, Pêcheux ancorou-se em Althusser, que anteriormente apresentara os fundamentos reais de uma teoria não-subjetivista do sujeito, conforme expõe o próprio Pêcheux (2009 [1975], p. 123).

¹² Referência ao título da obra em que se encontra o referido texto: a 12ª edição da revista *Ensaíos*, do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, organizada por Freda Indursky e Maria Cristina Leandro Ferreira.

Afirma Courtine (1999), a propósito do texto que nos serve de ponto de partida, que seu trabalho busca referências na Análise de Discurso e que, “para trabalhar com a categoria de discurso, é necessário ser lingüista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo” (Ibid., p. 18). Com essas considerações, apoiada em outra anterior, que diz do paradoxo de que “ser lingüista não predispõe particularmente a falar de discurso, bem ao contrário” (Ibid., p. 17), explicita que Saussure, inaugurando a ciência da língua, opta pela linguística da língua, deixando de lado a linguística da fala, separando “a ordem da língua da ordem do discurso” (Id.Ibid.).

Michel Pêcheux, fundador da Análise de Discurso nos anos 60 do século XX, vai repensar essa questão - do mesmo modo como outros relevantes teóricos também voltaram a pensá-la -, considerando a noção de sujeito da linguagem, embora sob outras perspectivas, a exemplo de Roman Jakobson, do Círculo Linguístico de Moscou (1915), e Émile Benveniste, nas décadas de 60 e 70 do século XX. E, como nos atesta Henry (2010 [1969], p. 26), “é justamente para romper com a concepção instrumental e tradicional da linguagem que Pêcheux fez intervir o discurso e tentou elaborar [...] uma concepção original sobre este”. Ao pensar o discurso, pensou o sujeito e também a ideologia. Quanto a isso, é importante destacar, conforme o que pontua Orlandi (2012, p. 38), que “no SEAD/2011¹³, Paul Henry, em sua exposição, referiu-se ao fato de que Pêcheux visava à ideologia e não ao discurso”. Para a autora (Ibid.), a importância de Pêcheux está “justamente em perceber que para pensar a ideologia era preciso colocar em jogo a linguagem”. Portanto, ao nosso ver, as noções essenciais que estão na base da Análise de Discurso são as de língua, sujeito, ideologia e história.

¹³ A sigla SEAD é referente a *Seminário de Estudos em Análise de Discurso*, um evento promovido pela UFRGS. A conferência proferida por Paul Henry (CNRS) e mencionada por Eni Orlandi intitula-se “*Quelques Fondamentaux L’Analyse du Discours*” e aconteceu na quinta edição do seminário, ocorrida em 2011.

1.1 O próprio da Análise de Discurso¹⁴

É necessário, inicialmente, explicitar e justificar os modos de nomear as seções que seguem, quando tomamos os significados do termo *próprio*, termo este que compõe o título desta seção, e o termo discurso, que se repete nas demais. Podemos pensar que *próprio* diferencia-se do que é comum; *próprio* pode estar relacionado àquilo que for apropriado para tal; *próprio* pode também estar relacionado à propriedade, entre tantas acepções que ora constam, ora não constam nos dicionários. Começamos a querer definir o limite do significado que associamos ao termo, apesar de que, como nos explica Orlandi (2009, p. 32), “as palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’¹⁵ palavras”. Mas, sujeitos, refere Orlandi (Ibid.), precisamos da ilusão de pensar que sabemos o que dizemos. Embora não tenhamos domínio sobre o modo pelo qual os sentidos vão se constituindo, insistimos na glosa. É glosando a nós mesmos que nos lançamos à tarefa de explicitar o dito. Para isso, buscamos essa palavra junto ao **Novo Dicionário Aurélio** ([s.d.]) e encontramos a sua origem, a saber, do Latim, *propriu*, adjetivo, e suas possibilidades de interpretação: 1. Que pertence a; pertencente; 2. Peculiar, particular, natural; 3. Adequado, apropriado; 5. Idêntico, exato; 6. Exato, certo, preciso; 7. Textual; 8. Verdadeiro, autêntico; 9. Não figurado, primitivo; entre outras. Numa tentativa de controlar os sentidos, partimos do significado de *peculiar*, *particular* e o ampliamos para *o que é específico*. Portanto, ao nos referirmos ao que é da Análise de Discurso, limitamo-nos ao sentido do que lhe é *particular*, *específico*, *próprio*. Feito isso, vamos buscar, nos teóricos que sobre ela tratam, as principais noções que fundamentam essa disciplina de interpretação, limitando-nos às que são essenciais para a elaboração deste estudo.

¹⁴ Para atestar que *o que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras*, precisamos colocar que escolhemos esse título sem que nos lembrássemos, naquele momento, de um texto de Eni Orlandi, na revista *Escritos 3* (LABEURB/NUDECRI - UNICAMP), intitulado exatamente “O que é próprio da Análise de Discurso”. Na nota introdutória do tradutor, por ela assinada, apresentando o texto “Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo?”, de M. Pêcheux e F. Gadet, e também o seu, anteriormente citado, a justificativa da autora é o seguinte: “[...] o texto sobre *o que é próprio da análise de discurso* [...] inscreve-se nesse campo de questões específicas inauguradas pela reflexão de M. Pêcheux e que explicita a noção de discurso como uma necessidade teórica para sair-se do dilema posto pela oposição formalismo-sociologismo” (1998, [s.p]). [grifo nosso]

¹⁵ Grifos da autora.

Além de *próprio*, o termo *discurso* aparece reiteradamente, ao qual acrescentamos, em adição, outros termos, nos quais encontramos algumas especificidades. *Discurso* porque este é o lugar onde se “abre uma perspectiva em que a linguagem não se dá como evidência, oferece-se como lugar de descoberta”, afirma Orlandi (2009, p. 96). E é isso o que queremos: descobrir, saber sentidos, porque a linguagem que nos toma é a língua(gem) como uma prática, uma práxis simbólica, que envolve sujeito e história.

Queremos também tratar do porquê de nossa escolha pela repetição desse termo no título de cada uma das seções. Parece que optamos pelo mesmo em nosso discurso, quando poderíamos, quem sabe, buscar o diferente. Há, pois, duas forças que trabalham continuamente o dizer, conforme Orlandi (2009 [1999], p. 36-37): a paráfrase e a polissemia. Se naquela retornamos aos mesmos espaços do dizer e temos a estabilização, nesta temos deslocamentos, rupturas nos processos de significação, além do jogo com o equívoco. Porém, entre o já-dito e o a se dizer, movimentam-se o sujeito e o sentido, e ao significar, também se significam/nos significamos. Além disso, menciona a autora, a incompletude é a condição da linguagem, quando nem sujeitos, nem sentidos estão prontos e acabados. Assim, nesse (re)dizer, em que há o retorno ao mesmo espaço dizível, produzimos a “variança” do mesmo, isso amparados em Pêcheux (2008 [1988], p. 53), para quem “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. E repetimos, repetimos na busca pelo efeito de sentido que faz com que sejam significadas palavras outras. É dessa forma que pensamos esta construção, considerando que, pela repetição, também tangenciamos o novo, o possível, o diferente, conforme Orlandi (2009). Ou, como também diz o poeta Manoel de Barros com suas/nossas palavras: “Repetir repetir – até ficar diferente”.

1.1.1 Discurso e língua

Considerada o “desenvolvimento adicional recente da Linguística, que aparece no final dos anos 60” (COURTINE, 1999, p. 17), a Análise de Discurso - “cuja forma acabada é a de Michel Pêcheux com o apoio sobre uma teoria do

discurso” (GADET, 2010 [1975], p. 9) - vai instaurar um diverso modo de se pensar a língua, reintroduzindo o sujeito. Nesse sentido, Gadet e Pêcheux (2004 [1981], p. 56) colocam-nos que “qualquer apresentação da teoria saussuriana já é um posicionamento e um partidarismo em relação às condições históricas de cientificidade linguística” e, por isso, é importante saber a partir de que conceito de língua a Análise de Discurso constrói seu dispositivo teórico-analítico. Uma das conclusões a que Pêcheux chegou, a partir de sua leitura de Saussure, é que o mestre, em sua teoria, ‘deixou aberta uma porta’ pela qual se infiltraram o formalismo e o subjetivismo, de onde provém que haveria “a oposição da subjetividade criadora da fala à objetividade sistemática da língua, oposição que tem as propriedades circulares de um par ideológico” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 56). Ou seja, na dicotomia língua e fala, estaria uma posição não subscrita por Pêcheux, pois, em sua análise, o autor considera que:

A oposição entre sistema da língua e fala do sujeito-falante é a contradição da qual vive a Linguística de Saussure, e acrescentaremos que essa oposição é retomada deslocada das oposições pré-saussureanas entre lógica da razão e retórica das posições, e um lado, e entre existência da língua e o uso da língua, de outro (Ibid., p. 221).

Orlandi (2009, p. 22) explicita que a Análise de Discurso não trabalha com a dicotomia língua/fala no sentido de um par opositivo tal como o pensado por Saussure: faz, outrossim, um outro recorte teórico que relaciona língua e discurso. A língua, nesta concepção, não vai ser vista como algo totalmente fechado em si mesmo, sem falhas ou equívocos, enquanto o discurso também não é visto como algo destituído de condicionantes linguísticos ou determinações históricas. Pêcheux (2009 [1975], p. 81) afirma que “a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos*¹⁶ discursivos diferenciados” – o que nos dá a sustentação de que, quando trabalhamos com imagens, nelas a língua está funcionando: seja no silêncio que se abre para a polissemia, no caso de uma estátua, seja na presença de uma placa (com escritos), que tenta controlar os sentidos atribuídos ao monumento a que refere. Ao fazer tal colocação, o autor destaca o que fora apontado por P. Henry, a saber, que todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia relativa* que o submete a leis

¹⁶ Grifos do autor.

internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Linguística. Assim, é “sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos” (Ibid., p. 82), o que consiste em dizer que o uso dos sistemas linguísticos não se dá de forma accidental. É importante salientar o que nos coloca o fundador da Análise de Discurso quando associa a Linguística à Ciência das formações sociais, referindo-se à teoria histórica dos processos ideológicos e científicos:

[...] o sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso* (PÊCHEUX 2009 [1975], p. 81). [grifos do autor]

Nessa relação língua e discurso, deve-se observar, ainda, que, conforme nos coloca o já referido autor (Ibid, p. 82), há, sim, “*uma autonomia relativa do sistema linguístico*”, uma vez que “*todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*”¹⁷. Embora essa língua se apresente como única, Pêcheux (Ibid., p. 83) vai dizer que as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua – convém retomar, aqui, a reflexão que nos apresenta de Balibar¹⁸, de que a língua pode ser indiferente à divisão de classes e sua luta, mas que isso não quer dizer que as classes sejam indiferentes à língua - são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm entre si os processos discursivos, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes.

Orlandi (1998, [s.p.]), ao dizer da língua, diferentemente do que dela é dito na Linguística, refere que, na Análise de Discurso, ela é tomada em sua forma material, enquanto ordem significante capaz de equívoco, de deslize, de falha. A língua é só relativamente autônoma, e o sentido não é conteúdo; a história não é o contexto e o sujeito (*pois não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia*¹⁹ e é assim que a língua faz sentido) não é a origem de si. Por isso, a língua faz lugar para a interpretação. Assim, temos que:

¹⁷ Grifos do autor.

¹⁸ Conforme nota 6 de Pêcheux, em **Semântica e Discurso** (2009 [1975], p. 82), ao autor referido: “E. Balibar; obra ‘Marxisme et Linguistique’, *Cahiers marxistes-leninistes*, 1966, n. 12-3, pp. 21-2”.

¹⁹ Remetemo-nos, aqui, à tese althusseriana de que (1) só há prática através de e sob uma ideologia; (2) só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito. Tal tese é apresentada na obra **Aparelhos Ideológicos do Estado**, publicada pela primeira vez em 1969, na França.

[...] a AD não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2009 [1999], p.15-16).

Orlandi (2006, p. 27), ao colocar que Pêcheux discutia suas posições com linguistas, filósofos, historiadores e psicanalistas, porque estes trabalhavam a questão da língua, mas também a questão da história e a questão do sujeito para se chegar ao estudo do discurso, salienta que “a história não é transparente, segundo Marx; a psicanálise mostrará que o sujeito não é transparente e a Linguística mostrará que a língua não é transparente [...]”. Nessa não transparência/opacidade da linguagem, interessa “a ordem da língua tomada como sistema significante em sua relação com a história, considerada em sua materialidade simbólica” (Id., 1998, [s.p.]) bem como “a língua enquanto sistema sintático intrinsecamente passível de jogo e a discursividade como inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história para produzir sentidos” (Ibid.). Diante disso, podemos entender que a concepção de língua em Análise de Discurso se distancia do que a Linguística tem como objeto da sua ciência.

Esse, portanto, é o espaço construído pela Análise de Discurso, que, a partir de sua fundação, “marca sua singularidade por pensar a relação da ideologia com a língua, afastando a metafísica, trazendo para a reflexão o materialismo e não sucumbindo ao positivismo na ciência da linguagem” (ORLANDI, 2012, p. 37). Orlandi - que se encontrara já na França de 1969 com a teoria de M. Pêcheux e que retornou ao Brasil de 1970 com uma teoria em que o político, a ideologia, o sentido e o sujeito se reuniam à língua e podiam fazer parte do dia a dia da reflexão sobre a linguagem - aponta-nos que hoje, na segunda década do século XXI, a Análise de Discurso exige uma virada, dada sua nova conjuntura: novas condições de produção de discurso e novas formas de assujeitamento (Ibid.). Isso significa também dizer que suas questões de análise não podem deixar de ser balizadas pelos seus princípios teóricos, especificamente pelo seu objeto teórico: o discurso. É necessário, antes de mais nada, estar e “ser atentos à teoria, elaborar procedimentos analíticos, formular questões e trabalhar em seu desenvolvimento” (Ibid., p. 42), ou seja, não se distanciar daquilo que é fundamental, ainda que seja

imprescindível abrir-se a novos desafios, a questões outras que estão demandando um outro (ou novo) olhar.

Para Orlandi (2012), enquanto há uma posição revisionista que tenta achatar a Análise de Discurso, fragmentando-a, diluindo-a, denegando o “que M. Pêcheux propunha desde o início: o confronto do teórico com o político” (Ibid., p. 33) – posição tal que tem se desenvolvido dentro de um discurso de mundialização que visa a apagar as diferenças, produzindo condições para a indistinção das teorias e o silenciamento do político -, há outras que se mostram como capazes de desenvolvimentos, de elaborações que acrescentam, que levam à frente, mostrando a riqueza deste campo disciplinar. Afinal, esse é o posicionamento da própria teoria discursiva: ancorada em seus princípios e procedimentos, constantemente se refazer, questionando-se a si mesma, avançando teoricamente.

Partindo do que pensou Pêcheux nos anos 80, Petri (2005, [s.p.]) entende que o autor “nos convida a pensar sobre a necessidade de abertura das questões que são tratadas como puramente gramaticais, caminhando em direção à discursividade”. Também, que ao retomar uma sua reflexão anterior, Pêcheux assim nos apresenta o discurso em relação à língua:

[...] o discurso aparece como o lugar onde se instalam as lutas que visam desconstruir pares opositivos do tipo gramatical/agramatical e possível/impossível da língua; é pelo discurso que se luta para que não se institua uma “única interpretação”, “um sentido literal”. É pelo discurso que se luta para que a sintaxe – enquanto superfície – não seja tomada como “plana”, perfeita e bem delimitada, pois a cada aparição o discurso se revela como uma forma de sedução, na qual os efeitos de sentido entre os interlocutores podem ser sempre outros. É pelo discurso que se luta para que a língua seja considerada como elemento essencial, algo que está em pleno funcionamento, inalienavelmente, e só pode ser tomada em suas relações com o ideológico, com o social, com o inconsciente e com o histórico na materialidade discursiva (PETRI, 2006, p. 9).

Isso tão somente confirma a relevância de tal disciplina de interpretação, do mesmo modo que de sua atualidade, pois, segundo Orlandi (2012, p. 38), a Análise de Discurso desenvolvida no Brasil tem produzido deslocamentos em outros campos disciplinares que dela se beneficiam, como a história, a psicologia, a antropologia, mesmo que estes se definam em outras direções. De qualquer forma, isso se produz “pela força da instalação deste objeto, que é o discurso” (Id.Ibid.).

Nesse mesmo sentido, mas voltando à fundação da Análise de Discurso, retomamos o que Paul Henry (2010 [1969], p. 24-25) refere acerca do que havia movido M. Pêcheux para suas reflexões e, conseqüente, para sua contribuição teórica. Segundo suas considerações, podemos compreender por que Pêcheux, naquele momento, questionando o caráter das ciências sociais e buscando provocar uma ruptura no seu campo ideológico, escolheu o discurso e a Análise de Discurso como o lugar onde é possível intervir teoricamente, com uma possível teoria do discurso, e construir um dispositivo experimental, denominado análise automática do discurso. Para ele, segundo Henry (Ibid.), se o homem é considerado como um animal que se comunica com seus semelhantes, jamais se poderia entender por que é precisamente sob a forma geral do discurso que estão amarradas as dissimetrias e as dissimilaridades entre os agentes do sistema de produção. Assim, as razões para se pensar o discurso são tanto a relação oculta entre a prática política e as “ciências sociais”²⁰ quanto à ligação entre a prática política e o discurso. Para Henry (Ibid., p. 26), “é justamente para romper com a concepção instrumental tradicional da linguagem que Pêcheux fez intervir o discurso e tentou elaborar [...] uma concepção original sobre este”. Afinal, como bem refere Orlandi (2009 [1999], p. 21), “a linguagem serve para comunicar e não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados”. Portanto, interligam-se as questões que moveram a fundação com as que sustentam a continuidade e contemporaneidade desta disciplina de interpretação.

Conforme Orlandi (2005, p. 76-77), nessa teoria pensa-se a língua como fato e significa-se o que é social, ligando a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a língua e o inconsciente. A língua passa a ser vista como uma estrutura não fechada em si mesma e sujeita a falhas. É quando se abre a possibilidade teórica de reintrodução do sujeito e da situação no campo dos estudos da linguagem. Para a autora,

[...] nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo e procura-se entender a língua não só como estrutura mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. Aí entra então a contribuição da Psicanálise, com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história (ORLANDI, 2009 [1999], p. 19).

²⁰ Reproduzimos, aqui, o grifo dado à expressão pelo próprio autor.

Ao deslocar o centro da reflexão linguística da noção de língua enquanto um sistema abstrato de signos - que não considera o sujeito como objeto da ciência – para a noção de discurso, os estudos discursivos instauram essa nova concepção, a de sujeito.

1.1.2 Discurso e sujeito

Pensar o sujeito na Teoria do Discurso pechetiana é não só passar a considerar a sua presença nos estudos da linguagem, mas entendê-lo como noção essencial, constitutiva de tal teoria, de onde advém o sentido no/do discurso. Mas, tal sujeito não é mais um sujeito onipotente, centrado e fonte do seu dizer, alheio à historicidade; é, antes, dotado de inconsciente e determinado pela exterioridade.

Segundo Petri (Ibid.), a Análise de Discurso vai questionar o corte epistemológico saussuriano, o qual exclui o sujeito, para então apresentar o seu grande avanço teórico-metodológico, quando a língua passa a ser aceita como heterogênea, resgatando-se a exterioridade que envolve a linguagem:

[...] abre-se a possibilidade de mudança de perspectiva, na qual o sentido se constitui na relação entre o histórico e o social, em que há espaço para se discutir as questões referentes ao sujeito. Pêcheux deslocou a dicotomia língua/fala, proposta por Saussure, distinguindo língua/discurso e concebendo o primeiro elemento como condição e possibilidade do segundo (PETRI, 2004a, p. 70).

Dessa forma, portanto, a teoria discursiva trabalha com a noção de sujeito, mas não o sujeito empírico, nem o psicológico, nem o do idealismo subjetivista da teoria da enunciação (sujeito individual), nem o do objetivismo abstrato (sujeito universal) dos formalistas. Pêcheux (2009 [1975], p. 123) pensou e formulou o que passaria a denominar *teoria não-subjetivista da subjetividade*, em contraponto com a teoria da subjetividade, proposta por Benveniste. A teoria não-subjetivista da subjetividade trata dos processos de constituição do sujeito:

[...] situando-o (significando para ele *o que ele é*) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa 'situação' (esse *assujeitamento*) pela ilusão da

autonomia constitutiva do sujeito, de modo que o sujeito ‘funcione por si mesmo’, segundo a expressão de L. Althusser que, em *Aparelhos Ideológicos do Estado, apresentou os fundamentos reais* de uma teoria não-subjetivista do sujeito [...] (Id.Ibid.). [grifos do autor]

É dessa tese - decisiva para a elaboração de sua teoria - de que parte Pêcheux, para quem “as ideologias não são feitas de “ideias”, mas de práticas” (2009 [1975], p. 129). Com base nessas questões e na tese central proposta por Althusser, de que *a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos*, o referido autor se volta à elaboração da teoria materialista dos processos discursivos. A leitura pechetiana de Althusser aponta que não só linguistas, mas todos aqueles que recorrem à Linguística, frequentemente, tropeçam em dificuldades que decorrem do desconhecimento dos jogos dos efeitos ideológicos em todos os discursos, inclusive os científicos. E, para Pêcheux (Ibid.), é aqui que seu trabalho encontra sua determinação: quando a questão da constituição do sentido se junta à constituição do sujeito.

Orlandi (2009 [1999]) considera que um dos pontos fortes da Análise de Discurso é exatamente o de ressignificar a noção de ideologia a partir da linguagem. Afirma a autora, então, que a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e do sentido - o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Assim,

[...] partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, M. Pêcheux diz que sua característica comum é dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas” [...] nas quais se constitui o sujeito (ORLANDI, 2009 [1999], p. 46).

A evidência dos sentidos é aquilo que “faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante” (Id.Ibid.) e, como evidência do sujeito, a de que somos sempre já sujeito, o que apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, com o que é chamado à existência. Ligado a essas questões estão os esquecimentos, os quais dão ao sujeito a realidade como sistema de significações percebidas e experimentadas. Orlandi (Ibid.) explicita que a ideologia, da forma

como aqui é considerada, não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo. Tal essa relação, que é de ordem simbólica, se faz de uma forma em que é preciso que a língua, como sistema sintático, passível de jogo, de equívoco e sujeita a falhas, se inscreva na história. Daí também a questão de como se dá o sentido.

Pêcheux elabora, dentro da sua teoria materialista do discurso, a noção de formação discursiva, a saber, “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*”²¹ (PÊCHEUX; FUCHS, 2010 [1975], p. 147), o que significa que o sentido das palavras, expressões, proposições dependem da formação discursiva na qual são produzidas. Afirma ainda o autor (Id.Ibid.) que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeito do *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Entendemos, com isso, por que uma palavra ou expressão não tem um sentido que lhe seja próprio. Para Orlandi (2009 [1999], p. 43), que reitera o conceito de Pêcheux para formação discursiva, é isso que vai explicar por que as palavras não têm sentido nelas mesmas e, outrossim, derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem, representado no discurso as formações ideológicas que lhes correspondem. Isso quer dizer que “é pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos” (Id.Ibid.). Assim, as mesmas palavras podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes, enquanto também pode ser possível que palavras, expressões ou proposições literalmente diferentes possam ter o mesmo sentido no interior de uma dada formação discursiva, quando então teremos os processos discursivos, entendidos como um sistema de substituições dentro dessa formação discursiva, conforme o que postula Pêcheux (2009 [1975], p. 148).

Somos levados a examinar, antes mesmo de entrarmos em especificidades do que se constitui como discurso, as propriedades discursivas da forma-sujeito, do eu imaginário, do sujeito do discurso. Nesse caso, Pêcheux (Ibid.) distingue duas formas de esquecimento no discurso. Uma, o esquecimento da ordem da enunciação, o esquecimento nº 2, que compreende que o dizer sempre poderia ser

²¹ Grifos do autor.

outro, o que formaria famílias parafrásticas, e que produz, em nós, a realidade do pensamento – uma ilusão referencial, quando haveria uma relação direta pensamento/linguagem/mundo. Outra, o esquecimento ideológico, da instância do inconsciente, o esquecimento nº 1, o qual resulta do modo como somos afetados pela ideologia, sendo que, por ele, temos a ilusão de sermos a origem do que dizemos quando, na verdade, retomamos sentidos já pré-existentes, além da questão de que os sentidos são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história. De acordo com Orlandi (2009 [1999], p. 36), o esquecimento é estruturante, é parte constitutiva do sujeito e do sentido. Essas “ilusões”, conforme a autora as qualifica, devem ser entendidas como “necessidades para que a linguagem funcione nos sujeitos e nas produções de sentidos” (Id. Ibid.).

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos (ORLANDI, 2009 [1999], p. 35-36).

A noção de sujeito é constitutiva da teoria do discurso, pois o sujeito, para se constituir (ou ser constituído), deve se submeter à língua, ao simbólico, ao jogo da língua na história. A interpelação do indivíduo em sujeito resulta uma forma-sujeito histórica e, se a história não é a mesma - e, de acordo com Henry (2010 [1984], p. 47), a história é a história porque os fatos reclamam sentidos -, pode o assujeitamento se constituir num mesmo processo, embora esse processo possa não se dar da mesma maneira, pois há uma determinação histórica constituindo sujeito e sentido. É nesse espaço que trabalha a Análise de Discurso, entre o possível e o historicamente determinado e, como “a injunção à interpretação tem suas formas e condições, ela não se dá da mesma maneira nos diferentes momentos da história”, tal como afirma Orlandi (1999, [s.p.]). Assim, temos que:

O assujeitamento que outrora passava pela submissão ao rito religioso, ao hermetismo do mistério e do discurso divino, apóia-se, paradoxalmente, desse momento em diante, no rigor, na precisão, na transparência, na cifra, na letra: não se trata mais de compreender, de questionar, mas somente de entender para se submeter. O importante para o poder, divino ou terrestre, é sempre o mesmo: “fazer-se entender” mas não compreender, nem, *a fortiori*, criticar (HAROCHE, 1992 [1981], p. 83-84). [grifos da autora]

Todavia, no Estado moderno, estruturado sob a égide do capitalismo, essa forma de assujeitamento se dá de modo diverso, ou seja:

O assujeitamento à religião dá lugar a uma outra forma de assujeitamento: o assujeitamento ao Estado. Assim, a submissão a Deus, ao T/texto, é substituída por uma crença mais insidiosa talvez, menos visível em todo caso: a crença na letra, na cifra, na precisão, crença menos visível, pois se consagra a preservar, de forma mais velada e insistente (em nome dos imperativos jurídicos novos que exigem a noção de responsabilidade do indivíduo), a idéia de autonomia, de liberdade, de não determinação do sujeito, a idéia de que o sujeito não é controlável (Ibid., p. 220-221).

Esse, o sujeito moderno, que se desenvolveu juntamente com o capitalismo, é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso: pode tudo dizer, e tudo fazer, mas precisa submeter-se à língua para dizê-lo; do que se pode dizer que sua forma atual de subordinação, pelas leis, com direitos e deveres, se dá de forma menos explícita daquela como se dava na Idade Média. Quanto mais aparentemente centrado e pretensamente dono do seu dizer, mais ideologicamente determinado, cego e preso à ilusão de sua autonomia, reflexo esse do funcionamento da ideologia – e ela está sempre funcionando - sob a forma de o sujeito (pensar) ser a origem de seu dizer e (pensar) ter o controle do seu dizer, pelo que se lhe apresenta como a evidência de sentido.

Orlandi (2012), refletindo sobre o mesmo caminho e os novos rumos da Análise de Discurso, a propósito da conjuntura histórica em que está vivendo, coloca que a atual empreitada tem sido compreender as novas formas (históricas) de assujeitamento, para o que pergunta quais seriam elas hoje. Destaca a autora que daí advém a sua particular necessidade de trabalhar o que tem dito sobre:

[...] a individuação do sujeito (contraface do assujeitamento do indivíduo) na relação com o social. Para pensar, discursivamente, a sociedade em seu processo de construção e não como inerte. E pensar o indivíduo, na relação com o Estado e a Sociedade, como político-social e não como psicobiológico (Ibid., p. 48).

Por isso, considera ainda que, por causa da forma histórica, dos modos de assujeitamento e da existência da discursividade, da materialidade discursiva – aliás, frisa que o objeto continua sendo o mesmo para a Análise de Discurso, o discurso –, entre outras questões, não se pode desconhecer:

[...] a mundialização, as novas tecnologias da linguagem, a mídia tal como se apresenta hoje, as guerras ideológicas contundentes, as formas sociais, o ecologismo, a xenofobia, o racismo, a relação ressignificada do Estado com o Mercado, a reorganização de uma direita letal (Id.Ibid.).

Voltando à questão da ilusão em que se assenta o sujeito, essa, segundo Orlandi (1999), constitui-se no des-conhecimento de um duplo movimento na compreensão da própria subjetividade. O primeiro movimento é o da interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Desse processo de assujeitamento, pelo simbólico, na história, a forma-sujeito histórica referida anteriormente. Um segundo movimento corresponde à relação desse sujeito com a linguagem, quando esse sujeito, pela linguagem em relação com o mundo em termos sociais e políticos, passa pela sua individualização em relação ao Estado:

[...] é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma-sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individualização do sujeito na produção dos sentidos (ORLANDI, 1999, [s.p.]).

Nesse outro movimento, o sujeito, agora individualizado, é colocado diante do Estado, de suas instituições e de suas formas de representação: o que pode passar a ser questionado e observado é como se configura a sua relação com essas instituições. Assim, se num primeiro momento não há como um indivíduo não “assujeitar-se” porque isso se dá assim que é interpelado em sujeito pela ideologia, num processo simbólico, num segundo momento, já sujeito, conforme Orlandi (1999, [s.p.]), “determina-se pelo modo como na história terá sua forma individual(izada) concreta [...]”, tornando possível, inclusive, sua própria resistência aos modos pelos quais o Estado o individualiza. Esse processo em que o sujeito vai tomar posição/posições tem no discurso o lugar de materialização. Discurso, portanto, tem sido a noção que perpassa tudo a que temos nos referido até agora.

A noção de discurso em Análise de Discurso, tal como vem sendo pensada, considera, inicialmente, o esquema elementar de comunicação proposto por Jakobson, porém, dele se distancia, tanto no modo como dispõe seus elementos quanto à própria questão de quem ou de quais são esses elementos. Em Jakobson:

O remetente envia uma mensagem ao destinatário. Para ser eficaz, a mensagem requer um contexto a que se refere [...], apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou susceptível de verbalização; um código total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário [...]; e, finalmente, um contato, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação ([s.d.], p. 123).

Na Análise de Discurso, conforme Pêcheux (2010 [1969], p. 80-83), àquilo que na teoria da informação, no esquema apresentado por Jakobson, configura-se como “mensagem” - compreendida como transmissão de informação entre “destinador” e “destinatário” -, prefere-se a noção de *discurso*, o qual é definido como *efeitos de sentido entre locutores*. Esses, por sua vez, não se referem a sujeitos empíricos, mas a lugares determinados na estrutura de formação social. Além disso, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que “A” e “B” se atribuem, cada um, a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro, ou seja, todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias. Nessa questão, Petri (2006, p. 120) coloca que, primeiramente, “o imaginário, em AD, está vinculado à constituição do sujeito (e, conseqüentemente, do sentido) e aos mecanismos de projeção desse sujeito na sociedade” e, depois, sobre a noção de Formação Imaginária, a autora a define:

[...] como aquela que viabiliza a efetivação das relações sociais e que têm seu funcionamento garantido no discurso, enquanto um lugar onde se constituem as relações entre a situação (histórico-social) e a posição (ideológica) do sujeito, produzindo determinados efeitos de sentidos e silenciando outros (Id.Ibid.).

A partir disso, podemos trazer à baila nosso objeto de estudo: o sujeito imigrante italiano. Para ele, o funcionamento das formações imaginárias – de onde advém sua formação ideológica - é fundamental, pois se materializa na língua, no discurso que constrói para o que imagina ser, para o que imagina ser o outro e para o que imagina que no outro se constrói sobre si. É desse sujeito este discurso:

Não se pense, porém que possuam um trato social fino e delicado. Um habitante daquela zona é reconhecido, pelo andar, a um quilômetro de distância. Mas também não se pense que seja um inexperiente da vida. A educação que recebeu é suficiente para não esbarrar com surpresas [sic]

nas coisas comuns e nem passar por experiências amargas (BUSANELLO, 1952, p. 100).

Observamos que essa construção imaginária tem se repetido/reproduzido também na imagem que cria/expõe/externaliza nos monumentos comemorativos aos tempos da imigração, cinquentenário e centenário desse processo. Evidentemente, essa não é a imagem/o imaginário único, pois há outras, decorrentes de outras formações imaginárias. Porém, certamente, é a que se tem apresentado com maior regularidade dentro desta formação discursiva.

Quanto ao fato de marcarem um determinado tempo, isso já remete às condições de produção dos discursos. Assim, voltando à relação que fazemos a partir de Jakobson, dizemos que o “referente” se relaciona a essas condições, as quais também se ligam a um objeto imaginário, o ponto de vista do sujeito, e não a realidade física. Se discursiviza sobre este ou aquele tempo, embora o real da história marque a sua relação com o social, este é da ordem do indizível; na ordem do dizível é a historicidade que o constitui enquanto sujeito.

Considera-se, ainda, que os elementos não são dispostos numa forma linear tal qual a apresentada por Jakobson. Além disso, a língua não é só um código entre outros; é base sobre a qual se constroem os processos discursivos e, no seu uso, os sujeitos realizam processos de significação. Portanto, estamos dentro do que a Análise de Discurso se propõe a pensar e do que eleger como o seu objeto, o discurso, sendo este o efeito de sentido entre locutores, de acordo com Pêcheux (2010 [1969], p. 81). Nesse processo, a cada um dos locutores há lugares determinados na estrutura e formação social. Considera-se como o funcionamento da linguagem aquilo que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história. Tem-se, portanto, um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos, e não meramente transmissão de informação.

Orlandi (2009 [1999] , p. 15) traz a questão etimológica da palavra discurso, ou seja, que ela tem em si a ideia de “curso, de percurso, de correr por, de movimento” e é prática de linguagem, em que se observa o homem falando. Para a analista, discurso “é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto” (Ibid., p. 16). Além disso, Orlandi (2012) pontua que o objeto da Análise de Discurso é um, o discurso, nem novo, nem velho, especifica, referindo-se a processos de adjetivação pelos quais, continuamente, a disciplina tem passado

nos últimos tempos. Além disso, coloca que “A Análise de Discurso, sem adjetivo, tem instrumentos teóricos e metodológicos para trabalhar com objetos de análise, materiais de análise, *corpora*, textos de qualquer natureza material significativa” (Ibid., p. 54).

Para Pêcheux e Fuchs (2010 [1975]), sobre a relação ideologia/discurso, deve-se conceber o discurso como um dos aspectos materiais do que chamamos materialidade ideológica, sendo que as formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico e inscrita numa relação de classes. Assim, a partir do que já mencionamos a partir de Pêcheux (2009 [1975], p. 147), que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’²² as formações ideológicas que lhes são correspondentes”, essa relação do sujeito no discurso se efetua não com uma única formação discursiva, mas com formações discursivas outras, diversas, noção essa tomada de empréstimo a Michel Foucault, como situam Pêcheux e Fuchs (2010 [1975], p. 310). A noção de formação discursiva não se sustenta como uma máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu ‘exterior’, ou seja, uma FD é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que nela se repetem, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais, as quais podem se dar, por exemplo, sob a forma de ‘pré-construídos’ e de ‘discursos transversos’. Nesse sentido, é preciso considerar o que Petri (2004b, p. 43) nos aponta:

[...] as fronteiras de uma FD se deslocam em função dos movimentos da luta ideológica e uma única formação ideológica comporta saberes de diferentes formações discursivas, já que a FD é concebida como heterogênea a si mesma, funcionando como um lugar de materialização da ideologia. Essa noção de FD extrapola a fórmula pensada inicialmente como homogênea e fechada em si mesma, posta em relação de contradição com as demais FDs pertencentes a uma determinada rede.

De qualquer forma, quando sujeitos tornam-se sujeitos-falantes, há uma tomada de posição, a qual não deve ser concebida, de acordo com Pêcheux (2009

²² Grifos do autor.

[1975], p. 160), como um “ato originário” do sujeito falante; ao contrário, deve ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso, da exterioridade sobre si mesmo. Nesse sentido, Pêcheux (Ibid., p. 149) propõe chamar de interdiscurso “a esse ‘todo complexo com dominante’²³ das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que [...] caracteriza o complexo das formações ideológicas”. Além disso, afirma que:

[...] o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência de sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob o complexo das formações ideológicas (Id.Ibid.).

Em outras palavras, também para situar o que é o interdiscurso, Orlandi (2009 [1999], p. 43) explicita que as formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, e este, por sua vez, é quem disponibiliza os dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra. Diante disso, os sentidos não são predeterminados por propriedades da língua, ao contrário, dependem das relações constituídas nas/pelas formações discursivas. Além disso, reitera o que foi colocado anteriormente, ao dizer que as formações discursivas “são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente” (Ibid., p. 44), diante do que não podemos entendê-las como blocos homogêneos, que funcionam automaticamente.

Courtine (1999) entende que, no interdiscurso, o sujeito não tem um lugar assinalável, considerando que, nesse domínio, um domínio de memória, vai ecoar *uma voz sem nome*. Assim, o interdiscurso é quem vai fornecer discursos para serem colocados sob a responsabilidade de um sujeito que ocupa um lugar e toma a palavra, quando “os objetos do discurso adquirem sua estabilidade referencial no domínio da memória como espaço de recorrência das formulações” (Ibid., p. 20), as quais podem se dar sob a forma de citação, recitação, formação do pré-construído. Ao fazer isso, vê-se em funcionamento as posições-sujeito, as quais regulam o

²³ Grifos do autor.

próprio ato de enunciação e, “na aparição de um ‘eu’, ‘aqui’ e ‘agora’²⁴, a eficácia do assujeitamento” (Ibid.). Quando da tomada de posição do sujeito no discurso, a possibilidade de diferentes modalidades de identificação com os saberes que constituem esta ou aquela FD.

Considera-se como prática discursiva aquilo que “levará necessariamente à questão do efeito do complexo das formações discursivas na forma-sujeito”, entendida enquanto “relação de desdobramento entre ‘sujeito da enunciação’ e ‘sujeito universal’”²⁵ (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 198-199). Esse desdobramento, constitutivo do sujeito no discurso - quando esse sujeito toma uma posição diante das formações discursivas que tem diante de si -, pode assumir diferentes modalidades: a da identificação, a da contra-identificação e a da desidentificação. É assim que Pêcheux (Ibid.) inicialmente explicita como se caracterizam as diferentes modalidades de inscrição do sujeito no discurso: a primeira modalidade, a da identificação, caracteriza o discurso do bom sujeito e consiste numa superposição entre o sujeito da enunciação (do discurso) e o sujeito universal, de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “livremente consentido”; a segunda modalidade, a da contra-identificação, caracteriza o discurso do “mau sujeito”, e se refere a quando o sujeito do discurso se volta contra o sujeito universal por meio de uma tomada de posição que consiste em distanciamento, em contestação, em relação ao que o sujeito universal lhe propõe, é o contradiscurso; e a terceira, a da desidentificação, caracteriza-se por uma tomada de posição não-subjetiva, quando o sujeito não se vê representado por tal formação discursiva. Não é ser contra, não é ser indiferente: é não ser tomado por, é não ter na representação nada que lhe corresponda e ter deslocado para uma outra formação discursiva o seu processo de identificação.

A partir das noções que nos coloca Pêcheux, Indursky (2002, p. 2) acrescenta que “através destas diferentes modalidades de tomada de posição, sobretudo as duas primeiras, [...], percebe-se que a unicidade e homogeneidade da forma-sujeito fica relativizada e, juntamente com ela, a FD”. Isso porque Pêcheux, segundo a referida autora (Id.Ibid.), “rediscute a noção de ideologia e, a partir dela, a noção de formação discursiva”. Com isso, “introduz a diferença e a divisão como característica da ideologia, ou seja, ela é heterogênea e vive sob o signo da contradição”, o que

²⁴ Grifos do autor.

²⁵ Grifos do autor.

vai se refletir nas formações discursivas. Diante disso, Indursky conclui que o domínio de saber de uma FD, que comporta igualdade, também vai comportar diferença e divergência, instalando-se, no lugar da igualdade e da unicidade, também a contradição: “a forma-sujeito que a organiza também é heterogênea em relação a si mesma, o que significa afirmar que a forma-sujeito abriga a diferença e a ambiguidade em seu interior” (Ibid., p. 2). “É possível pensar esse sujeito histórico como um sujeito dividido entre as diferentes posições de sujeito que sua interpelação ideológica lhe faculta” (Ibid., p. 3).

A partir dessa discussão teórica, perguntamo-nos sobre a(s) tomada(s) de posição-sujeito do imigrante italiano da Quarta Colônia. Consideramos que a posição-sujeito imigrante italiano pode não ser dotada de unicidade e estará dentro do que Courtine chama, segundo Indursky (Ibid.), de “domínio da forma-sujeito”. Havendo, portanto, dispersão, pode-se remeter a diferentes tomadas de posição.

Para nosso estudo, dadas as diferentes tomadas de posição-sujeito do sujeito imigrante italiano no discurso, pensamos que podemos identificá-las nas distintas modalidades de inscrição na língua e em outras materialidades significantes, em resposta ao que interpela tal sujeito, considerando que não há sujeito, nem sentido que não seja dividido, tal como postula Orlandi (2012). Também, objetivamos refletir sobre como se dá a relação entre as línguas – de vento, de madeira, de ferro e de areia – pois, metaforicamente, representam definidos papéis que o sujeito ocupa, sob determinadas condições de produção, constituindo determinados sentidos no discurso, e não outros.

1.1.3 Discurso e ideologia

Pêcheux e Fuchs afirmam que é impossível “identificar” ideologia e discurso, mas que “se deve conceber o discurso como um dos aspectos materiais do que chamamos materialidade ideológica” (2010 [1975], p. 163). Isso é assim explicitado depois de os autores que o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como determinado, em última análise, pela instância econômica, pelas relações de produção inerentes à base econômica. A modalidade do funcionamento da instância ideológica consiste na interpelação, ou assujeitamento do sujeito como

sujeito ideológico, o que vai se realizar sempre através de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas que desempenham, no interior desse conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel desigual na reprodução e na transformação das relações de produção e das suas características de classe (Ibid.). Assim, teremos sempre, ao revés das condições sócio-históricas, uma forma de ideologia dominante, que é quem vai interpelar indivíduos em sujeitos através dos Aparelhos Ideológicos de Estado.

Do teatro da consciência, dirigido pela ideologia, quando o sujeito tem como certo que poderia ser a origem de si, ao teatro das representações sociais, quando “algo do mundo tem de ressoar no ‘teatro da consciência’²⁶ do sujeito para que faça sentido” (ORLANDI, 1999, [s.p.]), o sujeito é conduzido a ocupar um lugar, num determinado momento sócio-histórico e sob determinadas condições de produção. Mas, como formula a autora,

[...] a ideologia é um ritual com falhas e, como dissemos, a língua não funciona fechada sobre si mesma, ela abre para o equívoco. [...] Na relação contínua entre, de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização e o acontecimento e, de outro, o jogo e o movimento, os sentidos e os sujeitos experimentam o mundo e a linguagem, repetem e se deslocam, permanecem e rompem limites (Id.Ibid.).

Mesmo que esse ritual seja/esteja sujeito a falhas, são três esses lugares a que podemos chamar de espaço ideológico, em que “as *massas estão prisioneiras na caverna capitalista*”²⁷ (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 258), a saber, conforme nos apresenta o autor (Ibid., p. 215): o auditório, compreendido como o espaço da multidão, do povo no sentido cristão, os expectadores, os assistentes, os participantes; a cena, como o altar, o estrado, a barra do tribunal, a mesa de demonstração – do sábio, do mágico ou do palhaço – o quadro-negro, etc.; os bastidores, como a sacristia, o vestiário, etc.

Essa imagem é assim explicitada por Pêcheux (Ibid., p. 258): “há os bastidores do mundo capitalista, com os *responsáveis*, que manejam os fios das marionetes, há o quadro das aparências, a tela do *Schein*²⁸ e das ilusões e há o povo encantado...”. Mas o que queremos destacar, principalmente - embora o que

²⁶ Destaques da autora.

²⁷ Grifos do autor.

²⁸ Grifos do autor. De acordo com G. Klaus em seu estudo, base destas reflexões de Pêcheux, *Schein* refere-se a palavras e expressões que descrevem e apreendem a aparência, e outras, como *Wesen*, significam o ser.

Pêcheux (Ibid.) desenvolve *a posteriori*, com base em estudo de G. Klaus, seja sobre a ideologia na política e na propaganda, dando-nos subsídios para pensar sobre a “propagandização da ciência ou a cientifização da propaganda política quando a ideologia é a mola propulsora dos sentidos”²⁹ - tem a ver com o que propõe G. Klaus sobre a língua da política, considerando-a um elemento da luta de classes, e descartando todo neutralismo “que visa restringir as condições do discurso político ao puro tecnicismo retórico”, insistindo, “com razão, no fato de que *as palavras são armas, venenos ou tranquilizantes*”³⁰ [...]” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 257).

Em relação a isso, é preciso mencionar que essas palavras, esses discursos se representam, se constituem, se materializam nas línguas de vento, nas línguas de madeira e nas línguas de ferro, em referência ao que coloca Courtine (1999, p. 16). Compreender como funcionam, como se articulam, é também compreender o caráter dos processos ideológicos, com suas formações ideológicas e discursivas, pois nelas se tenta apagar o efeito ideológico, em que o que aparece, aparece com um sentido já naturalizado, como se não houvesse outras possibilidades de interpretação.

Pêcheux (1990 [1982], p. 9), ao pensar três espaços históricos diferenciados de revoluções³¹ - onde “se tramam as relações entre língua e história” e, conseqüentemente, historicizam-se as relações de poder entre o Estado e o povo, no período monárquico-feudal e entre o Estado, a burguesia e o proletariado, a partir do advento do Estado Moderno -, explicita as relações que estes mantêm com a língua/as línguas e a ideologia, pois em toda língua “se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível” (Ibid., p. 8).

O autor refere que, naquele momento, existiam barreiras econômicas e também linguísticas, havia a massa, os inaptos para se comunicar, inclusive entre si, e os que entendiam claramente o que tinham a dizer – e a quem dizer. E, se no mundo feudal havia a evidência de uma divisão entre dois mundos, essa era assegurada por um terceiro mundo, invisível, a ideologia religiosa. Durante esse

²⁹ Observações feitas pela Prof.^a Verli Petri durante estudo do referido texto, em disciplina por ela ministrada no PPGL-UFSM e intitulada *Sujeito e Discurso I*.

³⁰ Grifos do autor.

³¹ A saber, a Revolução Francesa, a questão da revolução socialista a partir do século XIX e as revoluções do século XX, conforme o autor no texto já referido.

tempo, não houve prática nenhuma de política linguística: o mosaico de falares permaneceu intocável, “tão intocável quanto o corpo do rei” (Ibid., p. 10). Pode-se dizer que o feudalismo, explicitamente, manteve a diferença e, através dela, a ordem existente de então.

Neste outro período, porém, que se configura a partir da chegada burguesia ao poder, a qual destitui a ideologia religiosa feudal, instaura-se uma nova ordem, a qual visava a absorver as diferenças, fazendo com que as barreiras visíveis desmoronassem. Para isso, a revolução burguesa universalizou as relações jurídicas, quando, para se tornarem cidadãos, os sujeitos *deveriam se libertar de seus particularismos históricos*, conforme nos explica Pêcheux (Ibid.). Libertarem-se de seus particularismos históricos também pressupõe desfazerem-se de suas especificidades linguísticas, o que vai levar à alfabetização, no aprendizado e na utilização legal da língua nacional. Segundo Pêcheux,

[...] o resultado do que acabamos de lembrar brevemente consiste em uma mudança estrutural na forma das lutas ideológicas: não mais o choque de dois mundos, separados pela barreira das línguas, mas um confronto estratégico em um só mundo, no terreno de uma só língua, tendencialmente Una e Indivisível, como a República (1990 [1982], p. 11).

Depois disso, enquanto organiza uma nova divisão da sociedade, sob a cobertura de uma unidade formal no Direito, a qual passa pela difusão dessa língua nacional, a burguesia “organiza uma desigualdade real, estruturalmente reproduzida por uma divisão no ensino da língua e da gramática” (Id.Ibid.). Na necessidade de dominação de uma classe, é a ideologia jurídica que vai introduzir “uma *barreira política invisível*³², que se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista” (Id.Ibid.). Nesse sentido, Orlandi (2007) expõe, em relação à Gramática, que não é em seu conteúdo, mas no modo como se estrutura seu discurso em função de um sujeito de conhecimento que se encontra a marca da interpelação, a de um sujeito que deve se relacionar com o saber da língua:

Língua de que a gramática pode prover o conhecimento e, dessa forma, o domínio. [...] Assim, podemos dizer, agora de modo geral, que a gramática em seu processo de produção faz muito mais do que ser um lugar de conhecimento ou norma. Ela é a forma da relação da língua com a sociedade na história. [...] É esse sujeito, é esta posição-sujeito que somos

³² Grifos do autor.

convidados (aprendemos) a ocupar quando aprendemos a língua. Ora, esse sujeito não pode resistir à língua sem ser marginalizado ao cair fora da norma (Ibid., p. 14-15).

Ao tratar do lugar que esses saberes ocupam e pensar no segundo movimento, o da individuação pelo Estado, precisamos entender o processo social que envolve a posição-sujeito imigrante italiano diante da língua, do simbólico, porque não há como negar que esta se constitui em uma de suas barreiras sociais.

A barreira política invisível, continua Pêcheux (1990 [1982]), constitui a nova *língua de madeira* da época moderna: ela representa, no interior da língua, a maneira política de negar a política. E continua o autor:

[...] o importante aqui é que esta nova barreira, invisível, não separa “dois mundos”; ela atravessa a sociedade como uma linha móvel, sensível à relação de força, resistente e elástica, sendo que, de um e outro de seus lados, as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não têm o mesmo “sentido”: esta estratégia da diferença sob a unidade formal culmina no discurso do Direito [...] (Id.Ibid., p. 11).

Para o referido autor, o espaço da língua de madeira também é o “espaço do artifício e da dupla linguagem, linguagem de classe dotada de senha e na qual para ‘bom entendedor’³³ meia palavra basta” (GADET; PÊCHEUX, 2004 [1981], p. 24). Acrescentaríamos que também a ele fazem sentido os não-ditos e os silenciamentos, os quais, muitas vezes, mais dizem do que aquilo que ilusoriamente se pressupõe estar explícito. Por esses caminhos, continuam a fazer sentido outras palavras. Vale lembrar aqui uma passagem do *Sermão do Bom Ladrão* do Padre Antônio Vieira:

[...] o que mais me admirou, e quase envergonhou, foi que os nossos oradores evangélicos, em tempo de príncipes católicos e timoratos, ou para a emenda, ou para a cautela, não preguem a mesma doutrina. Saibam estes eloqüentes mudos que mais ofendem os reis com o que calam, que com o que disserem, porque a confiança com que isto se diz é sinal que lhes não toca e que se não podem ofender; e a cautela com que se cala é argumento de que se ofenderão, porque lhes pode tocar³⁴.

Compreendemos, portanto, pelos sermões, discursos, e por que para palavras como “sem-terra”, embora tenham um sentido para o latifundiário, outro para os *exilados de seu próprio chão*, e outro, ainda, para o imigrante, tenta-se fazer

³³ Destaques dos autores.

³⁴ Fonte: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000025pdf.pdf>>. Acesso em: fev.2012.

a contenção de sua multiplicidade de sentidos, ancoradas nos diferentes sítios ideológicos. Ou, por qual razão o que vale perante a lei é passível ao jogo dos sentidos, pelo que constitui também sentido a ilustração que consta nos sermões³⁵ do Padre Antônio Vieira, quando figurantes sem nome próprio questionam:

[...] É o que disse o outro pirata a Alexandre Magno. Navegava Alexandre em uma poderosa armada pelo Mar Eritreu a conquistar a Índia, e como fosse trazido à sua presença um pirata que por ali andava roubando os pescadores, repreendeu-o muito Alexandre de andar em tão mau ofício; porém, ele, que não era medroso nem lerdo, respondeu assim. - Basta, senhor, que eu, porque roubo em uma barca, sou ladrão, e vós, porque roubais em uma armada, sois imperador? - Assim é. O roubar pouco é culpa, o roubar muito é grandeza; o roubar com pouco poder faz os piratas, o roubar com muito, os Alexandres³⁶.

Nessa construção do conceptismo barroco de Vieira, tão válida ainda quando pensamos a estrutura pela qual/na qual somos/estamos assujeitados na contemporaneidade, encontra-se mais um lugar para se saber da barreira invisível, conforme citação anterior. Gadet e Pêcheux (2004 [1981], p. 24), na análise que fazem sobre como funciona a linguagem no capitalismo contemporâneo em suas novas roupagens – como o discurso da mundialização, dirá Orlandi (2012) - e de como a linguagem está organizada para produzir sentidos, nos define uma outra língua, assim constituída: “dominação mais sutil, que consiste em reforçar as marcas pelo jogo interno de sua diferença, pelo jogo publicitário da linguagem comercial e política: a *‘língua de vento’*³⁷ permite à classe no poder exercer sua maestria, sem mestre aparente”. Afirma Pêcheux (2011 [1979], p. 91) que “O Estado capitalista moderno passou a ser mestre na arte de agir à distância sobre as massas. É esta toda a arte da propaganda, e esta arte (arma) não poderia virar-se, como tal, a serviço do proletariado e das massas”. Este é o momento em que o dizer substitui a prática ou o dizer é a prática.

Poderíamos, inclusive, identificar - além do imaginário do “*american way of life*”, quando muitos latino-americanos deixavam seus países de origem pelo sonho de “fazer a América”, quando lá eram chamados, através de sua própria língua, de

³⁵ Embora estejamos trazendo o discurso religioso, interessa-nos o discurso deste sujeito pelo papel de discurso político desempenhado quando das suas condições de produção.

³⁶ Fonte: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000025pdf.pdf>>. Acesso em: fev.2012.

³⁷ Grifos do autor.

*cucarachas*³⁸ - alguns slogans utilizados pelo próprio Estado brasileiro, entre eles, segundo Queiroz e Manhanelli (2009, p. 106): o do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), “50 anos em 5”, ou seja, cinquenta anos de desenvolvimento em cinco do referido governo; “Eu te amo, meu Brasil” e “Ame-o ou deixe-o”, slogan que subscrevia a força do autoritarismo e da censura do governo de general Médici (1969-1974); um “Plante que o João garante”, durante o “milagre econômico” (para quem?) do governo militar de João Figueiredo (1979-1985). Além desses, “Tudo pelo social”, de José Sarney (1985-1990), quando a inflação chegou a níveis insuportáveis para a população; “Brasil, união de todos”, de Itamar Franco (1992-1995); “Avança, Brasil!”, de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); “Brasil, país de todos”, de Lula (2003-2010); e o atual, “País rico é país sem pobreza”, de Dilma Roussef (2011 - atual), quando, mesmo que se pense e se invista em programas sociais que tiraram da linha de miséria³⁹ significativa parcela da população, o sistema financeiro continua a manter a sua estrutura e a garantir sua fonte de lucros.

A língua de vento de que nos fala Pêcheux, tão presente em formas explícitas, nos discursos estampados nas mídias hoje, pode ser compreendida, então, tanto como aquela que serve para vender produtos da indústria, quanto aquela que serve àqueles que constroem personagens que vendem produtos da política, conforme ilustramos. Também, nos discursos ilusórios de igualdade, vide os exemplos da *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (ONU/1948) e da *Constituição Brasileira* (1988), sobre a qual questionamos: quem é que a organiza tão eficaz? Indubitavelmente, a língua de vento é uma língua produzida por alguém a quem não se faz necessário ouvi-la: “Ela não serve tampouco ao seu mestre. O imperialismo fala hoje a língua de ferro, mas aprendeu a torná-la tão ligeira quanto o vento” (GADET; PÊCHEUX, 2004 [1981], p. 24).

Nessa mesma reflexão, encontramos na Literatura lugares onde podemos observar tais questões. Mesmo em exemplo de um outro espaço temporal, podemos relacionar, senão ao próprio Padre Antônio Vieira, ao Sermão do Padre Antônio Vieira, anteriormente mencionado. No sermão, há uma imagem da Igreja “vendida” por ele: esta, que em seu discurso propagandiza a ética, sabemos, é a mesma

³⁸ *Baratas*: porque proliferam, vivem em cantos (à margem).

³⁹ De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), houve um encolhimento das classes D e E, que em 1992 representavam, juntas, 62,13% da população. Em 2003, 54,85% dos brasileiros eram pobres. Hoje, somadas, as classes D e E representam 33,19% dos 191,4 milhões de habitantes do país (Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 08.jun.2012).

daquela, aparentemente uma outra, a da Inquisição. Mas não nos esqueçamos: as línguas de ferro “sem disfarces” ainda existem, porque ainda existem Estados autoritários e fascistas.

Porém, Pêcheux vai mais adiante ao colocar que uma língua pode estar ligada à outra: “A língua de madeira do direito e da política se enrosca com a língua de vento da propaganda e da publicidade. Uma face obscura a nossa modernidade a que uma reflexão da língua não podia permanecer cega” (GADET; PÊCHEUX 2004 [1981], p. 23). Podemos perceber que esses entrelaçamentos se efetivam nas mais diferentes “configurações”, relativas àquilo que se tem num determinado tempo e espaço. Assim, mesmo que no final do século XIX a propaganda e a publicidade não tivessem os suportes e os recursos que vão se desenvolvendo nos séculos subsequentes, não significa que tal arranjo não possa ter sido construído. Ou seja, a propagandização de que emigrar seria a salvação acontece pela palavra dos que emigravam sazonalmente em busca de trabalho em outras regiões da Europa, que, por sua vez, vinha de outras vozes: pela figura do padre, pelos agentes da imigração, mas aos interesses de um Estado. A divulgação do propósito da construção de um Estado-Nação vai se dar durante o Estado Novo pelo rádio e com a imagem do líder que sintetiza em si tais ideais que se convencionou chamar de populismo. Hoje, os discursos sobre a igualdade encontram eco em suas próprias vítimas, quando formas mais sutis de dominação e divisão social tem se solidificado. Como refere Orlandi (2012, p. 108), “a propaganda se faz com imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos” e, considerando-a como um negócio da psicologia, acrescenta que, para isso, é preciso “levar em conta o que as pessoas têm na cabeça, saber como se endereçar a elas, saber tocá-las, saber comunicar, se ajustar às pessoas para ajustá-las, para melhor mirar o alvo de suas cabeças”. Se “a ideia de que o homem é um ‘animal influenciável’ de uma grande plasticidade que se impõe como uma *evidência*⁴⁰ do século XX” (Ibid., p. 110), a autora dirá que do século XXI isso não é diferente.

Nesse sentido, Orlandi (2012, p. 107) propõe “uma reflexão que fale sobre Propaganda Política e a Língua de Estado”, “uma reflexão sobre como se faz circular a política pelos meios de massa para a população em geral e que essa política assim formulada o seja pelas instâncias do Estado”. Para isso, retoma um texto de

⁴⁰ Grifos do autor.

Pêcheux que, segundo ela (Ibid.), foi produzido em um momento em que a burguesia multinacional desenvolveu operações midiáticas de massa contra tudo que resistia a sua política, ao mesmo tempo em que, na esfera do socialismo, também se intensificavam as propagandas governamentais, ou seja, em um momento em que acontecia a chamada guerra ideológica.

Pêcheux (2011 [1979]), sobre o discurso de alguns líderes totalitários, trata de uma língua de Estado, caracterizando-a como aquela em que se emprega uma série de estratégias de discurso a fim de evacuar qualquer contradição e mascarar a existência das relações de classes. A língua de Estado “usa uma falsa aparência para contornar indefinidamente o que todo mundo sabe e ninguém pode dizer” (Ibid., p. 86). Orlandi, por sua vez, refere-se a ela como “o modo pelo qual ele [o Estado] dá sentido a si mesmo” (2012, p. 107).

Há, no entanto, diferença nas condições de produção dessas considerações. Enquanto Pêcheux (2011 [1979], p. 87) se embasa em ocorrências que circundaram a Segunda Guerra Mundial, as quais desencadearam outras formas de assujeitamento, Orlandi analisa enunciados de propaganda do Estado brasileiro da primeira década do séc. XXI, e sua conclusão caminha no seguinte sentido: que demos mais uma volta na roda da propaganda e nos aprofundamos no funcionamento de novas formas de assujeitamento. Discursos como o que a referida teórica analisa, a saber, “Brasil, um país de todos” - enunciado que se constitui como slogan oficial do governo Lula e “faz parte do que estamos chamando de Língua de Estado, pois representa o ‘pensamento’⁴¹ do Estado” (ORLANDI, 2012, p. 125) –, é também “um procedimento produzido pelo Governo Federal em sua propaganda: a Língua de Vento, mundializada [...]” e “trata-se ainda e sempre da ideologia e do assujeitamento” (Ibid., p. 127-128), pois, nesse enunciado,

[...] silencia-se como é do gosto da ideologia da mundialização o fato de que somos um Estado, uma Nação com suas especificidades, com seu povo, com suas diferenças, como é próprio do capitalismo. Ao jeito do discurso neoliberal, mundializado, homogêneo, em que noções como democracia, cidadania não se calçam de determinações concretas (Ibid., p. 126).

Nesses discursos, afirma Orlandi (2012, p. 130), reina a performatividade, quando os gestos e as declarações substituem as práticas, ou seja, a propaganda

⁴¹ Grifos da autora.

substitui a prática política. Isso nos remete aos vocativos e aos apostos – para partir da superfície linguística – utilizados nos discursos direcionados ao povo pelos governos.

Essa colocação nos encaminha ao governo de Getúlio Vargas quando do Estado Novo (1937-1945), período em que o Estado, autoritário, imbuíu-se da tarefa de construir uma “Nação”, o qual, ao projeto de como dar a ela uma representação de unidade, acrescentou-lhes outros, entre os quais, os que levaram às medidas jurídicas centralizadoras que interditaram as línguas dos imigrantes, conforme sinaliza Payer (2001). Naquele momento, o presidente, ao iniciar seus pronunciamentos, dizia “Trabalhadores do Brasil...!” e era conhecido como “o pai dos pobres”, frase bíblica (Livro de Jó - 29:16), e título criado pelo seu Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A esse respeito, vale destacar o seguinte:

A política de disseminação da ideologia estado-novista adotada pelo DIP, porém, era muito mais efetiva. Criado em dezembro de 1939, substituiu o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, que em 1934 havia ocupado o lugar do Departamento Oficial de Propaganda (DOP), formado em 1931. Diretamente subordinado à Presidência da República, o órgão tinha o objetivo de centralizar, coordenar, orientar, superintender a propaganda oficial interna e externa [...], fazer censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura e da imprensa. (Decreto-lei 1915, de 27.12.1939) (JAMBEIRO et al., 2004, p. 13).

Além disso, continuam os autores (Ibid.), o DIP também criou um sistema para o controle das comunicações, da cultura e das artes em todo o país. O rádio, os jornais e as revistas eram instrumentos para a promoção dos novos valores que o Estado Novo queria que os brasileiros assimilassem: uma ideologia nacionalista dedicada à construção de um capitalismo urbano-industrial, num país defendido contra influências estrangeiras, e voltado para sua própria cultura e seus valores tradicionais. Nesse sentido, levando-se em conta a memória e os sujeitos na contemporaneidade, Orlandi afirma:

[...] podemos dizer que a propaganda, mais especificamente a propaganda política, como arte de anestesiar as resistências, de absorver as revoltas no consenso e de fazer abortar as revoluções, progrediu bastante quando pensamos o que significa o “marketing político” atualmente, e assistimos seu funcionamento em período de eleições. É outra gestão dos sujeitos que se apresenta. São novos modos de assujeitamento (2012, p. 131).

Com isso, presentifica-se a questão de que, mais do que nunca, quanto mais se constrói o efeito de sentido de igualdade e se sente anular, apagar a diferença, aí “a ideologia funciona mesmo, e sobretudo, quando parece não estar funcionando” (PETRI, 2010a, p. 33). É possível perceber isso hoje, quando todos têm direito de acesso à educação garantido pelo Estado, inclusive ao ensino superior; porém, aspectos relacionados à permanência dos alunos e à qualidade da educação ficam sob a responsabilidade – e vontade – do indivíduo, embora se saiba da complexidade de questões imbricadas⁴² nesse contexto. Segundo Orlandi (2012, p. 142), mais uma vez se evita falar sobre o povo, sobre o pobre, “porque estes são lugares de litígio, de mobilização social, do não estabilizado, daquilo que, sujeito a equívoco, seria possibilidade real de ruptura da estrutura, da divisão social. Que sempre é adiada”.

Retomando Courtine (1999, p. 19), este propõe considerar “a ordem do discurso no campo político, como uma das modalidades da existência da memória histórica”, e, com isso, lançamo-nos a uma questão posta pelo autor, que é a de saber como um discurso político funciona. Segundo ele,

[...] queremos refletir antes sobre a ordem do discurso das “línguas de estado, as quais “dividem em pedaços a lembrança dos eventos históricos, preenchidos na memória coletiva de certos enunciados, dos quais elas organizam a recorrência, enquanto consagram a outros a anulação ou a queda” (Ibid., p. 16).

É isso o que está posto tanto na anulação de *Clementis*, quanto na recorrência de *Gottwald*: é a língua de Estado que determina. Assim, considerando que em toda e qualquer relação intermediada por discursos estão constituídas práticas políticas e ideológicas, a partir de Orlandi (2012, p. 55), temos que o político está presente em todo o discurso, da seguinte forma:

O político, ou melhor, o confronto do simbólico com o político como diz M. Pêcheux (1975), não está presente só no discurso político. O político, tal como o pensamos discursivamente está presente em todo discurso. Não há sujeito, nem sentido, que não seja dividido, não há forma de estar no discursivo sem constituir-se em uma posição-sujeito e, portanto, inscrever-se em uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, é a projeção da ideologia no dizer. As relações de poder são simbolizadas e isso é o político. A análise de discurso trabalha sobre relações de poder simbolizantes em uma sociedade dividida.

⁴² “Todos pela educação” é lema de campanha atual do governo federal para melhorar a situação da educação no país.

Todo discurso está imbricado numa relação de poder. E é sobre esse sujeito e essa sociedade dividida que estamos construindo o nosso discurso. Assim, quando nos fala da língua de madeira para dizer da memória saturada e lacunar, além da memória com eclipses – aquela que dá conta do encobrimento de um fato por outro - e da língua de vento, para explicitar a instabilidade e fluidez da língua *de um Mestre que não ousa dizer seu nome*, abrigada pelas democracias ocidentais, Courtine (1999) também se refere a outras, aquelas que vêm pelos ventos do Leste, do frio, que estão paralisadas, imobilizadas por esse frio, a adaptação da nova língua (“novlangue” ou “newspeak”) de George Orwell, chamada de língua de pano, caracterizada como rude, áspera, desigual, além das línguas de peso, de mármore ou de ferro, talhadas na massa e fundidas em bloco, a dos regimes totalitários: pluralidade de metáforas que se abrem a múltiplas reflexões.

Ora, assim como Courtine, que explicita os discursos através de metáforas, todas elas referentes a línguas de Estado, no percurso que estamos fazendo, em que encontramos esse e outros teóricos a nomearem as línguas (conforme também Gadet e Pêcheux em **A língua inatingível**⁴³), pedimos licença e arriscamo-nos a pensar também através desse recurso. Se há as línguas de Estado, há também a língua do povo, das minorias, da massa, dos pequenos/grandes grupos que também produzem discursos, aqueles discursos que não os institucionalizados.

Nessa questão, embora Pêcheux (2011 [1979], p. 91) afirme que devemos reaprender na prática que a luta de classes não é simétrica, do mesmo modo que a contra-identificação estratégica ao adversário é um engano, porque há arte em anestesiá-las e em absorver as revoltas no consenso, entre outras, lembramos, do próprio autor, que elas existem: “não há dominação sem resistências: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’⁴⁴” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 281). Além disso, Pêcheux pontua que “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente que significa que [...] é preciso ousar pensar por si mesmo” (Id.Ibid.) Assim, propomo-nos a pensar uma outra língua.

⁴³ Cf. consta nas referências bibliográficas.

⁴⁴ Grifos do autor.

Nessa outra língua - que não a de Estado - e por essa língua, um sujeito. Um sujeito (mesmo dividido) que tem um sonho, uma utopia – a utopia de um Estado justo, onde possa pertencer, pois estava à margem: *Noi sian partitti dal nostro paesi/Noi sian partitti col nostro onore/Trenta e sei giorni di machina a vapore/In nel'America noi siamo arriva*, canta esse sujeito, quando em alto-mar, marcando a inquietude através do refrão: *Merica, Merica,Merica/ Cossa sarala sta Merica*. Diante disso, permitimo-nos nomear o discurso dos imigrantes, o qual remete também a castelos de sonhos: *Chi no conosce sto bello Brasile/ Circundato de monti e de piani/ Ma coll'industria dei nostri italiani/ Abbian formato paesi e citá*⁴⁵.

Nossa pesquisa nos conduz a pensar na presença de uma “língua de areia”. Língua de areia, aquela que diz, mas cujo dito se esvai, não permanece porque não se registra, desconfigura-se porque não possui uma estrutura interna que a mantém. Além disso, o que dela tem certa continuidade é apenas uma memória perdida no tempo - tempo esse marcado pela dispersão/divisão da areia de uma ampulheta - que não é mais reencontrada senão em grãos, grãos de areia dispersos, ou que não é retomada em discursos e, se e quando, porventura, se organiza novamente, jamais consegue se reconstruir, se erguer e voltar à forma anterior. Uma língua que se diferencia tanto da língua de madeira quanto da língua de vento: enquanto a de madeira atravessa a sociedade como uma linha móvel, e a de vento toca a tudo e a todos, aparentemente sem distinção, a de areia, qual castelo construído à beira do mar, está à margem e, por isso, pouco interessam os sentidos de suas palavras; enquanto isso, a de vento exerce sutilmente seu poder, dirigindo para onde quiser os sentidos, associada, muitas vezes, à de madeira; já a de areia, por sua vez, vai estar à mercê de para onde este vento sopra, adaptando-se à sua força, deixando à deriva os sentidos, pois estes se desmoronam, se pulverizam, embora fiquem os seus sinais, mesmo que o vento desfaça seus relevos ou deixe que, fragilmente, se

⁴⁵ Canto do imigrante de autoria de Angelo Giusti. A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, pela Lei n. 12.411, sancionada em 22 de dezembro de 2005, passou esta canção a hino oficial da colonização italiana no Estado. O projeto de lei é de autoria do então deputado José Sperotto (DEM). Destacamos que existem pequenas variações da letra, conforme a região de imigração. Em tradução nossa para a letra que usamos, porque é a que circula na Quarta Colônia: “Nós partimos do nosso país/Nós partimos com nossa honra/Trinta e seis dias de máquina a vapor/Na América nós vamos chegar/[...] América, América, América/O que será está América/ [...] Quem não conhece este belo Brasil/Rodeado de montes e de planícies/Mas com a indústria de nossos italianos/Formaremos países e cidade [...]”.

formem outros. Mas resiste, marca sua presença; muitas vezes, não se tem como apagá-la, negá-la, não sentir sua presença.

É mister salientar que uma língua de areia é constituída de grânulos, pequeníssimos fragmentos de rochas, ora lisos, esféricos, ora ásperos, mas sempre pequenos e que, por isso mesmo, entram nas cavidades mais insuspeitas e atrapalham, podem incomodar. Se as línguas de Estado se apresentam como línguas de ferro, línguas de madeira ou, inclusive, travestidas em línguas de vento, a contrapartida, em nossa análise, é apresentar a língua de imigrantes como essa língua de areia, a que paradoxalmente se deixa levar, mas não se desmancha. Enquanto *O chapéu de Clementis* nos mostra o poder daquelas línguas de Estado, os monumentos da Quarta Colônia, erigidos pelos próprios imigrantes, são discursos instituídos pela língua de areia, e esse discurso também

[...] tem uma memória, desenvolve-se em um espaço próprio, que se construiu por relações entre seres que se significam e significam as relações que sustentam a própria existência deste espaço como espaço vivido/dividido com seus gestos de significação (ORLANDI, 2004, p. 26).

Sociedade dividida, como nos mostra Orlandi (Ibid.). Além disso, se a memória do Estado satura ou deixa lacunas, não teríamos também a presença – e até a resistência - de línguas outras que preencheriam os buracos ou resgatariam fragmentos ou ainda se contraporiam às saturações por aquelas realizadas – ou até se prestariam a novos apagamentos? Na relação história e memória, inicialmente, o oficial; nessa mesma relação, pode-se não ter nada de oficial. Por isso, “compreender os modos de funcionamento da história/memória na produção dos sentidos observáveis nas relações entre diferentes práticas sociais” (PETRI, 2010b, p. 67) torna-se tão relevante nesta disciplina de interpretação. Em outras palavras, é a presença do político diante do simbólico, que mede forças: nas/pelas línguas que se enroscam, a luta pelo poder do dito.

Essa colocação nos leva, dentro da Análise de Discurso, a *desconstruir o tecido das evidências subjetivas* e lança-nos questões ora sobre a/ou da construção, desconstrução, destruição e reconstrução de alguns monumentos na região denominada Quarta Colônia de Imigração do Rio Grande do Sul: o que sabemos oficialmente sobre as condições que envolvem esses discursos, construídos de outras materialidades? O que dizem esses discursos? Que

processos estão envolvidos em tais práticas? Como isso chega hoje e de que forma? Diante disso, considerando que “a história resiste ao tempo; o que não pode a memória” (DAVALLON, 2007 [1983], p. 26) e que “nenhuma memória pode ser entendida como um frasco sem exterior” (PÊCHEUX, 2007 [1983], p. 56), precisamos da história. Mas qual história?

1.1.4 Discurso, história e memória

Paul Henry (2010 [1984], p. 23-25), a partir de questionamento de Popper sobre o que se entende por história e se esta pode ser considerada como ciência/científica no lugar e na forma como tem sido colocada na relação com outras ciências humanas e sociais, considera tal questionamento pertinente, uma vez que isso tem, muitas vezes, alimentado equívocos. Avalia o autor que tem havido, nas referidas ciências, uma tendência a negar a existência de uma dimensão própria à história, colocando que ela não representaria mais do que o lugar ou o espaço da combinação, da articulação, da complementaridade de processos ou mecanismos a-históricos; ainda, que não teria mais conteúdos específicos, mas representaria o ponto de vista de uma totalidade e da complementaridade do que estudam tais ciências, quando ela representaria o “contexto”. Para ele, a situação é paradoxal: de um lado, a história é colocada como uma posição à parte; por outro, por não ter um objeto que lhe seja próprio, é recusado, por ela mesma, a questão de ser ciência. E diz que a tendência é a de vê-la cientificamente, uma vez que excede a simples descrição empírica dos fatos e acontecimentos do passado assim como suas sucessões. Resume suas reflexões trazendo para seu texto as palavras de Michel Foucault⁴⁶, para quem a história não tem lugar em meio às ciências humanas nem ao lado delas, pois teria, outrossim, com todas elas, uma relação de vizinhança em um espaço comum.

Para o referido autor, aquela história, então, é uma história que não existe. Se, como ele mesmo coloca (Ibid., p. 47), o homem não está somente preso a uma evolução biológica, não tem somente no decorrer de sua vida um desenvolvimento

⁴⁶ Em citação de Paul Henry, referindo-se à obra **Les mots les choses**.

individual físico, fisiológico, intelectual, moral, etc., mas tem uma história, antes de tudo, porque ele fala – “e os homens podem lhe dar o sentido que quiserem sob a reserva de que eles se coloquem de acordo entre si e deem conta das realidades” (Ibid., p. 46) - é ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe. E conclui:

Ao contrário, não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. Isso vale para nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande História (Ibid., p. 47).

Assim é que diante de um acontecimento, como o que Pêcheux analisa, a respeito da eleição de F. Mitterrand⁴⁷ para presidente da França, que Pêcheux vai trabalhar com questões teóricas como a do “estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas” (PÊCHEUX, 2008 [1988], p. 28). Diante disso, podemos entender que, ao lado do fato de a Análise de Discurso não trabalha “com a história e a sociedade como se elas fossem independentes do fato de que elas significam” (ORLANDI, 2009 [1999], p. 16), temos também que:

[...] a história não deverá mais valer pelo acúmulo de informações que consegue reunir ao longo do tempo, mas pelo efeito de sentido que os acontecimentos revelados produzem num determinado espaço sócio-cultural e numa determinada época (PETRI, 2006, p. 4).

A história existe como constitutiva do sujeito e do sentido, não sendo apenas fato exterior, como aspecto de complementaridade. Além disso, Orlandi (2009 [1999]) pensa a história também na sua relação com o interdiscurso, compreendendo-o como historicidade, como o que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a própria discursividade. Segundo a autora (Ibid.), inscreve-se essa exterioridade no interior da textualidade.

Afirma Orlandi (2009 [1999], p. 33) que, “ao se pensar a relação da historicidade (do discurso) e da história (como se dá no mundo)”, considera-se o

⁴⁷ F. Mitterrand, eleito em 10 de maio de 1981, é a esquerda chegando ao poder na França.

interdiscurso como o lugar onde isso se especifica. Já Pêcheux (2007 [1983]), ao abordar as condições por ele entendidas como mecanismos e processos, entre outros, nas quais um acontecimento histórico - um elemento histórico descontínuo e exterior - é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória, também define como esta deve ser entendida. Para o autor, ela não pode ser apreendida como memória individual, “mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, da memória construída pelo historiador” (Ibid., p. 49-50), o que é uma questão que envolve tanto a linguística quanto o que toca as disciplinas de interpretação: “logo a ordem da língua e da discursividade, a da “linguagem”, a da “significância” (Barthes), do simbólico e da simbolização...” (Id.Ibid.).

Pêcheux explica que há uma fragilidade no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória, uma dupla forma-limite: “o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido” (2007 [1983], p. 50). No embate entre história e memória e, principalmente no que colocamos anteriormente, de acordo com as concepções pechetianas, quanto à fragilidade dos processos de constituição – ou não – dessa memória, percebemos o quanto isso diz à questão da imigração em que estamos pensando: a memória é um espaço contraditório, múltiplo, fragmentado, elíptico.

Diante dessas colocações, recorremos a Courtine (2006, p. 2) quando este diz que “a memória que nos interessa aqui é a memória social, coletiva, em sua relação com a linguagem e a história”, não a do campo da psicolinguística, nem dos neurocientistas, tampouco dos cientistas cognitivos, que visam a compreender certos processos. O autor ainda busca Halbwachs, o qual vê a linguagem como uma via de acesso essencial para a análise de quadros sociais da memória, ou seja, “é sempre a linguagem que está, para Halbwachs, de maneira explícita ou implícita, no coração dos processos de memória” (Ibid., p. 3).

Assim, trazemos também para nossas reflexões as colocações de Halbwachs (2009 [1968]) acerca de história e memória, pois essas noções, segundo o sociólogo, comportam também aquilo que trata como memória histórica e memória coletiva (a que poderíamos associar, em Análise de Discurso, como o que está na ordem do interdiscurso, *algo fala antes, em outro lugar*). Para o autor (Ibid., p. 79), por história “devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas,

mas tudo que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto”; além disso, “a história divide a sequência dos séculos em períodos, como distribuimos a matéria de uma tragédia em muitos atos” (Ibid., p. 102); por memória histórica (Ibid., p. 99), “a seqüência de eventos cuja lembrança a história conserva”; porém, não serão seus contextos aquilo que vai representar o essencial do que chama de memória coletiva.

Já por memória coletiva, Halbwachs refere que esta “não se confunde com a história e a expressão *memória história* não é muito feliz, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto” e explica-nos: “a história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens” (Ibid., p. 100), embora acrescenta que esses acontecimentos, quando lido nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo. Além disso, distingue a memória coletiva da história em pelo menos dois aspectos: o primeiro, é que “ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 2009 [1968], p. 102), sendo que, por definição, “não ultrapassa os limites desse grupo” (Ibid.); o segundo, é que, “na realidade, existem muitas memórias coletivas” (Ibid., p. 105), enquanto a história seria apenas uma. Outra questão abordada pelo autor é que “não existe nenhuma memória universal” e “toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço” (Ibid., p. 106).

Nora (1993 [1984], p. 7), historiador, por sua vez, traz o seguinte: estaria acontecendo, na era contemporânea, um processo de aceleração da história, marcando o fim do equilíbrio entre a história e a memória. Tal questão estaria ligada ao apogeu de crescimento industrial, em fenômenos bem conhecidos, como a mundialização, a democratização, a massificação e mediatização (ao que Orlandi refere como memória metálica): o modo da percepção histórica, com a ajuda da mídia, dilatou-se, quando, então, substituiu-se “uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” (Ibid.). Diante disso, estaria a necessidade do estabelecimento dos lugares de memória, pois “se habitássemos ainda nossa memória, não haveria necessidade de lhe consagrar

lugares” (Ibid., p. 8). Ainda, segundo o autor, “há locais de memória porque não há mais meios de memória” (Ibid., p. 7).

Nora (Ibid., p. 9) distingue, então história de memória e, no paralelo que faz, diz que, enquanto a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos – e, nesse sentido, sempre em evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações -, a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais; enquanto a memória é fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história, uma representação do passado; a memória, por ser efetiva e mágica, não se acomoda a detalhes que a confortam, outrossim se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais, flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções; a história, por ser operação intelectual e laicizante, demanda análise de discurso crítico; ainda, enquanto a memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna prosaica. Além disso, a memória emerge de um grupo que ela une e - aqui, o autor traz Halbwachs, que existem tantas memórias quanto grupos - é por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada, ao contrário da história que pertence a todos e a ninguém, vocação para o universal; a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto, e a história só se liga a continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas; e, finalizando, a memória seria um absoluto enquanto a história só conheceria o relativo. Diante disso, os lugares de memória a que Nora remete, “nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações [...] porque essas operações não são naturais” (1993 [1984], p. 12); além disso, salienta que, “sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria” (Ibid.).

Pela questão, ainda, que a memória tradicional desaparece, Nora (Ibid.) observa que nos sentimos obrigados a acumular vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, enfim, o que considera sinais visíveis daquilo que foi, “como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história” (Ibid., p. 15). Acrescentamos, ao que o autor apresenta, que é preciso construir/reconstruir monumentos (portadores de imagens, produtores de discursos, discursos), tendo em vista uma memória que pode estar

ameaçada. Continuamos com o que nos coloca o autor, que, “se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis” e, se, “em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória” (Ibid., p. 13)

Outra consideração relevante, diante do que só temos a fazer confirmações, é que “são hoje as empresas privadas e as administrações públicas que engajam arquivistas com a recomendação de guardar tudo, quando os profissionais aprenderam que o essencial do ofício é a arte da destruição controlada” (NORA, 1993 [1984], p. 15).

Na Quarta Colônia, enquanto há uma história oficial que circula, que não se rende aos eventos de uma história social, há uma outra memória, também social, que tampouco se rende, se entrega, quiçá resiste ao que (não) contam os livros; e há outra, ainda, que se apaga, aos poucos. Parafraseando e metaforizando o que coloca Petri (2010b, p. 68), “há necessidade de apagar o diabo, o mal, a dificuldade, em prol do estabelecimento de uma história que inclui o menino deus, o bem, a facilidade”.

Estado e Igreja aliam-se para conduzir a história e (re)forçar a memória. Na condução dessa história, sabemos que a Igreja Católica teve relevante papel, não só na divulgação e condução dos italianos para que emigrassem, como também no processo de enraizamento do imigrante em terras brasileiras. Acerca disso, destacamos algumas colocações sobre o processo. Segundo Santin (1986), é pela forte presença da igreja, na Itália, através da - metonímica, salientamos - intervenção do padre – apesar dos anúncios e atrativos publicitários –, que via na América a intervenção da mão divina, e, já no Brasil, a questão da fé católica com todos os seus símbolos – metafóricos - terem se constituído “o grande manacial de forças nos momentos de solidão e abandono para que ninguém perdesse as esperanças no próprio futuro⁴⁸” (Ibid., p. 17) – e quiçá apagando o passado e até o próprio presente -, que se pode explicar e, quem sabe,

[...] pode-se, também, entender e explicar porque os imigrantes construíram mais monumentos à fé, do que escolas; procuraram com maior interesse

⁴⁸ Segundo Lorenzoni (1975, p. 55): “[...] e o padre Marcelino deu a explicação do Evangelho da melhor maneira que lhe foi possível, *recomendando-nos bondade, resignação e o amor a Deus, para podermos superar os grandes sacrifícios a que seríamos sujeitos*, enquanto não tomássemos posse definitivamente das terras que nos fossem designadas”. [grifos nossos]

pelos sacerdotes, do que por professores; confiaram mais nas orações e nas bênçãos (mesmo de benzedeiras e de padres leigos), do que nas ciências; esperaram mais de Deus do que nos homens do governo (Ibid., p. 18).

Isso também justifica a quantidade de igrejas e a relativa e paradoxal qualidade de suas construções diante das carências econômicas dos moradores da referida região, síntese desta influência, deste poder. Evidenciamos algumas avaliações de Zanini: “se os sacerdotes tiveram sua parcela de responsabilidade na emigração, tiveram-na também no processo de adaptação desses sujeitos em um mundo estrangeiro e na legitimação das representações advindas desse encontro” (2006, p. 137); “o padre representava, no imaginário dos pioneiros, a civilização personificada, pois o mundo da tradição do qual provinham estava assentado em crenças e práticas religiosas” (Ibid. p. 138); “a religião, na fase inicial do processo colonizador, desempenhou o papel de agente normalizador e aglutinador das comunidades” (Ibid., p. 139). Tais avaliações nos levam para o seguinte questionamento: se, por essas colocações não sabemos onde, naquele momento, encontrava-se o Estado, não seria porque ele está presente exatamente pela sua ausência? Além dessas colocações, destacamos, principalmente, sobre a vivência religiosa, que ela:

[...] permitia também que os indivíduos, ao compartilharem uma crença, sentissem-se ligados uns aos outros, transformando a religião num idioma: o idioma da italianidade em terra estrangeira. [...] os locais de adoração eram um espaço e um tempo no qual os imigrantes e já colonos italianos no Brasil podiam canalizar e domesticar emoções [...] (ZANINI, 2006, p. 141).

Principalmente, cabe reiterar a questão, quase que num movimento circular de que, por isso tudo, “construíram mais monumentos à fé, do que escolas” (SANTIN, 1986, p. 18). Assim, no que concerne a (re)forçar essa memória - o que acontece com a construção de monumentos -, exemplificamos com outros dos nossos monumentos: num processo parafrástico, temos a substituição do imigrante pelo santo lavrador (cf. monumento da fotografia n. 3); e, no monumento das fotografias n. 6 e 8, que fazem parte do mesmo espaço, pode-se ler religião, herança, tradição, conforme também refere, com outras palavras, Zanini (2006, p. 141).

Diante disso, a produção dos sentidos caminha ziguezagueando entre essas intrincadas relações, pois essas também “trazem à baila questões referentes ao funcionamento da história e da memória, a presença e o funcionamento de cada uma”, além do que “história e memória, neste caso, funcionam coladas uma à outra” (PETRI, 2010b, p. 72). Voltando ao já-dito, Pêcheux (2007 [1983]) explica que existem especificidades, seja em relação ao que é da ordem da linguística, seja em relação ao que é da ordem do discursivo, e, em decorrência, ao que é da ordem do icônico, ao simbólico ou da simbolização. Nesse caso, interessa-nos, sobretudo, o que Pêcheux concebe como “fato incontornável da eficácia simbólica ou ‘significante’⁴⁹ da imagem e sua relação com os fatos de discurso enquanto inscrição material em uma memória discursiva” (Ibid., p. 51). O autor menciona que essa memória poderia colocar em jogo “uma passagem do *visível* ao *nomeado*⁵⁰, no qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura [...]” (Id.Ibid.), considerando que a imagem se mostraria como ela se lê. Pensamos que, embora funcione como um referencial, isso não é garantia para sua leitura, para sua interpretação, pois, assim como não há transparência nas palavras, consideramos que nas imagens também não há, uma vez que é preciso, antes, desconstruir o efeito de evidência.

Nesse aspecto que toca a questão da interpretação, gostaríamos de trazer Orlandi (2010) para quem um texto é uma unidade de significação em relação à situação e para quem, também, embora esta caracterização possa ser mantida, a textualidade, a forma material, a relação com a memória e com as condições de produção certamente diferem quando difere a materialidade significativa. Conforme a autora,

[...] podemos considerar uma imagem um texto (ZEN, 2007), mas com sua materialidade diferente ela constitui um objeto simbólico, significativo, diverso e que produz efeitos de sentido específicos a sua forma e sua materialidade. Como tenho dito, há uma abertura do simbólico e as diferentes linguagens, as diferentes materialidades significantes atestam esta abertura pelas suas distintas formas de significar produzindo efeitos particulares (ORLANDI, 2010, p. 11).

Embora consideremos que, para qualquer que seja a materialidade de um discurso, seja preciso o linguístico para que este seja nomeado, dito ou silenciado,

⁴⁹ Grifos do autor.

⁵⁰ Grifos do autor.

concordamos com Orlandi quando esta refere que discursos de outra natureza produzem efeitos particulares. Monumentos, mesmo que portem uma inscrição ligando-os às suas condições de produção, não trazem em si um manual de interpretação – e, sabemos, se o trouxessem, trariam junto uma contenção dos sentidos, o que já escapa ao próprio do discurso. Nesse caso, os sentidos ficam em aberto, e, pelo que podem dizer – para o que precisam da língua -, muito e além se pode escutar.

Pêcheux (2008 [1988], p. 53) considera que sempre haveria um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento: ora um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que veicula, trabalhando com a estabilização e a integração do acontecimento até a sua eventual dissolução, ora o jogo de força de uma “desregulação” que perturbaria a rede dos “implícitos”. De qualquer forma, *memória*, para o autor,

[...] não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (Ibid., p. 56).

Portanto, pode a memória ser saturada, pode também ser lacunar, com eclipses, segundo Courtine (1999); todavia, Pêcheux (2008 [1988], p. 56) acentua a “marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior”.

Orlandi tem proposto uma distinção entre memória discursiva ou interdiscurso, ao que já nos referimos anteriormente, memória institucional - a memória de arquivo - e a memória metálica (técnica)⁵¹. Para a autora, a memória a que também chama arquivo:

[...] é aquela que não esquece, ou seja, a que as Instituições (Escola, Museu, políticas públicas, rituais, eventos, etc.) praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental, contribuindo na individualização dos sujeitos pelo Estado, através dos discursos disponíveis, à mão, e que mantêm os sujeitos em certa circularidade (ORLANDI, 2010, p. 9).

⁵¹ Não nos deteremos nas especificidades da memória metálica em função do recorte teórico que fazemos.

Para nós, entretanto, também esta memória está sujeita a falhas, equívocos, repetições, entre outras. É esta a memória institucionalizada e, por esta questão, há silenciamentos e apagamentos dentro de sua prática. Na constituição da memória discursiva da Quarta Colônia, enaltecem-se a bravura, a coragem e até o medo, mas não se contam as perseguições e outros atos de violência, referência essa que poderia ser feita ao período ditatorial de Vargas, por exemplo; ou, anteriormente a isso, conforme Zanini (2006, p. 117), as autoridades brasileiras consideravam todos genericamente italianos, alojando-os todos juntos, desconsiderando que eram homens de localidades distintas, que adoravam santos distintos, falavam dialetos distintos, o que desencadeava, muitas vezes, quadro de confronto entre os emigrados.

Cervo (2012, p. 37), ao abordar *memória discursiva e interdiscurso*, nos faz a observação de que, embora muitas vezes estes sejam tratados como sinônimos na/pela literatura, há uma tênue distinção entre um e outro: o interdiscurso, “sendo o já-dito que fundamenta todo dizer, não é ele mesmo representável. Para ser sujeito à representação e à interpretação, é preciso que se faça discursividade [...]”; aquela, em contrapartida, “remete aos acontecimentos e às práticas do passado que sempre podem retornar e (re)significar no presente, possibilidades de reatualização essas que são produzidas no confronto com o que fica silenciado [...]”.

Além do que temos colocado anteriormente, retomamos o que Courtine (1999, p. 19) propõe considerar, a saber, “a ordem do discurso no campo político, como uma das modalidades da existência da memória histórica” e, para isso, lança-se a uma questão mais concreta, que é a de saber como um discurso político funciona. Segundo o autor,

[...] queremos refletir antes sobre a ordem do discurso das “línguas de estado, as quais “dividem em pedaços a lembrança dos eventos históricos, preenchidos na memória coletiva de certos enunciados, dos quais elas organizam a recorrência, enquanto consagram a outros a anulação ou a queda” (Ibid., p. 16).

Portanto, a partir das noções aqui consideradas, passaremos a pensar como se estabelece ou como se movimenta o sujeito (dentro de todas as suas possibilidades de inscrição) diante das diferentes configurações de língua - e

patrimônio⁵² - considerando-se a história e a memória? Talvez, já vislumbremos uma saída, esboçada em discursos outros que se fazem presente e pelos quais se abrem caminhos:

Somente ao tomarmos o discurso, em sua materialidade, já inscrito numa determinada formação discursiva, é que conseguimos tocar sua superfície, e ela não é lisa, porque nela circulam os sentidos; de perto, a superfície não é clara nem transparente, mas sim opaca e misteriosa; e, definitivamente, ela não é deserta, porque nela inscrevem-se os sujeitos e deleitam-se os analistas. A superfície do discurso é sintaxe e é semântica, é o lugar das inflexões, das nuances, das formas de sedução e do fascínio que nos domina sem que possamos resistir. A superfície do discurso é também o lugar das aparências e as aparências não têm compromisso algum com uma verdade qualquer; pelo contrário, as aparências têm o poder de deslocar as verdades e desmontar qualquer teor intencional que possa estar “no fundo das aparências”. Essas aparências nos conduzem a uma saborosa aventura num “mar de significações” e é ao sabor das ondas (ideológicas e inconscientes) que oscilamos entre o sentido e o não-sentido (PETRI, 2005, p. 268).

Com isso, podemos voltar a Courtine e à sua afirmação inicial: é preciso ser linguista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo porque, se, de acordo com esse autor (1999, p. 22), “memória e esquecimento são, assim, indissociáveis na enunciação do político. Até no retorno inverso das coisas: [...]”, fazemos nossas outras palavras, também de Courtine: “a memória que nos interessa aqui é a memória social, coletiva, em sua relação com a linguagem e a história” (2006, p. 2). E quem pode dar instrumentos para se pensar sobre isso é a Análise de Discurso.

⁵² Essa é uma noção que será abordada posteriormente, tendo em vista o corpus deste estudo.

Parte II

CAPÍTULO 2

“O chapéu de Clementis”, a metáfora: para instituir o corpus e definir a metodologia

É a partir de um documento fotográfico que elegemos nosso corpus e pensamos nosso estudo. Desse documento fotográfico, que registra o acontecimento da inauguração de um monumento em homenagem ao imigrante italiano, ampliamos nosso olhar para outros monumentos construídos naquele espaço geográfico-social-histórico-político previamente demarcado pelo Estado⁵³ para um povo errante. Mas, trabalhamos com discurso – *efeito de sentido entre os locutores* –, e o discurso depende da ordem material da língua e da história para efetivar-se. Diante disso, reiteramos a colocação de Courtine (1999, p. 15-16), para quem “mesmo que se coloque aqui em jogo a materialidade não-linguística de um documento fotográfico, é na *ordem do discurso*⁵⁴ que ele se é produzido”. Se isso se dá na ordem do discurso, sabemos que dizem – alguma coisa, muita coisa, outras coisas, coisas ao contrário, ou até silenciam - e seus dizeres não são meras mensagens a serem decodificadas, são, outrossim, efeitos de sentido produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. Para isso, é preciso relacionar o dizer com sua exterioridade, as suas condições de produção, que pressupõem os sujeitos e as situações (ORLANDI, 2009 [1999]). É preciso lançarmo-nos, portanto, à tarefa.

⁵³ Segundo De Boni e Costa (1979, p. 83), a Quarta Colônia foi fundada em 1877 e, em 1882, já estavam medidos e demarcados quase todos os lotes, e a população atingia 2.710 habitantes, sendo a colônia emancipada; em 1885, havia 5.318 habitantes.

⁵⁴ Grifo nosso.

2.1 Discurso e outras materialidades

Partindo de uma citação que Pêcheux (2008 [1988], p. 51) faz de um dizer de Milner⁵⁵ (1982, p. 336), a saber, “nenhuma língua pode ser pensada completamente, se aí não se integra a possibilidade de sua poesia” -, Orlandi afirma que “parafrasearia esta afirmação dizendo que a língua não pode ser pensada sem a possibilidade de outras formas materiais significantes” (2012, p. 58). Reconhecendo a abertura do simbólico, a autora chama-nos à atenção que a língua, sujeita a falhas, também pode ser pensada em relação a essas diferentes materialidades significantes, que também são sujeitas à falha.

Conforme Orlandi (Ibid.), o que se tem discutido hoje, ao se falar em diferentes materialidades significantes, é o espaço contraditório do desdobramento das discursividades, o qual tem a língua como real específico. Se não tivermos a língua como referência, não estaremos fazendo análise de discurso, e sim semiologia ou semiótica. Assim, segundo a autora, o ponto teórico de relevância está em que há textualização do discurso em diferentes sistemas significantes, os quais mostram suas especificidades e abrem-se para que sejam exploradas em profundidade suas consequências, inclusive teóricas. Portanto, para Orlandi (Ibid.), pode-se dizer, tendo como base os princípios de análise e de acesso ao objeto, tal como havia colocado M. Pêcheux, que, quando se trabalha com a materialidade discursiva da imagem ou da pintura, ou ainda de outras, não se abandona a relação com a língua. “É preciso compreender, para qualquer caso, a natureza da relação entre as diferentes formas materiais e a concepção de língua como colocada mais acima” (Ibid., p. 47). De qualquer forma, já entrando em questões metodológicas de como fazer para se trabalhar com objetos de outra materialidade significativa, afirma a autora que a primeira exigência para se trabalhar com a materialidade discursiva é dar o primado aos gestos de descrição delas, o próprio da língua enquanto ordem simbólica. Petri (no prelo), nesses termos, pontua que:

Trabalhamos, então, da perspectiva de quem “lê” diferentes materialidades, sendo que essa leitura é algo em movimento e, pela mobilização das noções teórico-analíticas sobre um corpus, é algo que pode explicitar como

⁵⁵ Quando o autor faz referência à obra de Roman Jakobson, em seu artigo “A Roman Jakobson ou Le Bonheur par La Symétrie”.

se dão os processos de produção dos sentidos, viabilizando o que Orlandi designa como “compreensão”, saindo do senso comum e adentrando a especificidade dos discursos analisados. [grifos da autora]

Com base na reflexão de Petri (Ibid.) sobre a metáfora do movimento pendular, formulada para tratar daquilo que fundamenta a metodologia da Análise de Discurso, começamos a apreender que é preciso um movimento permanente entre a teoria e a análise.

Além disso, destacamos o exemplo dado por Scherer (2011, p. 11): “não posso encontrar o objeto para depois encontrar a teoria ou não posso ‘ter’ a teoria para depois pensar ou procurar o objeto. Os dois vêm juntos pelo gesto de interpretação que vão, aos poucos, constituindo sentidos [...]”. A autora (Ibid.), ao pensar a questão da pesquisa em dois planos, coloca que eles estão intimamente ligados, o Plano das Ideias e o Plano Teórico: o primeiro, ligado à subjetividade máxima do orientador e do orientando, onde o sócio-histórico se mostra constitutivamente, o singular transborda e faz construir o que o diferencia dos demais, sendo que é nesse plano que o objeto é vislumbrado, pensado e objetivado; o segundo também é constituído sócio-historicamente, mas em relação ao que o orientador faz, em que linha de pesquisa e em que problemática está colocado. E, na relação indissociável entre esses dois planos, a história social da individuação com a história social da pesquisa da produção do conhecimento.

Mas, faz-se necessário destacar ainda outra questão na qual trabalha Orlandi (2012): uma coisa é o objeto teórico, o discurso; outra, são nossos objetos de análise, os quais são muitos e de diferentes naturezas. Ao se eleger a dança como materialidade discursiva, por exemplo, sabe-se que não é um objeto novo. O que é novo “é o que podemos dizer sobre o nosso objeto, por causa da conjuntura histórica, das formas históricas de assujeitamento, da materialidade discursiva, das condições verbais do aparecimento da discursividade” (Ibid., p. 52-53). Para ilustrar, uma colocação da própria autora:

Uma estátua, assim como qualquer objeto simbólico, que aqui tomamos como um discurso, não significa apenas em si. Todo sentido é “relação a” (Canguilhem, 1990). E, no caso de uma estátua, também os discursos a atravessam, os que ela produz – uma estátua não fala, mas produz discursos e que são parte de seus sentidos. É este o recorte que trabalhamos: o discurso da estátua de Fernão Dias e os discursos sobre Fernão Dias que a atravessam (ORLANDI, 2011b, p. 15).

É esse o olhar que lançamos a um dos nossos objetos de análise, os monumentos. Porém, além dos monumentos, precisamos nos referir às imagens de que dispomos, afinal, elas constituem-se em outras materialidades discursivas. Davallon (2007 [1983], p. 27), ao refletir sobre a imagem, afirma que ela se constitui em um operador de memória social, buscando a questão de que [imagens] “permitem estocar depois restituir o saber quase tão bem quanto os acontecimentos” (Ibid., p. 23), embora a abordagem do autor faça referência aos arquivos das mídias, do qual nos distanciamos, pois nossas imagens são fotografias, pequenas e imóveis imagens que mantêm/fazem permanecer uma memória dentro de um espaço político-histórico e social.

Pois bem, o referido autor aponta para o fato de que vai encarar a imagem sob um prisma particular: não pelo que ela pode representar, nem pela informação que pode oferecer, tampouco como objeto concreto de produção cultural, a levar em consideração sua eficácia simbólica. É sob uma outra abordagem, a de que “aquele que observa uma imagem desenvolve uma produção de significação; esta não lhe é transmitida ou entregue pronta” (Ibid., p. 28). Ao mesmo tempo em que isso se abre para uma liberdade de interpretação, atenta Davallon para a questão de que uma imagem também comporta um programa de leitura, assinalando um lugar ao espectador, como se houvesse um limite para as leituras. Para nós, inicialmente, isso poderia remeter a uma restrição à possibilidade de múltiplas ou de várias interpretações; porém, a apreensão de outro sentido levou-nos um pouco mais adiante: esse programa de leitura, de que trata Davallon, permite-nos compreender que, do lugar do espectador, junto à possibilidade de interpretações, não pode haver qualquer interpretação ou uma interpretação qualquer, pois a produção de sentidos está intimamente ligada à tomada de posição do sujeito.

Orlandi (2012), a respeito das colocações de Davallon, lança duas questões: a primeira, que não trataria imagem como operadora de memória social, mas como parte do funcionamento da memória discursiva com relação ao acontecimento; a segunda, quando questiona se a imagem se mostraria como ela se lê. Conforme a analista, “assim como qualquer materialidade significativa, também a imagem não é transparente. É materialidade. Tem seu modo de funcionamento. Interpreta-se” (Ibid., p. 63).

E uma estátua, ou, em nosso caso, um monumento, como funcionariam? Para Orlandi (2011b, p. 22), “uma estátua, como gesto de memória, de um Estado, é

um discurso que individualiza. Que remete o sujeito a um processo de identificação, a uma posição-sujeito na sociedade”. Nesse sentido, em nossa leitura, uma imagem, tanto em uma estátua quanto em um monumento, comporta em si uma dimensão sócio-política que se articula ao simbólico. Esse é o momento em que nos referimos ao nosso corpus, constituído por outras materialidades discursivas.

2.1.1 Sobre fotografia, estátua, monumento e documento: lugares de imagens

Torna-se necessário, entretanto, antes de seguirmos em nossa pesquisa, explicitar o que se tem por definição de cada um dos termos que temos utilizado. Para tanto, buscamos os sentidos materializados em dicionários e enciclopédias⁵⁶ para monumento, estátua, imagem, fotografia e documento. Embora tenhamos colocado nesta sequência, não significa que seja essa a ordem de importância dos itens.

Assim, os dicionários **Houaiss** (2009), que doravante indicaremos como (1), e **Aurélio** ([s.d.]), que indicaremos como (2), assim definem o verbete:

(1) monumento:

1 Obra, ger. grandiosa, construída com a finalidade de perpetuar a memória de pessoa ou acontecimento relevante na história de uma comunidade, nação etc.

1.1 Mausoléu de heróis.

2 Qualquer edificação de grande estatura, cujas dimensões, estética, imponência despertam admiração.

3 Sobrevivência, na memória, de alguma coisa significativa para alguém ou para um grupo social; recordação, lembrança.

(2) monumento:

1 Obra ou construção que se destina a transmitir à posteridade a memória de fato ou pessoa notável.

2 Edifício majestoso.

⁵⁶ Consultamos dicionários e enciclopédias disponibilizados na Internet. O que dá atualidade e fluidez aos sentidos aqui elencados, em detrimento de tantos outros possíveis. Embora a Wikipédia não seja um espaço confiável em termos científicos, compreendemos que por ela também circulam sentidos. Justificamos a inclusão da Wikipédia com palavras de Scotta (2008, p. 90) em dissertação de mestrado (PPGL/UFSM): “Para nós [...] seria até mesmo possível questionar se não estaríamos, com a Wikipédia, diante de uma outra/nova forma do conjunto dos saberes que se estaria surgindo na contemporaneidade. Forma esta que não poderia ser compreendida como um ‘todo circular’, que se fecha sobre si mesmo, mas uma rede que está sendo tecida por milhares de sujeitos em diversos lugares do globo”. Esta rede também nos interessa.

- 3 Sepulcro suntuoso, mausoléu.
- 4 Qualquer obra notável.
- 5 Memória. Recordação. Lembrança.

Por sua vez, a Wikipédia⁵⁷, “a enciclopédia livre que todos podem editar”, registra que:

[...] um **monumento** é uma estrutura construída por motivos simbólicos e/ou comemorativos, mais do que para uma utilização de ordem funcional. Os monumentos são geralmente construídos com o duplo propósito de comemorar um acontecimento importante, ou homenagear uma figura ilustre, e, simultaneamente, criar um objecto artístico que aprimorará o aspecto de uma cidade ou local. Estruturas funcionais que se tornaram notáveis pela sua antiguidade, tamanho ou significado histórico, podem também ser consideradas monumentos.

O exemplo dado pela referida enciclopédia on-line são os seguintes *monumentos* brasileiros: Arcos da Lapa, no Rio de Janeiro; Auditório Ibirapuera, em São Paulo; Catedral de Brasília; Cristo Redentor, no Rio de Janeiro; Memorial da América Latina, em São Paulo; Monumento aos Pracinhas, no Rio de Janeiro; Monumento a Ayrton Senna, em São Paulo; Palácio da Alvorada, em Brasília; Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro (entre outros palácios); e Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis (entre outras pontes). Desses exemplos, observamos que alguns são da ordem do funcional (auditório, catedral, palácios, pontes) enquanto outros não o são (memorial, monumento e o próprio Cristo Redentor). Retomaremos essas especificidades no momento da análise.

Para o verbete *estátua*, selecionamos:

(1) *estátua*:

1 Obra de escultura em volume, esp. a representação de pessoa, animal ou ser mítico, em escala levemente reduzida, real ou monumental.

[...]

6 Derivação: sentido figurado. Imagem simbólica de um sentimento.

(2) *estátua*:

1 Peça de escultura, em três dimensões, que representa figura inteira de homem, mulher, divindade ou animal.

⁵⁷ <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso dez. 2012.

[...]

5 Fig. Imagem, figura, representação ou símbolo.

Já a Wikipédia, que apresenta como exemplo, entre outros, a estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, e a estátua da Liberdade, em Nova Iorque/EUA, refere que “uma **estátua**⁵⁸ é uma obra de escultura criada para representar uma entidade real ou imaginária”. Informa-se, nessa enciclopédia, ainda, que, no Catolicismo, na Igreja Ortodoxa e na Igreja Anglicana, quando uma estátua representa a Divindade, um santo, ou um anjo e é ritualmente abençoada, ela recebe a denominação de **imagem**⁵⁹. Também, assim refere, sobre a estátua do laçador, em Porto Alegre/RS:

A estátua do Laçador (ou monumento ao Laçador) é um monumento da cidade de Porto Alegre. É a representação do gaúcho tradicionalmente *pilchado* (em trajes típicos) e teve como modelo o tradicionalista Paixão Côrtes. Foi tombada como patrimônio histórico em 2001 e, em 2007, foi transferida de seu local antigo, o largo do Bombeiro, para o sítio O Laçador para permitir a construção do viaduto Leonel Brizola.

Há, portanto, uma regularidade nos significados das palavras *estátua* e *monumento*, de onde podemos chegar à seguinte conclusão: até aqui, toda e qualquer estátua é também considerada um monumento, o que não significa que todo monumento seja constituído por ou composto de estátuas, compreendendo-se estátuas como representações de pessoas, principalmente.

Orlandi (2011b) utiliza reiteradamente o termo *estátua*, mais precisamente, “estátua de Fernão Dias”. Compreendemos que este é um monumento, no sentido que se encontra dicionarizado. Assim, estabelecem esses termos uma relação parafrástica, uma vez que todas as estátuas seriam monumentos:

Estátua de Fernão Dias = Monumento a Fernão Dias
--

Entretanto, o inverso já não tem a mesma validade, pois monumentos podem ser constituídos também pela representação de outros objetos ou seres, inclusive

⁵⁸ Grifos do original.

⁵⁹ Somente vamos empregar este sentido de imagem quando nos referirmos, mais adiante, às estátuas de Santo Isidoro.

com uma distinção: os que têm ou tiveram utilidade social e funcional e os que não têm esse papel. Assim:

Monumentos → estátuas **ou x ou y ou z ou...**

Utilizamos também o termo *imagem* e o termo *fotografia*. Nos dicionários, encontramos:

(1) *imagem*:

- 1 Representação, reprodução ou imitação da forma de uma pessoa ou de um objeto.
 - 1.1 Representação de seres que são objeto de culto, de veneração.
 - 1.2 Estampa, sem caráter de obra original ou rara, que reproduz temas diversos ou, mais esp., motivos religiosos.
- 2 Aspecto particular pelo qual um ser ou um objeto é percebido; cena, quadro.
- 3 Reprodução invertida de um ser ou de um objeto, transmitida por uma superfície refletora.
- 4 Reprodução estática ou dinâmica de seres, objetos, cenas etc. obtida por meios técnicos.
[...]
- 7 Derivação: sentido figurado. Pessoa que representa, simboliza ou faz lembrar alguma coisa abstrata; personificação.
- 8 Derivação: sentido figurado. Opinião (contra ou a favor) que o público pode ter de uma instituição ou personalidade.
[...]
- 12 Rubrica: psicologia. Representação ou reprodução mental de uma percepção ou sensação anteriormente experimentada.
- 13 Rubrica: psicologia. Representação mental de um ser imaginário, um princípio ou uma abstração.

(2) *imagem*:

- 1 Representação gráfica, plástica ou fotográfica de pessoa ou de objeto.
- 2 *Restr.* Representação plástica da Divindade, de um santo, etc.
- 3 *Restr.* Estampa, geralmente pequena, que representa um assunto ou motivo religioso.
[...]
- 5 Reprodução invertida, de pessoa ou de objeto, numa superfície refletora ou refletidora.

Além disso, para:

(1) *fotografia*:

- 1 Arte ou processo de reproduzir imagens sobre uma superfície fotossensível (como um filme), pela ação de energia radiante, esp. a luz.
- 2 Derivação: por metonímia. A imagem obtida por esse processo; foto, retrato.

3 Derivação: sentido figurado. Reprodução ou cópia fiel de algo.

(2) fotografia:

- 1 Processo de formar e fixar sobre uma emulsão fotossensível a imagem dum objeto, e que compreende, usualmente, dias fases distintas [...].
- 2 Imagem obtida por esse processo.
- 3 *Fig.* Cópia fiel; reprodução exata.

Diante do que colocamos, observando a regularidade com que certos sentidos são retomados, poderíamos fazer o seguinte exercício:

Estátua de Fernão Dias = **Monumento** a Fernão Dias = **imagem** de Fernão Dias

Monumentos → estátuas **ou** x **ou** y **ou** z... → imagens de x ou y ou z

Nesse exercício, imagem seria, principalmente, da ordem da representação, da imitação, e não a coisa propriamente dita; fotografia, por sua vez, a fixação de uma imagem, seja ela do que for.

Mas, nós também tratamos de documento fotográfico. Ora, o que seria então documento? Nos dicionários já referidos anteriormente, encontramos o seguinte:

(1) documento:

- 1 Declaração escrita que se reconhece oficialmente como prova de um estado, condição, habilitação, fato ou acontecimento.
- 2 Texto ou qualquer objeto que se colige como prova de autenticidade de um fato e que constitui elemento de informação.
[...]
- 4 Rubrica: termo jurídico. Qualquer título, declaração, testemunho etc. que tenha valor legal para instruir e esclarecer algum processo judicial.

(2) documento:

- 1 Qualquer base de conhecimento, fixada materialmente e disposta de maneira que se possa utilizar para consulta, estudo, prova, etc.
- 2 *Restr.* Qualquer registro gráfico.

Assim, se fotografia é o registro de uma imagem, o documento fotográfico a que nos referimos é o que atesta, pela fixação de uma imagem, a existência de algo, no caso, de monumentos, que podem ser estátuas ou não:

Monumentos → estátuas **ou** x **ou** y **ou** z... → imagens de x ou y ou z → fotografias

Além disso, uma fotografia, assim como outro referencial histórico-cultural, pode servir de documento:

Monumentos → estátuas **ou** x **ou** y **ou** z... → imagens de x ou y ou z → documento fotográfico

Então, o nosso ponto de partida é:

Documento fotográfico → imagem de → monumento

A partir de um documento fotográfico em que encontramos a imagem de um monumento, o que está referido na fotografia 1, buscamos outros, que não são somente *constituídos* por/composto de estátuas. Conforme informam as fotografias⁶⁰, temos, na foto 1, estátua; na foto 2, cruz; na foto 3, bebedouro + estátua; na foto 4, bebedouro (- estátua)⁶¹; na foto 5, um navio; na foto 6, um painel representando um homem com seu filho (imigrante); na foto 7, uma placa; na foto 8, uma cruz; na foto 9, um complexo envolvendo uma coluna grega, um caminho e um sol.

Dentre os elementos selecionados para análise, destacamos especialmente a placa (referida na foto 7) porque ela traz, em seu bojo, a especificidade de conter expressão linguística. Partimos do Dicionário Houaiss, onde placa significa “objeto com formato de tabuleta, ger. de bronze, mármore ou granito, com inscrição comemorativa ou indicativa”; pela definição na Wikipédia, “uma **placa**

⁶⁰ Apresentaremos as fotografias aqui referidas na parte II deste trabalho, seção 2.4, intitulada *Discurso sobre/a descrição de nossos monumentos*. Neste momento, fazemos referência a elas somente para discutir os conceitos aqui mencionados.

⁶¹ Este monumento é a reprodução de um antigo monumento. No original, havia a estátua de um santo na parte superior; nesta versão, não há.

comemorativa, ou simplesmente **placa**⁶², é uma chapa de metal, cerâmica, pedra, plástico, madeira ou outro material resistente, tipicamente afixado numa parede, rocha ou outra superfície vertical e que apresenta um texto alusivo a uma figura ou evento importantes”. Além disso, é o único monumento/documento em que a materialidade é linguística. Ao nos depararmos com a inscrição/escritura na placa, nos deparamos também com a tentativa de controlar os sentidos: a referida placa está ali colocada para remeter o sujeito a uma gama de sentidos, e não a outros. E, se na fotografia 7 (que apresentaremos no subcapítulo 2.4), a placa está em destaque, vale marcar que, em outros monumentos, também temos placas comemorativas, o que vai determinar, inclusive, em relação a um dos monumentos, atos de violência contra o sujeito nela referido e homenageado.

Diante disso, poderíamos assim tratar do que é ou não monumento e documento em relação ao que selecionamos para a nossa posterior análise:

1. Estátua	monumento	documento
2. Cruz	monumento	documento
3. Bebedouro+estátua	monumento	documento
4. Bebedouro (-estátua)	monumento	documento
5. Navio	monumento	documento
6. Painel com fig. humana	monumento	documento
7. Placa	monumento	documento
8. Cruz	monumento	documento
9. Coluna grega+caminho+sol	monumento	documento
- Fotografia	-----	documento
- Livros, entrevistas/conversas informais	-----	documento

Todos esses objetos aos quais estamos nos referindo, constituem-se em gestos de memória e, como tais, remetem o sujeito a um processo de identificação, a uma posição-sujeito na sociedade, conforme Orlandi (2011b). Em relação a isso,

⁶² Grifos do original.

segundo Le Goff (1996 [1988], p. 535), “a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos* e os *monumentos*”⁶³. Além disso, afirma o referido autor que o que sobrevive não é o conjunto do que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelos que detêm a força, diríamos nós, o poder - as línguas de Estado -, quer pelos historiadores. Define, então, que “estes materiais de memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador”⁶⁴ (Id.Ibid.).

Ao percorrer o caminho dos sentidos desses termos pelo passar dos séculos, o referido autor chega às concepções do século XX: com a escola positivista, o *documento* triunfa. Para os historiadores de então, não haveria história sem documentos. Já na década de 1930, quando começa a surgir uma escola nova, amplia-se a noção de documento, alargando-se o conteúdo do referido termo. O autor discorre sobre o que vai acontecer a partir de 1960, uma revolução documental, quando:

O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos [...] (LE GOFF, 1996 [1988], p. 541).

Face ao que se define como história na contemporaneidade, importa-nos ainda refletir sobre qual o lugar ocupado hoje pelo documento, de acordo com Foucault (2000 [1969], p. 7). Segundo este autor, desde que existe a disciplina denominada História, os estudiosos da área serviam-se de documentos, interrogando-os a respeito sobre o que queriam dizer, se diziam a verdade, entre outras questões, com o objetivo de apenas reconstituir o passado. [O documento] “era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável” (Id.Ibid.). Hoje, porém, a história mudou a sua posição acerca do documento, mudando com isso, também, a maneira de se olhar para ele, ou seja, o trabalho no seu interior, a elaboração, a organização, o recorte, a distribuição, a ordenação, a prática de distinção do que é pertinente do que não é (Ibid.). Dessa forma,

⁶³ Grifos do autor.

⁶⁴ Grifos do autor.

[...] o documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, áreas, relações (FOUCAULT, 2000 [1969], p. 7).

Em contraponto ao modo como se fazia história, em sua forma tradicional, que “se dispunha a ‘memorizar’ os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazerem falar estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem”⁶⁵ (Ibid., p. 8) - ou seja, embasar-se em documentos materiais para reencontrar suas lembranças, utilizando-se de uma materialidade documental exemplificada por livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, objetos, costumes, presentes em qualquer sociedade como forma de permanência espontânea ou organizada -, Foucault afirma que, em nossos dias,

[...] a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (2000 [1969], p. 8).

Foucault (Ibid.) explica que, há um tempo, a arqueologia se voltava para a história como disciplina que trabalhava com certos objetos, quando, então, estes tomavam sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; hoje, por outro lado, é a história que se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca dos monumentos. Isso, segundo o autor, vai ter consequências, as quais resumiremos aqui, em detrimento de apenas uma delas, a qual é relativa a problemas de caráter metodológico em que não pretendemos nos deter: a primeira é a multiplicação das rupturas na história das ideias, o que pressupõe, entre outros, distinguir não mais entre acontecimentos importantes ou mínimos, mas tipos de acontecimentos em níveis totalmente diferentes; a segunda é a presença da noção de descontinuidade, antes o dado e o impensável, o que deveria ser contornado, reduzido, apagado, o que o historiador deveria suprimir da história por ser estigma da dispersão temporal,

⁶⁵ Grifos do autor.

agora um dos elementos fundamentais da análise histórica; e terceira é a substituição do tema e da possibilidade de uma história global, quando se procurava reconstituir a forma de um conjunto de uma civilização, o princípio de uma sociedade, uma significação comum a todos os fenômenos de um período, uma lei que explicaria sua coesão e daria o rosto de uma época, por uma história geral. Nesta última consequência, a própria história poderia ser articulada em grandes unidades, as quais deteriam em si mesmas seus princípios de coesão, por exemplo.

Le Goff (1996 [1988], p. 545), ao considerar que Foucault sintetiza claramente a questão, afirma:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

De toda forma, a partir das reflexões empreendidas pelo historiador, destacamos, ainda, esta passagem de Foucault, em que, no que toca a questão da linguagem, vimos ecos na Análise de Discurso, quando o autor discorre sobre recentes pesquisas nas áreas da psicanálise, da linguística e da etnologia, as quais descentram o sujeito em relação a leis, formas, regras e jogos, ou ainda, quando o homem, interrogado sobre suas questões, não pôde explicá-las:

[...] novamente o tema de uma continuidade da história foi reativado: uma história que não seria escansão, mas devir; que não seria jogo de relações, mas dinamismo interno; que não seria sistema, mas árduo trabalho da liberdade; que não seria forma, mas espaço incessante de uma consciência a se recompor e em tentar readquirir o domínio de si própria, até as profundezas de suas condições; uma história que seria, ao mesmo tempo, longa paciência ininterrupta e vivacidade de um movimento que acabasse por romper todos os limites (FOUCAULT, 2000 [1969], p. 15-16).

Diante dessas considerações, mais uma vez encontramos justificativas para o nosso olhar, que não é para grandes e imponentes monumentos, conhecidos e reconhecidos internacionalmente; antes “mínimos”, porque talvez perdidos no tempo; anteriormente “impensáveis”, porque talvez lhes falte a plástica e a suntuosidade das belas obras; anteriormente contornados, reduzidos, apagados,

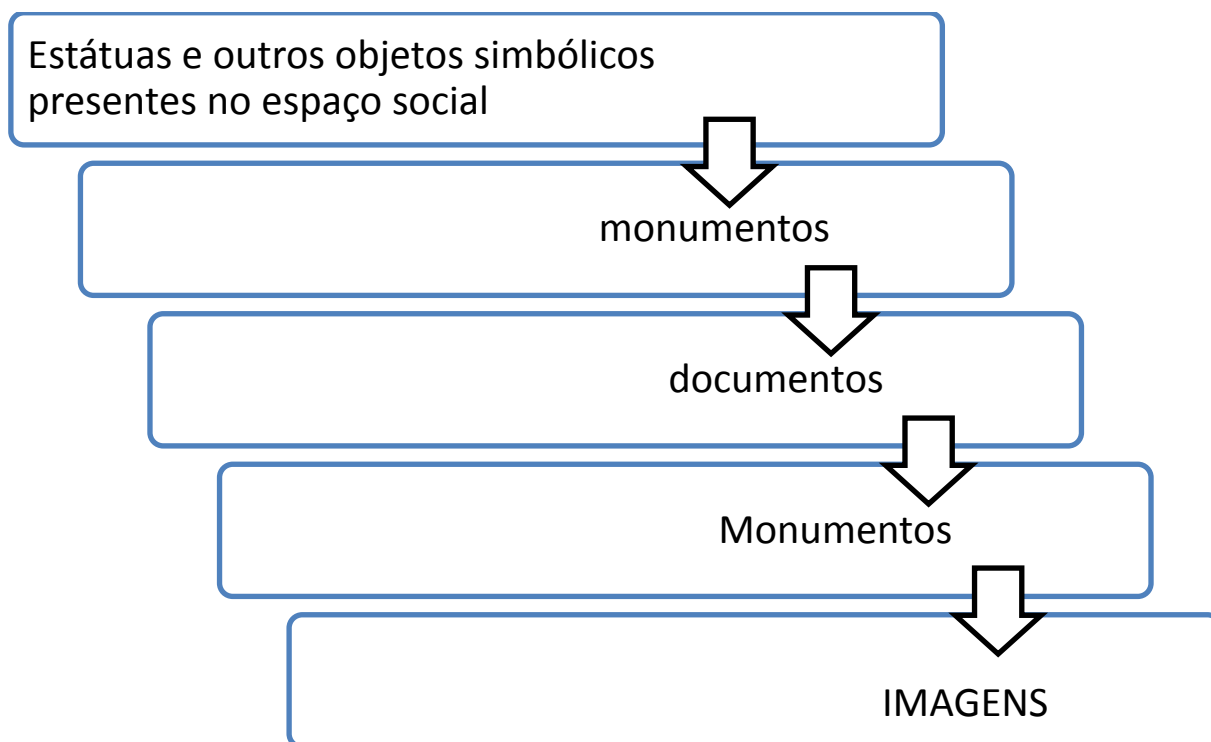
porque não poderiam fazer parte da história, a grande. Nesse movimento, nossos⁶⁶ “monumentos”, no sentido empregado no primeiro exercício - dos quais fazem parte nossas estátuas, nossos navios, nossas cruzes, nossos sóis, também nossos/seus livros de memórias, livros de família, nossas e um sem-fim de entrevistas/conversas informais gravadas, os quais nos têm servido de documentos -, alçam um novo lugar, um lugar do qual sentidos são mobilizados, um novo lugar de monumento, segundo o conceito pensado por Foucault (Ibid.). Poderíamos, então, num gesto de interpretação, assim definir: passaremos a olhar nossos antes simples monumentos, agora, como Monumentos:

1. Estátua	monumento	documento →	Monumento
2. Cruz	monumento	documento →	Monumento
3. Bebedouro + estátua	monumento	documento →	Monumento
4. Bebedouro (-estátua)	monumento	documento →	Monumento
5. Navio	monumento	documento →	Monumento
6. Painel com fig. Humana	monumento	documento →	Monumento
7. Placa	monumento	documento →	Monumento
8. Cruz	monumento	documento →	Monumento
9. Coluna grega+caminho+sol	monumento	documento →	Monumento
- Fotografia	-----	documento →	Monumento
- Livros e entrevistas/ conversas informais gravadas	-----	documento →	Monumento

Quando Orlandi (2011b, p. 22), conforme já citado anteriormente, afirma que “uma estátua, como gesto de memória, de um Estado, é um discurso que individua. Que remete o sujeito a um processo de identificação, a uma posição-sujeito na sociedade”, compreendemos que tanto uma estátua, quanto qualquer outro objeto simbólico que possa pertencer ao grupo do que chamamos de “monumentos”, no

⁶⁶ Usamos (e optamos por não substituir) “nossos” pela questão identitária que desliza e se materializa, na/pela língua, no momento em que somos sujeito da ciência e, ao mesmo tempo, o sujeito imigrante italiano da Quarta Colônia. Ressoa em nós também a citação 11 que Pollak (1989) traz no texto *Memória, esquecimento e silêncio*, referindo-se às pesquisas desenvolvidas por jovens judeus que fazem, nas palavras, então, de N. Lapiere (“Le silence de la mémoire. A la recherche des Juifs de Plock, Paris, Plon, 1989, p. 28): “da pesquisa de suas origens a origem de suas pesquisas”.

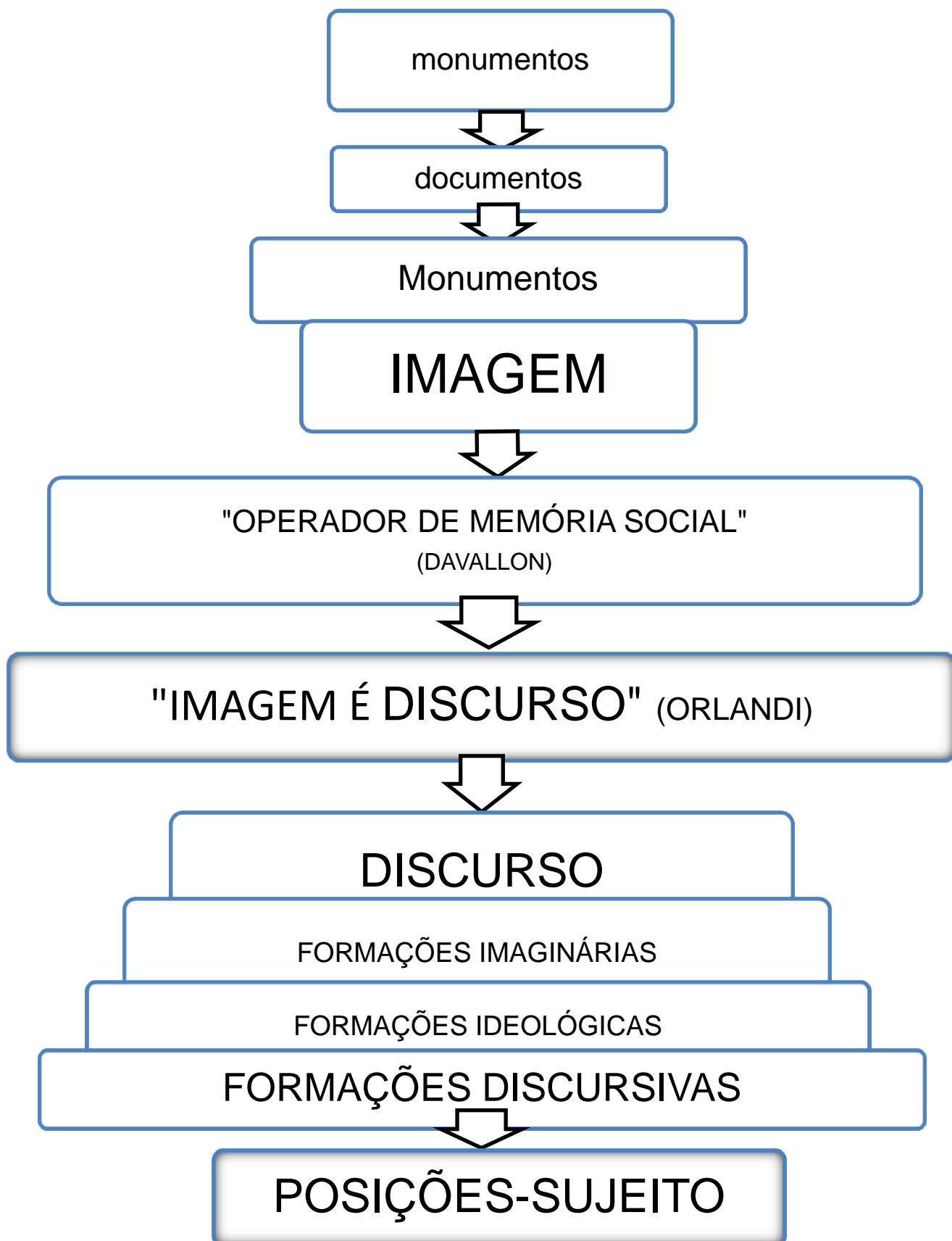
sentido primeiro, são discursos que individualam e são, por falarem dos homens e do seu tempo, Monumentos. Num próximo exercício⁶⁷, trabalhamos da seguinte forma:



Nessa sequência que ora ilustramos, monumentos passam a ser considerados Monumentos porque imagem e porque atravessados por discursos: discursivizáveis. Assim, ainda poderíamos observar que⁶⁸:

⁶⁷ Colocamos o exercício na vertical por uma questão de espaço, mas compreenda-se como uma sequência horizontal.

⁶⁸ Novamente: colocamos esta sequência na vertical apenas por uma questão de espaço, mas sua sequência dá-se no eixo da horizontalidade.



Organizamos este esquema como forma de demonstrar, resumidamente, o caminho que percorremos: monumento é o ponto de partida para observar as tomadas de posição-sujeito do imigrante italiano. De monumentos a Monumentos, chegamos à imagem. Imagem é discurso. O discurso constitui o sujeito.

A imagem, portanto, é um discurso e produz discursos. Como todo o discurso, comporta um programa de leitura, constituindo-se, também, como um operador de memória social. Explica-nos Courtine (2006, p. 2) sobre a relação da memória com a linguagem e a história. O autor refere-se ao que Pierre Nora vai questionar a respeito dos “lugares de memória”: “Que outros lugares de memória para as palavras senão as próprias palavras?”. Para Courtine, a linguagem é o tecido da memória, é nela e por ela que as sociedades se recordam. “Essa questão reclama a análise dos modos de existência materiais, linguageiros da memória coletiva na ordem dos discursos” (Ibid., p. 10). Entendemos que é na relação da memória com o discurso que vão se dar os jogos políticos e culturais, quando eles estão frente a frente à correlação de forças entre o Estado, a língua, a sociedade e a cultura.

Em relação a essa mesma questão, comenta Orlandi:

Como diz P. Nora, o desaparecimento rápido de nossa memória nacional (ele fala dos franceses) pede um “inventário dos lugares em que ela se encarnou eletivamente e que, pela vontade dos homens ou o trabalho dos séculos ficaram como seus mais claros símbolos: festas, emblemas, monumentos e comemorações, mas também louvações, arquivos, dicionários e museus (2001, p. 11-12).

A autora (Ibid.) explicita que acrescentaria enunciados, como os dos discursos fundadores, aqueles que vão formando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido, isso em referência aos enunciados “diga ao povo que fico, quem for brasileiro siga-me, *libertas que será tamen*, independência ou morte, em se plantando tudo dá, etc.” (Ibid., p. 12). Para ela, são esses enunciados que ecoam e reverberam efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica, pois “não são os enunciados empíricos, são suas imagens enunciativas que funcionam. O que vale é o verso que “ficou”” (Id.Ibid.).

Retomando os sentidos da última citação, “é o verso que ficou”, podemos nos voltar novamente ao lendário hino do imigrante “Merica, Merica, Merica/ Cosa sarala

sta Merica?”, salientando, então, o seu caráter de interrogação, de um sujeito imaginário para um imaginário de lugar – haja vista que a construção desses monumentos é também a busca de respostas a essa questão – ou, pelo menos, a simbolização de possíveis respostas - tomando, o sujeito imigrante, nesse processo, a sua posição, frente à língua e ao patrimônio - considerado aqui, de acordo com Cervo (2012, p. 55): “como artefato de identificação e constructo da memória ou das memórias coletivas, cuja unidade é possível apenas no/pelo imaginário” e, também, como algo que “tem a ver com um processo de valoração. Sem valor de memória histórica e sem se apresentar como diferencial em relação aos demais, um objeto simbólico não pode ser considerado um bem patrimonial” (Ibid., p. 63). Assim, significando-se, constrói “um imaginário social que nos permite fazer parte de um país, de um Estado, de uma história e de uma formação social determinada” (ORLANDI, 2001, p. 13).

2.2 Discurso e territorialidade

A vida reside, habita, mora, aloja-se, não consegue passar sem um lugar. Dir-se-ia que ela desenha e codifica a sua definição; entendo por esta última palavra aquilo que dela diz a sua etimologia: atribuição de limites ou de fronteiras, abertas ou fechadas [...]. Diz-me onde habitas e dir-te-ei quem és: o que contraria a minha própria introdução.
(Michel Serres, **Atlas**, p. 40-41)

A própria noção de emigrante/imigrante já traz em si a ideia de lugar. Sair de um para chegar em outro. E se faz parte desse sujeito o local de onde ele partiu, também o fará o lugar onde ele aportou: “a única solução a que chegaram era pois emigrar quanto antes, vendendo tudo que possuíam, a fim de poder ter recursos que permitissem pagar a passagem da Itália ao Brasil e outros gastos inevitáveis para uma viagem tão longa” (LORENZONI, 1975, p. 14).

Os imigrantes italianos da Itália recém-unificada chegaram a um Brasil imperial, pré-republicano e recém saído de um sistema escravocrata. Depois de ocuparem o centro-oeste para substituírem a mão de obra escrava nas lavouras de café, vieram ao Sul: primeira, segunda, terceira, Quarta Colônia - centro do Estado do Rio Grande do Sul:

Esta, a Colônia de Silveira Martins, situada a pouco mais de cem metros sobre o nível do mar, numa ramificação da serra de São Martinho, distante apenas trinta quilômetros da cidade de Santa Maria da Boca do Monte. [...] O terreno, em geral, é fertilíssimo [...]. O clima é salubérrimo e as águas, por onde se encontrem, são límpidas e cristalinas e de um sabor incomparável. Pequenas cascatinhas e regatinhos, qual fio d'água, regam todo o território (Ibid., p. 60-61).

Território. Da Geografia, da História. Da grande e das pequenas histórias. Mostrando-se pelas linhas, dizendo dos limites. Um mapa dentro de outro mapa. Discursos de quem se aloja em algum lugar – dentro ou fora dele.

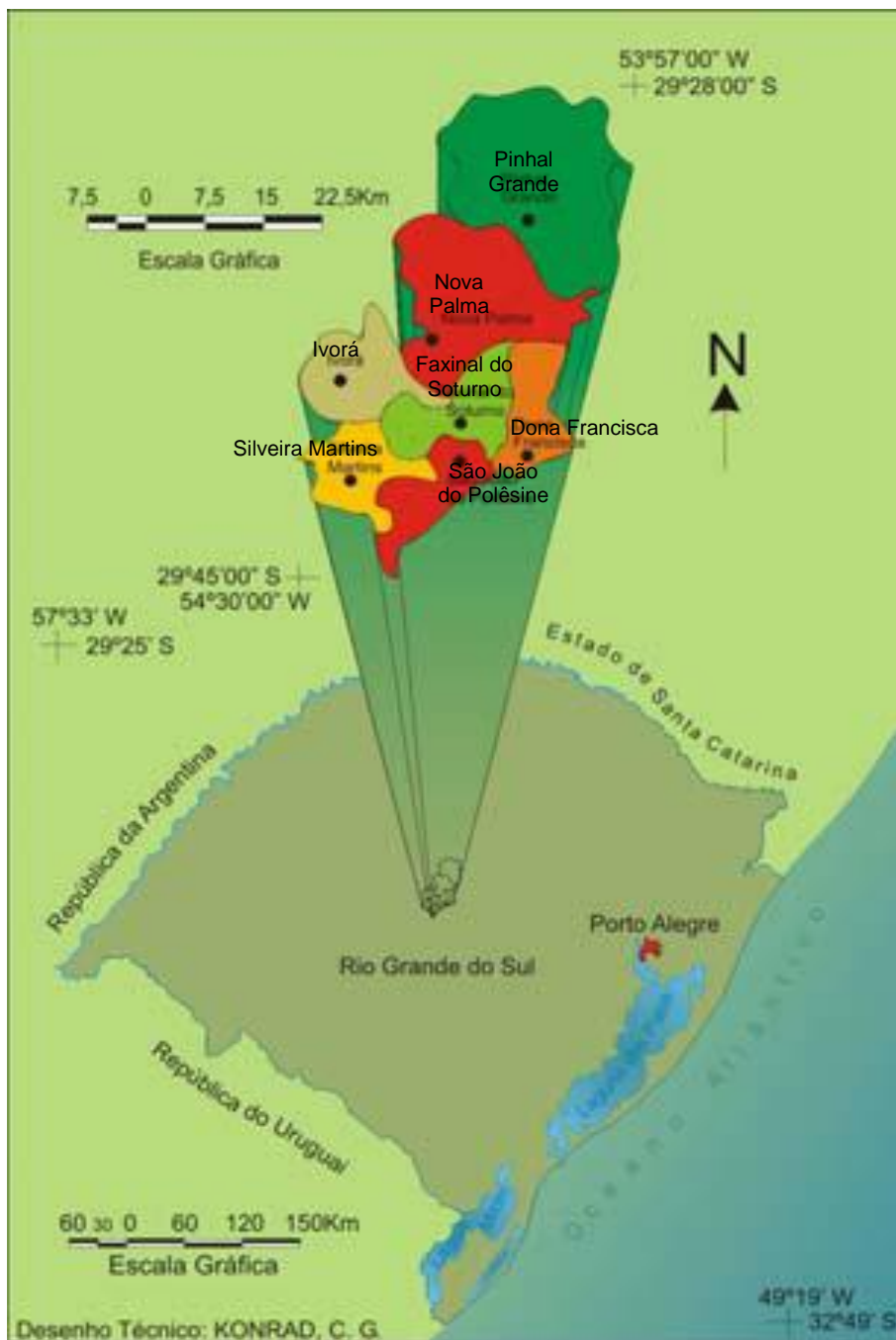


Figura 1: Localização dos municípios componentes da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

Fonte: Atlas Socioeconômico do RS, 2004. Montagem: Oni Nardi (2005)⁶⁹.

Este, um espaço com homens, com indivíduos, com sujeitos. Sujeito. Como pensar *território* discursivamente? Para refletirmos sobre essa questão do ponto de vista da Análise de Discurso, consideramos Orlandi (2011a) quando esta explica que questões relativas à identidade têm ganhado relevo desde meados do século XX,

⁶⁹ Disponível em: <http://www.ufsm.br/gpet/engrup/iengrup/Pdf/artigo_oninardi.pdf>. Acesso em: maio.2012.

principalmente em razão dos discursos da mundialização. Desses sentidos constituídos nestes discursos, segundo a autora, a Análise de Discurso se distancia, principalmente no que toca a noção de ideologia, de linguagem e de sujeito, entendido, para aqueles, como “donos de sua vontade, origem de seus sentidos, pragmáticos” (Ibid., p. 10).

Orlandi (2011a, p. 11) afirma que a questão da identidade, pensada discursivamente, considera dignos de atenção dois deslocamentos postos pela perspectiva materialista, a saber: sai de um ponto de vista interiorizante e passa para uma perspectiva objetivante, quando se considera a historicidade, a qual faz movimentar a memória: identidade resulta de um processo; além disso, tira a identidade de uma visada individualista, pois resulta de um processo e isso implica uma práxis do sujeito individuado na formação social. Como tem proposta a questão sujeito/indivíduo/ política, explica a autora que a forma-sujeito histórica – capitalista – é individuada pelo Estado em sua função simbólico-política, pelas instituições e pelos discursos, e é o indivíduo, assim produzido por esse modo de individuação, que, pelo processo de individuação, vai se inserir ou se identificar com uma formação discursiva. Com isso, o sujeito passa a significar posição-sujeito específica na formação social, estabelecendo-se, assim, uma relação política (Ibid.). Além disso, destacamos que “não há identificação plena. Há condições de existência que presidem os processos de identificação. Portanto estes estão sujeitos à historicidade, à falha, ao equívoco. Ao movimento e ao possível” (Ibid., p. 11).

Para Orlandi (2011b, p. 13), os processos de identificação ficam reféns de critérios, da nacionalidade, do país, da cidadania. Isso implica, antes de continuarmos, buscar o conceito de nação. Hobsbawm (2002 [1990]) postula que, para melhor se entender o conceito moderno de tal noção, deve-se seguir aqueles que começaram a pensá-lo durante a Era das Revoluções, especialmente a partir de 1830.

Inicialmente pensado com o nome de “princípio da nacionalidade”, o autor refere que o significado fundamental de “nação” era político e equalizava “o povo” e o Estado à maneira das revoluções francesa e americana, ou seja, evitando-se implicações de unidade e centralização em relação aos direitos dos estados federados. Porém, na referida era, a nação passou a ser pensada como una e indivisa, como “o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política” (Ibid., p. 31), a qual incluiria sempre

o elemento da cidadania e da escolha ou participação de massa. Coloca-nos o autor, na sequência, que “a equação nação=Estado=povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais” (Ibid., p. 33).

Zandwais (2011), em texto que propõe reflexões sobre os efeitos do político sobre o discursivo e o linguístico em práticas políticas e discursivas de alguns regimes totalitários, tem que, entre os aspectos simbólicos envolvidos em uma concepção de nação, são tomadas como indispensáveis para que os indivíduos sejam interpelados como sujeitos deste ou daquele Estado-Nação e para que possuam esta ou aquela nacionalidade, as categorias de território, etnia e língua, embora, para a referida teórica, seja a língua maior expressão simbólica de construção de um imaginário social de “identidade nacional”, em detrimento de território e de etnia, os quais podem estar a serviço de práticas totalitárias (Ibid.).

Assim, a partir de noções de nação, que envolvem a questão do território, sobre o que concordamos ser a língua de vital importância para tal, também tomamos a questão da territorialidade como fundamental para pensar os processos identitários, pois “a forma mais ampla de pensar territorialidade é como condição do que faz parte de um território do Estado que as promulga. Trata-se de espaços, de seres, de acontecimentos, e de delimitações. Limite” (ORLANDI, 2011b, p. 13). Pensar em Brasil é pensar em território. Pensar em Rio Grande do Sul é pensar em território, ainda que parte de um todo. E pensar em Quarta Colônia, com suas delimitações e traçados, uma parte menor, não é pensar também em território/territorialidade? Se assim não fosse, por que, então, nomeá-la, delimitá-la, mapeá-la?

Orlandi (Ibid.) recupera a etimologia da palavra território do latim *territorium*, que significa terra apropriada. A autora salienta o *apropriada*, destacando que “o próprio⁷⁰, pensado discursivamente, põe em funcionamento a ideia de sujeitos. Eles que retornam. Incontornáveis. Assim como os sentidos vêm junto com eles. Estar em terra própria. Estar em casa. Sentir-se em casa” (Ibid., p. 14). Destacamos, nesse sentido, o relato de Santin (1986, p. 25): “A família Dotto desenterra na lavoura e ergue festivamente em pequeno monumento, a pedra, onde fora gravado o

⁷⁰ [grifos do autor]. A palavra *próprio* novamente se apresenta, trazendo novos sentidos. E concordamos com o que a autora menciona quanto ao funcionamento da ideia de sujeitos e também de sentidos.

momento da tomada de posse de seus lotes: “queste terre son dei Dotti”⁷¹. Mesmo que esse discurso, pela sua formação discursiva, toque o sentido de propriedade na/pela memória ali significada, é impossível não buscar sentidos outros e pensar que o que o sujeito busca é um chão que lhe seja próprio, que lhe sirva de pátria, ou de mátria⁷², colo onde se pode/possa dormir, terra onde se pode/possa morrer.

Segundo Orlandi (2011b, p. 14), pode-se dizer de territorialidade em Análise de Discurso aliando cidade/sujeito/sociedade, ou seja, no enlaçamento significativo entre sujeito, espaço, linguagem e acontecimento. Ocupação – ou negação – do espaço social, significado aqui como praças e lugares públicos, diferenciados do espaço privado. Assim, paralelo ao que a autora expõe sobre a estátua de Fernão Dias, um bandeirante, um colonizador, em Pouso Alegre, Minas Gerais, queremos fazer o gesto de interpretação em relação a monumentos construídos pelos imigrantes nos espaços públicos da Quarta Colônia. Também do Rio Grande do Sul. Também do Brasil. Além disso, discursivamente, territorialidade implica espaço material,

[...] parte das condições de produção dos sentidos que aí se constituem, se formulam e circulam. Espaço histórico e simbólico. Espaço de interpretação. Nesse caso, o que refere “território”, espaço *institucionalizado*, nomeado pelo poder do Estado. Que faz unidade e demanda identidade. Espaço significado politicamente e que, por isso, inscreve seu processo de identidade no discurso institucional do Estado (ORLANDI, 2011b, p. 20).
[grifos da autora]

Portanto, espaço onde se estabelecem relações de poder e, desde que o poder está em jogo, também a possibilidade de intervenção, uma vez que, pela sua definição jurídica, território é o espaço onde incidem leis, e, pela definição política, condição de terra que faz parte de um Estado (Ibid.). Nesse caso, os aparatos – estátuas, no estudo da autora e, no nosso caso, monumentos/Monumentos⁷³ – que estão a marcar territórios, têm necessariamente de estar “consoante” às práticas territoriais do Estado, na medida em que este tem sua materialidade representada exatamente no território que ele define e em que poder e povo exercem / podem exercer / devem exercer sua soberania. Além disso, há a ideia de pertencimento, a

⁷¹ Tradução nossa: Estas terras são dos Dotts.

⁷² Em referência ao neologismo de Caetano Veloso na composição *Língua*, no jogo antitético pátria:pai::mátria:mãe.

⁷³ Diferenciamos monumento/Monumento a partir das reflexões empreendidas anteriormente.

qual envolve o sujeito individuado na sua relação com o todo de que é parte, segundo a mesma autora (Ibid.).

É preciso refletir sobre o estar em consonância com as práticas territoriais do Estado. A estátua de Fernão Dias está nesta situação. Representa o colonizador, o bandeirante, exploração e dominação do território, o vencedor, com o qual o cidadão pouso-alegrense mantém uma relação de identificação (que nunca é plena, mas que, de qualquer forma, se estabelece), e, portanto, de pertencimento: na estátua de Fernão Dias, uma voz que diz ao habitante daquele lugar que ele é dali. Essa estátua fica ali, ela pode ficar ali.

Mas esse também pode ser um espaço de litígio, em que podem se confrontar – e se enfrentar – sujeito individuado e Estado que individua, pois:

[...] as formas de individuação do sujeito pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, resultam de um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade. É o sujeito individuado, de natureza sócio-histórica ideológica, indivíduo já afetado pela língua e pela ideologia que se identifica pela sua inscrição em diferentes formações discursivas, de que resultam distintas posições-sujeito, relativamente às formações sociais (Ibid., p. 22).

Explicita Orlandi (2011b) que uma estátua, como gesto de memória, de um Estado, é um discurso que individua, que remete o sujeito a um processo de identificação, a uma posição-sujeito na sociedade – e uma estátua, nessas condições, tem uma dimensão sociopolítica articulada ao simbólico, e, no caso, está de acordo com o Estado que tem em si a dimensão jurídica e política do território. Todo o sujeito tem necessidade de laço social, o que sempre estará presente, mesmo diante de situações adversas. Ao individuar-se, o sujeito se identifica e se projeta em uma posição-sujeito, na sociedade, representando parte do grupo a que pertence (Ibid.).

Queremos trazer ainda outras condições desses discursos construídos por outras materialidades. Quando esses aparatos através dos quais sujeitos se identificam (nas diferentes modalidades) e se projetam em uma posição-sujeito na sociedade, representando-se como parte do grupo a que “pertencem”, não mais estão em consonância com o que tem determinado o Estado, como fica o processo de identificação desse sujeito frente ao poder que o individua?

Se, na perspectiva discursiva, segundo Orlandi (Ibid.), o efeito de pertencer ao grupo é uma das ilusões que o liga a suas condições sociais de existência e,

mais do que símbolos comuns, é o imaginário que solda o grupo, como fica essa relação quando não é possível mantê-las? Como fica o *sentimento*, ou melhor, o efeito de sentido de pertencer, entendendo-se aí o *sentimento* de pertencimento, por parte dos imigrantes, à nação brasileira?

Esse sentimento é produzido por um processo de significação e de constituição do sujeito. É assim com o sentimento pátrio ou gentílico. São efeitos de sentido que resultam de complexos processos de significação em que contam o sujeito individuado, os processos de identificação, o Estado com sua articulação simbólico política, o espaço de vida e as condições de existência, pensadas na sociedade tomada pela história (ORLANDI, 2011b, p. 24).

Os questionamentos que vimos trazendo atendem à necessidade que temos de pensar as condições em que foram construídos/destruídos/desconstruídos/reconstruídos alguns dos monumentos que fazem parte, primeiro, da história da Quarta Colônia de Imigração Italiana, e, segundo, do corpus de nossa análise. Petri (2010), em reflexões acerca das práticas sociais e do modo de designar o espaço público, em situação específica em que se confrontam, na produção de sentidos, a memória social e história oficial, coloca que, em relação ao espaço público funciona a ilusão de controle do Estado, mas – “se trata de uma comunidade, de um grupo social que construiu uma memória, e este espaço de dizer comporta a heterogeneidade, o contraditório e é justamente por comportar o contraditório que a desregulação persiste” (Ibid., p. 75). Trazemos essas considerações porque elas também têm validade para o espaço que pensamos, substituindo o embate/o confronto/a zona de litígio do nomear/designar para o construir/desconstruir/reconstruir.

Pensamos isso porque, para que a posição-sujeito imigrante italiano se efetive, vale o que nos diz Orlandi (2011b, p. 25), a saber, a identificação com o espaço é tomada no processo de socialização, que ela chamaria de individuação do Estado, contribuindo para a identidade do grupo e, nesse sentido,

[...] permitiriam aos migrantes, pioneiros e outros grupos reconstituir seus horizontes e anseios em novos espaços, ao se apropriarem de novos territórios. Isto é o que permite ao indivíduo que se desloca em novos espaços – cidade, país, nação – refazer seu território, nós diríamos, restabelecer, reelaborar sua relação “solo e sangue”, trabalhar sua relação com os processos de identificação metaforizar-se. [grifos da autora]

Todavia, considera a referida autora que, ao mesmo tempo em que esse processo é útil à coesão dos grupos sociais, pode ser fonte de exclusões e ódios, no que entra a questão do pertencimento. Afirma ainda que o próprio traçado do mapa, suas demarcações, linhas e fronteiras já são em si mesmos gestos políticos e simbólicos face à questão do Estado. Sendo assim, é preciso pensar nos espaços – também de significação – da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana, pois se fazem traçados, se constroem muros, muros simbólicos que precisam ser considerados:

Fazer um muro que separa um conjunto de casas das outras é um gesto que significa socialmente, instituindo uma divisão [...] estabelece assim um interpretação em relação ao que se considera como pertencente (ou não) a este espaço social delimitado, entre o que está dentro e o que está fora dela (ORLANDI, 2007, p. 16).

Considerar territorialidade é extremamente pertinente ao nosso estudo: não há como pensar as posições-sujeito identificáveis do imigrante italiano diante de questões que lhe(s) são simbólicas - e o são também para o Estado - como a língua e o patrimônio, sem pensar na história/historicidade que o constitui e sem considerar o espaço/território que social e discursivamente ocupa, pois são fronteiras que vão sendo estabelecidas: geográficas, étnicas, linguísticas. Assim, temos uma relação sob o signo da contradição: ao mesmo tempo em que o imigrante visa a (re)construir “seus anseios e horizontes” neste novo espaço, e, com isso, pertencer – mesmo que trouxesse consigo sua língua, pois esta o constitui -, este espaço é demarcado por uma linha mais que imaginária, onde, inicialmente, o Estado (brasileiro) lhe permite aqui estar e aqui *manter* sua identidade, e onde, mais tarde, esse mesmo Estado não mais aceitará que fale essa língua (e que se simbolize e metaforize através dela). Embora, aparentemente, não faça dos limites do traçado, traçado que delimite o dentro e o fora, o pertencer e o não pertencer, o ser e o não ser diferença, é aí mesmo, por essas questões mesmo, que estará exercendo o seu poder, através da língua de ferro, travestida em língua de madeira - também enroscada na língua de vento - com discursos alicerçados dentro de um imaginário de nação. Hoje, mais do que nunca, no imaginário de pertencer.

2.3 A descrição dos nossos Monumentos

É preciso partir do “real da história” para tratar da imigração italiana no sul do Brasil, no Rio Grande do Sul e, dentro das zonas dessa imigração, a Quarta Colônia. Iniciamos, então, pelo fato de que emigraram da Europa, Itália, para a América aproximadamente 57 milhões de falantes de italiano⁷⁴ em fins do século XIX; no Brasil, instalaram-se principalmente nas regiões Sul e Sudeste, além do sul da Bahia, e, hoje, motivados pela busca de terras em outras regiões, após 1970, também estão no Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Goiás) e no Norte (Acre e Pará)⁷⁵. As três primeiras colônias de imigração italiana no Rio Grande do Sul - Conde d’Eu, D. Isabel e Campo dos Bugres -, projetadas em 1875, situam-se na serra do Rio Grande do Sul (RS); aliás, a data oficial da imigração italiana no Estado é 20 de maio de 1875 (DE BONI; COSTA, 1979). Em 1877 (Ibid.), um grupo chegou ao espaço nomeado por “Quarta Colônia”, a qual se situa no centro do Estado e hoje abrange os municípios de Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Silveira Martins, São João do Polêsine e partes dos atuais municípios de Santa Maria (Arroio Grande e Itaara) e de Restinga Seca (Três Vendas, São Rafael, Santuário e Várzea do Meio), somando uma área de 2,5 mil quilômetros quadrados, com uma população total próxima de 65 mil habitantes - cuja grande maioria (74,4%) reside no meio rural⁷⁶. Ao se estabelecerem na região, assim como seus conterrâneos que se estabeleceram na serra gaúcha, os imigrantes italianos - oriundos na sua maioria da região vêneta, na Itália - também passaram por processos de interação e inserção social no país que lhes ‘abria as portas’ e lhes oferecia condições dignas de trabalho e sobrevivência.

Com a finalidade de trabalharmos os discursos produzidos – e, aqui, os discursos produzidos não são só de caráter verbal -, tomamos como ponto referencial dois exemplares de uma outra materialidade discursiva: duas imagens a partir de duas fotografias, as quais fazem parte da memória de arquivo e reproduzem dois monumentos construídos no espaço habitado pelos imigrantes

⁷⁴ Salienta-se que, em função de serem oriundos de regiões diferentes, também falavam em diferentes dialetos. Tal como narra Manfroi (1975, p. 71), no Brasil chegaram milaneses, vênetsos, lombardos, entre outros.

⁷⁵ Segundo Bolognini e Payer (2005).

⁷⁶ Fonte: <<http://www.riogrande.com.br/turismo/quarta.htm/>>. Acesso em: 10.jul.2011.

italianos, a saber, duas localidades da Quarta Colônia: Faxinal do Soturno, hoje sede de município, e Santos Anjos, um de seus distritos. Da memória evocada por essas imagens, buscamos entender não as condições de produção das fotografias, mas as condições de produção em que foram construídos esses monumentos, que, como “qualquer objeto simbólico, que aqui tomamos como um discurso, não significam apenas em si” (ORLANDI, 2011b, p. 15).

Além disso, é preciso destacar que usaremos tais fotografias por dois motivos bem específicos: o primeiro é que tais fotografias só existem enquanto tal, enquanto fotografias, enquanto documentos, pois os respectivos monumentos – para nós, Monumentos, pois são atravessados pelo discurso - já não existem mais; o segundo, é porque trazem a plasticidade para dentro do trabalho de dissertação, ou seja, a forma, o pictórico e, quem sabe, também, o artístico.

Essas imagens mostram monumentos construídos em espaços sociais públicos, em frente a igrejas, geralmente, e remetem a homenagens que os próprios imigrantes fazem a si mesmos por ocasião do cinquentenário da imigração (entre os anos 20 e 30 do século XX). Consideramos tais monumentos como elementos simbólicos que, por serem significativos para a cultura, buscam/pedem/reclamam uma interpretação. A seguir, estão colocadas as fotografias que remetem a esses monumentos:

- Fotografia 1⁷⁷: disponível no Museu Municipal de Dona Francisca. Essa fotografia reproduz a imagem de um monumento construído na localidade de Santos Anjos, município de Faxinal do Soturno (na época, ainda município de Cachoeira do Sul), em homenagem ao imigrante italiano, por ocasião do cinquentenário da imigração. Esse monumento foi destruído nos anos 40 do séc. XX, durante a ditadura Vargas. A foto registra o dia da sua inauguração:

⁷⁷ Esta fotografia é a mesma apresentada/reproduzida anteriormente, na introdução. Manteremos a sua numeração, dando, através de sequência numérica, continuidade à apresentação de nosso corpus.



Foto 1: Monumento em homenagem ao imigrante italiano no Cinquentenário da Imigração Italiana na Quarta Colônia - Santos Anjos, Município de Faxinal do Soturno – RS.
Fonte: Museu do Município de Dona Francisca – RS.

- Fotografia 2: disponível no Museu Fotográfico Irmão Ademar Rocha, de Faxinal do Soturno. Mostra uma cruz, colocada em substituição à estátua de um imigrante italiano (trabalhador rural). Este monumento não mais existe. Destaca-se o que relata um morador da localidade de que, na cruz, estava escrito, em português, “Salva tua alma⁷⁸”:



Foto 2: Monumento com uma cruz, em substituição à imagem do imigrante italiano retirada.
Fonte: Museu Fotográfico Irmão Ademar Rocha, de Faxinal do Soturno.

⁷⁸ Informação colhida em conversas informais com os moradores da referida comunidade, os quais vivenciaram aquele momento. Algumas delas estão presentes na sequência deste estudo. Valemos desses recursos porque nos servem de documento/Monumento - conforme reflexão desenvolvida na Parte II, seção 2.1, intitulada *Discurso e outras materialidades*.

- Fotografia 3: esta fotografia reproduz a imagem de um bebedouro construído nas proximidades de onde hoje é a praça central da cidade. Foi construído por José Pigatto em homenagem ao imigrante italiano, também por ocasião do cinquentenário da imigração, anos 20 do século XX; utilizada recentemente para que fosse (re)construído um monumento semelhante a esse na Praça Vicente Palotti, centro de Faxinal do Soturno. Nesta foto não consta a placa original, retirada durante a ditadura Vargas em virtude das inscrições em língua italiana:



Foto 3: Bebedouro construído em homenagem ao imigrante italiano, no cinquentenário da imigração, anos 20 do século XX. Obs.: Tivemos acesso à reprodução desta fotografia, não mais a original; esta foi a imagem que nos instigou para a pesquisa.

Fonte: Secretaria de Obras do Município de Faxinal do Soturno - RS

- Fotografia 4: bebedouro “reconstruído” na Praça Vicente Palotti de Faxinal do Soturno, na primeira década do século XXI, tendo como objetivo reproduzir fielmente o que existira na década de 30 do século XX:



Foto 4: Bebedouro “reconstruído” pelo poder público, na Praça Vicente Palotti de Faxinal do Soturno. Primeira década do século XXI.
Fonte: Arquivo pessoal.

- Fotografia 5: reproduz a imagem de um monumento construído na Praça Vicente Palotti, em Faxinal do Soturno, em homenagem à imigração, pela passagem do seu sesquicentenário. Destaques para a inscrição em italiano: “*La veloce navigazione italiana*” e para o nome do “vapor”: Columbus⁷⁹.



Foto 5: Monumento em homenagem à imigração, pela comemoração do seu centenário. Final dos anos 70 do século XX.
Fonte: Arquivo pessoal.

⁷⁹ Em relato de Lorenzoni (1975, p. 31): “e, finalmente, no dia seguinte, perto do meio-dia, o ‘Colombo’ jogava a âncora à distância de trezentos metros da Ilha de Santa Cruz, pequena fortaleza situada na vizinhança de Florianópolis e que à primeira vista assemelhava-se aos nossos castelos medievais, mas já em ruínas”. [grifos do autor e nossos]

- Fotografia 6: reproduz um monumento junto a um mirante em Val de Buia, construído em 1987, em local onde ficaram os primeiros grupos de imigrantes e denominado “Barracão”. Nele, a figura de um idoso, com um instrumento de trabalhar a/com a/na terra, e a de uma criança (avô e neto, significa-se), a qual está com um livro. O avô mantém, através do braço no ombro, a ligação com o menino.



Foto 6: Monumento em homenagem ao imigrante italiano, pela passagem dos 130 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Localizado em Val de Buia, Município de Silveira Martins, “berço” da imigração italiana da Quarta Colônia. Primeira década do séc. XXI.

Fonte: Arquivo pessoal.

- Fotografia 7: reproduz placa alusiva à data de inauguração do monumento referido na fotografia 6, de onde se destacam as inscrições de “130 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul” e “128 anos da IV Colônia Imperial” da referida imigração. Em caixa maior, “O povo de Silveira Martins homenageia aos imigrantes italianos pelo 130º aniversário da imigração italiana no Rio Grande do Sul”, assinada pelos representantes do poder público municipal e datada de maio de 2005.



Foto 7: Placa informativa colocada junto ao monumento mencionado anteriormente.
 Fonte: Arquivo pessoal.

- Fotografia 8: reproduz um monumento junto a outro monumento, o referido na fotografia 6:



Foto 8: Monumento em homenagem ao imigrante italiano. Val de Buia, Município de Silveira Martins, inaugurado em 1977⁸⁰.
Fonte: Arquivo pessoal.

⁸⁰ Este monumento foi “inaugurado em 1977 em honra ao centenário da imigração italiana na Quarta Colônia. Localizado em Val de Buia, local onde se instalaram os primeiros imigrantes da região, antes de serem destinados aos lotes coloniais. A grande cruz, principal componente arquitetônico do monumento, representa a fé e a religiosidade dos imigrantes e também homenageia aos muitos italianos que morreram no local em decorrência de uma peste. Localizada na subida da serra, na VRS 304, a 4 km da sede”. Fonte: <<http://turismo.silveiramartins.rs.gov.br/>>. Acesso em: 29.abr.2012.

- Fotografia 9: reproduz um monumento, construído no final do século XX, pelo poder público municipal de Silveira Martins. Faz parte de um projeto maior denominado “*Via Crucis*”. Este seria o primeiro dos monumentos do projeto.



Foto 9: Monumento construído na RST 287, na “porta de entrada” da Quarta Colônia. Denomina-se Via Crucis o projeto que tem neste o primeiro de seus monumentos.
Fonte: Arquivo pessoal.

Segundo Itaqui (2009), o objetivo inicial dessa construção era o de identificar o ponto de acesso à Silveira Martins, especialmente em períodos inverniais. Durante o governo de Carlos Alberto Brandão, Itaqui pensou em “formatar um projeto que respondesse não só a esta necessidade, mas que fosse além, que colocasse na rua a história da Quarta Colônia. Obras que tomassem aspectos da história local, a partir de diferentes linguagens poéticas” (Ibid., p. 02). Conforme o autor (Id.Ibid.), “a este conjunto de obras artísticas a ser construído ao longo da Estrada do Imigrante também faria parte o monumento comemorativo aos cem anos da chegada dos imigrantes italianos e o cemitério de Val de Buia”. A proposta era um circuito composto de sete obras, a partir do trevo da VRST 804 com a RST 287, em Faxinal da Palma, município de Santa Maria, até o trevo entre as avenidas Siqueira Couto e

Zambonato, em Silveira Martins, considerada o berço da Quarta Colônia. Depois de reuniões com professores do Centro de Artes e Letras da UFSM, o Professor Silvestre Peciar foi quem desenvolveu a proposta que se efetivou. Na descrição de Itaqui (Ibid.), a obra apresentava, como primeiro plano, uma coluna greco-romana estilizada, trazendo sobre o seu capitel uma ave migratória. Num segundo plano, abre-se um caminho em “s” que leva ao topo de uma das serras da qual desponta um sol radiante. A “concha do sol” faz parte da bandeira de Silveira Martins, de que fala Pasquale Corte (1883-1888), cônsul italiano ao chegar à sede colonial em um dia de forte serração na parte baixa. Itaqui (Ibid.) refere, ainda, que mudanças de governo não deram continuidade a este projeto, o qual passava por reformulações naquele momento para que pudesse ser retomado por Silveira Martins e fosse estendido não somente a italianos, mas também aos portugueses, afro-descendentes e alemães que fizeram e fazem a história da Quarta Colônia. “Os objetivos continuam sendo os mesmos, mas vigentes. Criar novas formas de comunicação, valorização da cultura local, de seus ambientes naturais e culturais para, nestes encontros, refletir quem somos e aonde vamos” (Id.Ibid.). É preciso pensar, então, que esses se constituíram, então, espaços abertos, transformadores somente se/quando capazes de provocar um diálogo renovador a cada encontro, o que teria na arte o melhor meio para provocá-los.

2.4 A descrição dos nossos movimentos

Partimos da seguinte colocação de Orlandi (2007, p. 12):

Como os sentidos não são indiferentes à matéria significativa, a relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diverso: pintura, imagem, música, escultura, escrita, etc. A matéria significativa – e/ou sua percepção – afeta o gesto de interpretação, dá uma forma a ele.

Buscamos apreender como os sentidos se constituem, e a relação do homem com os sentidos leva-nos à distinção que Orlandi (2004, p. 84) faz sobre o leitor e o analista: enquanto o gesto do analista é determinado pelo dispositivo teórico, o gesto do sujeito comum é determinado pelo dispositivo ideológico; ao ser mediado pelo

dispositivo ideológico, o sujeito está sob o efeito do apagamento da alteridade (exterioridade, historicidade), quando há, então, a ilusão do sentido lá, a evidência do sentido; mas, ao estar mediado pelo dispositivo teórico, posição essa construída pelo analista, este não reflete, outrossim, trabalha a questão da alteridade. Através de um dispositivo teórico, visa-se que o analista trabalhe as fronteiras das formações discursivas, que ele não se inscreva numa formação discursiva, mas em uma posição crítica com o conjunto complexo das formações, que trabalhe a opacidade da linguagem, a sua não-evidência, relativizando, inclusive, a relação do sujeito com a interpretação.

Diante disso, afeta-nos, reiteramos, o trabalho de Petri (no prelo) – do qual já destacamos, oportunamente, algumas colocações – que tem como objetivo geral discutir questões relativas à constituição do dispositivo de análise da Análise de Discurso, a partir de duas questões: ser ela uma disciplina de entremeio e estar construída em forma de um movimento pendular entre a teoria e a análise. Do referido texto, destacamos o que a autora coloca como as especificidades de tal movimento, de sua significância ao “desconstruir conceitos e produzir deslocamentos de sentidos”, o qual sempre tem como ponto de partida a inércia, que funciona “como ponto de encontro entre o analista, o arquivo e a teoria” (Ibid., [s.p.]). O analista “deve estar sempre olhando criticamente para seu próprio trabalho, retomando suas próprias questões, sendo que precisa lidar com efeito de fim [...] mesmo não acreditando na existência do fim” (Id.Ibid.). Outra reflexão que Petri nos apresenta sobre a questão teórico-analítica é que “há que se considerar a possibilidade de imperfeição” (Id.Ibid.). Isso faz com que consigamos compreender que a matéria da linguagem que analisamos é constituída de uma linguagem de mesma matéria, ou seja, se visamos a interpretar a língua/o discurso em sua opacidade, o próprio discurso que construímos traz em si essa não-transparência, embora precisemos, também enquanto analistas, trabalhar com a ilusão construída a partir dos esquecimentos (n. 1 e 2) e aceitar a incompletude: de nossas palavras, de nossas reflexões, de nossos discursos.

Qual nosso lugar, então? Nosso lugar é esse, o do analista; no entanto, é preciso justificar ainda mais o que estamos dizendo. Continua a ressoar em nós uma questão colocada durante o exame de qualificação da presente pesquisa, em que éramos interrogados sobre “onde é que o sujeito-autor [do referido texto de

dissertação] estava se colocando”⁸¹. Na procura de respostas, buscando ser analistas de nosso próprio discurso, rastreando nossas próprias palavras, em nosso percurso teórico, na escolha do nosso corpus, pelo recorte em nossas análises, enfim, encontramos possíveis respostas nas palavras da Prof.^a Freda Indursky⁸², quando falava do sujeito ideológico (desejante, atravessado pelo sujeito inconsciente) e do sujeito inconsciente (conflitante, indizível), de um lugar de uma unidade imaginária: um sujeito heterogêneo e dividido – mas que pode se dizer e se diz pela metáfora discursiva (onde a língua também falha, onde a língua mostra sua incompletude) -, quando “a metáfora aparece fundamentalmente como uma perturbação que pode tomar a forma do lapso, do ato falho, do efeito poético, do witz ou do engano” (PÊCHEUX, 2011 [1984], p. 160). Com as justificativas da referida conferencista, tomando emprestadas suas palavras, também nos justificamos, então: quanto ao lapso, não temos como retê-lo, assim como quanto ao ato falho; o witz não seria o tom desse discurso, e o engano é da ordem daquilo que não gostaríamos que nos surpreendesse, porque não queremos o engano. Diferente é a nossa relação com o efeito poético – e aqui nossa declarada posição-sujeito, porque “a metáfora merece que se lute por ela” (Kundera, referido por Gadet e Pêcheux, 2004 [1981], p. 33).

Descrevendo, então, os nossos movimentos (que partem de um estado de inércia), descrevemo-lo: o primeiro é o contato/cuidado que temos com a constituição de nosso arquivo e, na sequência, a seleção do nosso corpus de estudo: para nós, metáforas a serem analisadas; o segundo é o convite teórico-analítico que temos a cada leitura teórica que fazemos, diante do que (metáforas também) recortamos: “o risco é simplesmente o de um *policimento dos enunciados*, de uma *normalização asséptica da leitura e do pensamento*, e de um *apagamento seletivo da memória histórica*: ‘quando se quer liquidar os povos’, escreve Milan Kundera, “se começa a lhes roubar a memória” (PÊCHEUX, 2010 [1984], p. 55).

Trabalhar com essas noções, muitas vezes buscando ajuda em outras disciplinas, em outras áreas, ao que se abre a Análise de Discurso, faz, do nosso conforto de pensar estar achando “uma solução”, o desconforto de estar encontrando novas perguntas. Por isso, chegar na construção de nossas análises, a

⁸¹ Agradeço sobremaneira à Prof.^a Maria Catarina por ter-me lançado a esse desafio.

⁸² Em sua presença na mesa-redonda do CELSUL – Centro de Estudos Linguísticos do Sul –, que aconteceu no dia 25/10/2012, em Cascavel – PR.

(relativa) [nomeação] das posições-sujeito (identificáveis/identificadas/(pre)dominantes) do imigrante italiano - utopia, clivagem, político – custou-nos escolhas, que passam ao largo de nossa avaliação, não como certas ou erradas; apenas possíveis, pensamos.

Diante do nosso corpus, de sua historicidade, a necessidade de deixar ao lado questões que nos pareceram extremamente importantes, dentre elas, o trabalho com as noções de paisagem e de arte, de fotografia e de retrato. Não, não estamos isentos em nenhum momento, tal como nos diz Orlandi (2011a, p. 8) sobre lugares onde se afirmam a inclusão ou exclusão (com o que podemos inscrever nosso objeto, nosso corpus, nossas escolhas dentro do dispositivo teórico-analítico e, também, a nossa própria presença dentro do trabalho): “como se pudéssemos realmente estar fora da História”.

Parte III

CAPÍTULO 3

De “O chapéu de Clementis” para a imagem do sujeito imigrante italiano: posições de sujeito imigrante identificadas

[...]

- *Imagens são palavras que nos faltaram.*
- *Poesia é a ocupação da palavra pela Imagem.*
- *Poesia é a ocupação da Imagem pelo Ser.*
Ai frases de pensar!

[...]

Concluindo: há pessoas que se compõem de atos, ruídos, retratos.
Outras de palavras.
Poetas e tontos se compõem com palavras.
(Manoel de Barros)

Há imagens que se inscrevem na história, outras, apenas na memória. Qual tem maior relevância poderia ser nossa questão. No entanto, vamos nos ocupar, primeiro, do que nos oferece a fotografia referida por Courtine e de tudo o que o autor discorre sobre o seu/o nosso/o chapéu de Clementis. Tratamos da propaganda no discurso político, o que poderemos abrir em, inicialmente, dois caminhos: o primeiro, o destino de tais fotografias, tomadas enquanto objetos materiais, veiculados nos livros de história na história de então; e o segundo, quanto ao que se registra nessas fotografias: o que se quer que se lembre, que se inscreva na história e o que, mesmo que se queira apagar, fica na memória (e esse se fica por conta de uma impessoalidade que, sabemos, não existe). Assim: antes de mais nada, a questão da imigração está completamente enroscada – qual cobra, qual língua – a um complexo processo de propagandização, no nosso ponto de vista, marcado distintamente em três tempos. O primeiro, a propaganda da imigração, resolvendo, com isso, dois problemas de uma só vez: exportar a pobreza, a miséria da Europa, no caso específico, da Itália, num momento em que o Brasil almejava duas coisas: mão-de-obra para substituir o escravo recém-alforriado para as lavouras de café e o branqueamento da população; o segundo, para os imigrantes, já no Brasil, que teriam, com a condição de cidadania, realizado o desejo de pertencimento, face a sua inclusão, pela língua, no imaginário de nação, nação brasileira; e o terceiro,

atrelado ao discurso da mundialização, em que, num discurso, apagam-se as diferenças.

As posições-sujeito identificáveis/identificadas – predominantes, por isso mesmo observáveis - do imigrante italiano diante da língua e do patrimônio inscrevem-se nesse processo. É o teatro das aparências, é ele também o público que está a assistir algumas cenas montadas a partir dos bastidores, porém, como produto de uma maquinaria eficiente que a todos convence, qual recurso do teatro moderno, o público passa a fazer parte das cenas previamente redigidas, e, àquilo que *parece ser ficção*, acrescentam-se novos personagens exercendo os mais diferentes papéis, inclusive o papel de não ser mais um personagem: resistências.

Assim, passamos a dar sentidos, porque “dar sentidos é constituir limites, é desenvolver domínios, é descobrir *sítios de significância*, é tornar possível *gestos de interpretação*”, de acordo com Orlandi (2001, p. 15). É por esta via que queremos, pelo/no discurso, construir o gesto político – uma forma de negociação, que não é consciente e que oscila entre o lembrar e o esquecer - de compreensão sobre como funcionam a memória e o esquecimento, em uma territorialidade onde sujeitos tomam/ocupam seus lugares em “movimentos de sociedade⁸³”, quando “aqui também a noção de historicidade mostra a sua especificidade, seu aspecto paradoxal: ela constrói o gesto de interpretação e, ao mesmo tempo, é ela própria interpretação, porque sua matéria é simbólica” (Id.Ibid.).

A língua de areia do sujeito imigrante italiano da Quarta Colônia é, portanto, de areia porque é feita de fragmentos que o sujeito deseja unir, dando-lhes forma material, no entanto ela escapa, ela flui, ela vaza. Mesmo assim, de algum modo se faz ouvir/ver: em e por monumentos, onde é construída/materializada, enfim, constituída em discurso para, por ele/nele, poder dizer, ser dita.

Com isso, propomos a identificação de três posições-sujeito do imigrante italiano no percurso de pouco mais de um século, período que compreende diferentes movimentos de uma história que é constitutiva desse sujeito. Em sua formação discursiva, o sujeito toma diferentes posições, as quais serão assim

⁸³ Sobre movimentos de sociedade, na perspectiva discursiva, assim refere Orlandi: “[...] temos, há algum tempo, refletido reiteradamente sobre a noção de indivíduo e sociedade tendo como um de nossos objetivos compreender a forma e a necessidade dos movimentos da sociedade (que distinguimos de “movimentos sociais”). Para nós, os movimentos de sociedade ou na sociedade são inevitáveis e fazem parte da materialidade, do real da história social. Já os movimentos sociais são organizações que formam, em certos momentos, visando certos objetivos, bem determinados na sociedade e na história” (2011, p. 4).

distinguidas: o sujeito-utopia, o sujeito-clivagem, o sujeito político. São essas as suas posições tomadas frente à ideologia que o interpela, assujeitando-o, e diante do que se individualiza, o que tão somente nos explica que o sujeito é divisão, é dispersão, constituindo a língua de areia que toca as/é tocada pelas línguas de ferro, de madeira e de vento.

Tomamos como evidência considerar o fato de tal distinção (não categorização) assim especificadas não se constituírem em posições únicas, apenas que estas prevalecem, que predominam. Em outras palavras, quando a posição-sujeito do imigrante for a de sujeito utopia, não significa que, dentro de tal formação discursiva, não esteja já a semente (ou até o fruto pronto) de um sujeito clivagem e/ou de um sujeito político, assim como quando estivermos em uma outra posição-sujeito do imigrante italiano não estejam presentes “em menor grau” outras formas. Além disso, dividimos em três e também nos perguntamos se não existiriam, ainda, outras. Certamente, as possibilidades são várias, mas, enquanto sujeito analista, nas atuais condições de produção de nossa reflexão, é esta a regularidade que vemos e com as quais temos conseguido trabalhar.

3.1 O sujeito-utopia

*Por que da sua distância
Para a minha companhia
Não baixava aquela estrela?
Por que tão alta luzia?
(Manuel Bandeira)*

Esta é a primeira posição-sujeito identificável do imigrante italiano. Para avançarmos nosso estudo, seguiremos uma ordem temporal, começando pelo itinerário desse sujeito, que se inicia a partir das últimas décadas do século XIX. O sujeito imigrante italiano, neste primeiro interpretar, está sendo adjetivado por um outro substantivo: utopia. De que lugares emergem seu(s) sentido(s) para que produza sentido(s) também em nosso discurso?

De acordo com Neves (1997), foi Tomás Morus (1478-1535) quem cunhou pela primeira vez a palavra utopia, em obra homônima, publicada em latim em 1516. De modo literal, a palavra significa “o não-lugar, o lugar de nenhum lugar” (Ibid., p.

9), embora Utopia seja o nome de um lugar, uma ilha, onde se vê concretizada uma forma de governo considerada ideal. Contudo, Morus, dirigindo-se a Pierre Gilles, diz, referindo-se ao diálogo que tivera com Rafael: “esquecemos de perguntar-lhe, e ele não pensou em nos dizer, em que parte do novo mundo está situada Utopia” (MORUS, 1997, p. 12). E é na ilha de que tanto teve a dizer que depositamos também nós, no passar dos séculos, o imaginário de tudo quanto queremos construir, especialmente os que veem, no lendário lugar, a construção de uma possibilidade de socialismo econômico.

De acordo com Paim (2009), estavam no Humanismo as bases sobre as quais Morus escreveu a obra a que nos referimos, tendo este se ancorado no conhecimento produzido pela/sobre a Antiguidade. Desse conhecimento deriva a questão de o Humanismo ter criado as condições do homem moderno, sendo que a utopia representa o seu ponto de chegada, a saber, “a concepção, constituída pela *praxis* social, de que o homem poderia ser o dono do próprio destino. Essa foi a relação da utopia com o Renascimento, a liberdade para agir, inventar o seu próprio modelo e os seus próprios valores” (Ibid., p. 11). Assim, refere o autor ainda que:

A Utopia constituiu a sociedade perfeita e feliz; um discurso político sobre a sociedade justa. O discurso de More constitui-se como metáfora cujos sentidos relevam da Inglaterra real do seu tempo, abalada pela irrupção traumática do capitalismo mercantil. *Utopia* surge a partir do discurso político, econômico e dos relatos de viagem. Disso decorrem as utopias serem sempre datadas, pois inevitavelmente discutem problemas do tempo de seu autor e tratam das possibilidades não efetivadas, mas efetiváveis para a constituição da sociedade perfeita (PAIM, 2009, p. 11). [grifos do autor]

Mas, se Utopia passa do nome próprio de um lugar imaginário, onde tudo que se possa sonhar é possível, a um substantivo comum, é porque pode tornar-se também comum o pensar num mundo melhor diante das adversas ou hostis condições de existência, as quais, provavelmente, senão obviamente, se referem às condições sociais, econômicas, políticas que não satisfazem esse homem – esse sujeito. É pelo substantivo, que tem nos dicionários significados que perpassam a ideia de fantasia, de sonho, do impossível de ser realizado, que adjetivamos, colocando ao sujeito a que nos referimos, o imigrante italiano, todo aquele sentido que consideramos que pode lhe ser próprio, ou seja, adjetivando-o buscamos dar conta, na língua, da sua condição de sujeito na história.

É pela memória e história que se efetiva na e pela língua que acessaremos a condição do sujeito imigrante italiano do final do século XIX. Assim, relacionamos as seguintes justificativas para dizê-lo sujeito-utopia, um sujeito movido por um imaginário: imaginário de si, imaginário de um outro, um outro lugar, um novo/mesmo/outro país: a primeira, a partir do lugar desse sujeito (emigrante) dadas as condições político-histórico-sociais pelas quais passava então em seu país de origem, a Itália, e o lugar desse sujeito (imigrante) frente à situação do Brasil que está chegando à República, ou seja, *o lugar que lhe é determinado na estrutura e formação social*; os efeitos de sentido da propagandização tanto do [Estado] italiano quanto do brasileiro para que a emigração/imigração se efetivasse – a língua de vento associada à língua de madeira, a partir da construção de um imaginário desse sujeito – e para esse sujeito - e, por último, a posição-sujeito identificável desse imigrante, especificamente imigrante que ocupa a Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, logo nos primeiros anos de imigração, quando interpelado pela ideologia.

A fim de identificarmos o lugar social desse sujeito-imigrante antes mesmo do seu processo de emigração/imigração, buscamos ajuda nos domínios dos historiadores e antropólogos. De acordo com De Boni e Costa (1979, p. 61), “na Itália, a emigração encontra-se ligada ao fato político da unificação, conseguida em 1870, e que economicamente significou a vitória definitiva do capitalismo sobre as velhas instituições”, diante da implantação de um Estado moderno. Segundo os referidos autores (Ibid.), para abrir esse caminho, afastando-se de perspectivas revolucionário-socialistas sonhadas após as guerras napoleônicas, a Itália reorganizava-se: com isso, aboliram-se as fronteiras, suprimiram-se tradições. O clero, por sua vez, perdeu autoridade decisória, e a burguesia industrial assumiu papel principal no novo sistema, embora a oligarquia rural continuasse sendo representada e, os seus interesses, respeitados. Importante foi essa função do Estado, o qual impôs o sistema capitalista a todo país. Diante de um desequilíbrio frente à discrepância econômica entre o norte e o sul - enquanto este era agrário, aquele era industrial -, uma crise é desencadeada, ocasionando, principalmente, a deterioração do campo. Esse era o momento histórico-político-econômico que promovera a emigração, pois, dentre os efeitos desse novo modelo de Estado, advieram: a destruição das pequenas indústrias do tipo artesanal; a elevação dos impostos; o fracionamento da terra e problemas outros subsequentes desse,

principalmente o endividamento que levava os pequenos proprietários à venda da terra; deterioração da dieta alimentar da população rural; doenças ligadas à subnutrição.

Além disso, a realidade dos colonos italianos, segundo os autores acima citados, em relação à de outros colonos da Europa, coloca-os como “os mais atrasados, com índices de analfabetismo elevados” (Ibid., p. 64), e essa sobra de gente do campo não conseguia ser absorvida pela cidade. Aqueles que para lá rumavam, por outro lado, conscientizavam-se e passavam a engrossar as fileiras socialistas, recusando-se a aceitar como natural a ordem social de então.

Nessa situação, ainda segundo os autores, a Itália deveria ou promover reformas de base ou caminhar para uma revolução socialista. Optou, então, por um outro caminho, pela emigração em grande escala, “permitindo às classes dirigentes manter e mesmo aumentar seus privilégios, enquanto os pobres rumavam, em número incalculável, para outros países, principalmente de além-mar” (Ibid., p. 64). Diante disso, fica fácil identificar quem foram os imigrantes: “eram agricultores, colocados à margem do processo de produção pela liquidação das estruturas feudais em que se encontravam inseridos” (DE BONI; COSTA, 1979, p. 65).

Sem entrar na questão dos números percentuais, que muito dizem dos homens e de suas condições, destacamos o que nos coloca Zanini (2006, p. 38): “Os italianos pobres desse período, de certa forma, foram transformados em mercadoria, eram um produto de uma exportação que possuía um determinado valor no mercado de trabalho que se internacionalizava pela expansão do capital”. Esse, o lugar social na estrutura capitalista ocupado pelo sujeito que vai querer/precisar emigrar.

Segundo Zanini (Ibid.), já havia o hábito de estes italianos migrarem sazonalmente em função de esta ser uma alternativa de sobrevivência. Nesse processo, transformaram-se também em mensageiros não só do que acontecia na Europa, mas também das notícias sobre a emigração para a América. Em seus encontros familiares, “os filós”, “a América começava a surgir como um mito e as notícias de emigração que haviam sido bem-sucedidas vicejavam” (Ibid., p. 39). O autor refere, ainda, que emigrar virou febre, a qual teve um efeito coletivo em função da própria forma de como esses italianos se organizavam, ou seja, comunitariamente. Isso foi também alimentado por determinados empreendedores, que criaram uma verdadeira “*smania per emigrare al Brasile*”. Além disso:

A emigração dos italianos não era somente o sonho do *far l'America*, mas também uma forma de resistência às difíceis condições de vida imposta pelo desenvolvimento do capitalismo no campo italiano, não unicamente no aspecto econômico, mas também quanto às mudanças de valores e credos que o acompanhavam (ZANINI, 2006 p. 41). [grifos da autora]

Salientamos o que Zanini (Ibid., p. 40) nos traz a partir de Grosseli (1987, p. 138-140), a saber: num dado momento, uma grande massa de camponeses teria decidido partir, impulsionada não somente pela miséria, mas também por uma utopia de poder reconstituir, na América, uma sociedade que estava irreparavelmente despedaçada. Relata o autor que, “além disso, uma parte do clero intuiu essa tendência, viveu-a internamente e participou da utopia” (Id.Ibid.). Aliados a isso, outros fatores também contribuiriam para tal, entre eles, “as lembranças de guerras e dos que nelas morreram” (Ibid., p. 44) e, ainda, a ausência de identificação destes com a nova ordem, a Itália recém-unificada e as disputas contra ordens religiosas (Ibid.).

Em todo e qualquer lugar, havia propaganda de embarque para a América, sendo que os agentes dessas viagens eram os agiotas, os padres, os síndicos municipais e os notórios (Ibid.). A ganância das companhias de vapores transformava esses emigrantes em simples carga, além do que “A propaganda, em grande parte enganosa, favorecia um cenário no qual a América despontava como uma utopia” (Ibid., p. 44). Alguns discursos sobre essa questão nos informam um pouco sobre o imaginário produzido para esse sujeito.

Com respeito à nossa gente, muito influente era o “pievan⁸⁴” dum povado chamado Vilanova, distrito de Istrana, Município de Mota di Livenza, província de Treviso, a noroeste de Veneza, e que se chamava “dom” Sante. Apesar [sic] de bastante idoso era um sacerdote jovial e disposto. Gostava muito de jogar “bocias⁸⁵” com os paroquianos da mesma idade. Este [sic] zeloso ministro de Deus lançara mais de uma vez a idéia da emigração em massa. Constantemente aconselhava a determinadas famílias de sua grei no sentido de que abandonassem o país; e as suas palavras carinhosas, de bom pastor que amava as ovelhas, influenciavam eficazmente para que de fato muitas, mais tarde, deixassem a Itália e viéssem [sic] para a América (BUSANELLO, 1959, p. 7).

⁸⁴ Segundo o próprio autor (BUSANELLO, 1959), “pieván” era como eles chamavam aos curas de igreja.

⁸⁵ Jogo de bochas.

O sonho da Terra Prometida, do Eldorado, de Canaã, de Utopia foi sendo tecido aos poucos. Outras construções também precisam, no entanto, ser por nós mencionadas. Entre elas, selecionamos as seguintes⁸⁶:

a) “E, analisando-se a documentação sobre a colonização italiana no sul do país, os termos civilização, progresso e riqueza são constantes” (Ibid., p. 46);

b) “Havia já, por parte da elite brasileira, uma preocupação em vender a imagem do país no exterior como uma terra de homens cultos e brancos” (Ibid., p. 46-47);

c) “O Brasil [...] era apresentado como uma terra de riquezas fáceis [...]” (Ibid., p. 47); e

d) “[...] não havia em seus imaginários, lugares para patrões, mas sim a possibilidade de se tornarem proprietários, *signori* [...]” (Id.Ibid.).

Lemos, nessas palavras, que há toda uma construção que trabalha com o que vai estar constituindo o imaginário desse sujeito que está no “outro lado”, o lado de quem é um espectador (e um expectador) da já referida metáfora de uma grande encenação: e é ele quem acredita ou precisa acreditar/creditar naquilo que, efetivamente, “não vê”. De qualquer forma:

No final do séc. XIX, a dinâmica do capitalismo, em seus vários estágios, favoreceu, em diversos países, as migrações em massa oficiais, patrocinadas por governos hospedeiros e de origem. [...] talvez tenha sido uma solução necessária, tanto por parte do governo italiano, que muito lucrou exportando mão-de-obra, como para o Brasil, que necessitava de braços para as lavouras paulistas e de guardiões de fronteira no sul do país (ZANINI, 2006, p. 53).

Essa questão nos remete ao que já colocamos em citação de Pêcheux, a lembrar, que “*as palavras são armas, venenos ou tranquilizantes*⁸⁷ [...]” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 257). No caso, podemos considerá-las como tranquilizantes, porque anunciam e enunciam um mundo imaginário. Nos bastidores da caverna capitalista, os Estados como os responsáveis, aqueles que manejam os fios das marionetes, o quadro das aparências como a pseudopreocupação com o destino dessas massas,

⁸⁶ Embora Zanini (2002) esclareça que também houvesse contraposições.

⁸⁷ Grifos do autor.

a tela das aparências – o novo mundo – e o povo encantado... aqueles que são colocados à margem e que, por sua presença, evidenciam as contradições, mas que ainda assim sonham, inclusive o sonho dos que os dominam - na língua da política, a associação da língua de vento com a língua de madeira, uma forma de mascarar a luta de classes. Mas, para dizer desse sujeito, que não é homogêneo, destacamos o seguinte:

[...] o sonho da América, infelizmente, era um sonho forçado. Apesar dos anúncios e atrativos publicitários e, mesmo, da intervenção do padre vendo na América a intervenção da mão divina, à frente de cada imigrante desenhava-se o riso do desconhecido e da aventura. O rigor de uma situação sem maiores perspectivas, vivida na Itália, trabalhando para sobreviver e saldar dívidas [...] constituiu-se no maior aliado dos promotores da emigração. Assim, mesmo sob a sombra da incerteza e da aventura, medraram sonhos de esperanças, acendeu-se a fé e surgiram projetos de dias melhores (SANTIN, 1986, p. 14-15).

Diante disso, temos a identificação do lugar social ocupado por esse sujeito que vai sair da condição de fazer parte do Estado italiano que se moderniza e se organiza sob uma estrutura capitalista – para ocupar a posição de sujeito imigrante italiano num país que também se reorganiza dentro de estruturas econômico-sociais de mesmo modelo – quando o processo de propagandização enlaça interesses de um e de outro lado, construindo/vendendo um imaginário de um lugar ideal que associa interesses: uma população de miseráveis com a qual o Estado italiano não sabe o que fazer e uma massa disponível de necessitados de quem o Estado brasileiro precisa – para substituir a mão de obra escrava, para a agricultura, colonização e, entre outras, para o caldeamento das raças, conforme o que explica Payer (2001, p. 236).

Deste lado do Atlântico, a par do que De Boni e Costa (1979, p. 32) colocam sobre três períodos pelos quais passou a política brasileira de colonização – período que se estende desde a chegada da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, até a Proclamação da República, em 1889 -, o Brasil encontrava-se, então, num terceiro período de sua política de colonização, iniciado em 1848. O objetivo para a imigração era, principalmente, a necessidade de substituir a mão de obra africana, ou seja, “para o governo brasileiro, atrair imigrantes para substituir a mão-de-obra escrava era uma necessidade econômica, principalmente após 1850” (ZANINI, 2002, p. 43). Desde o início do processo, “enviados do governo dirigiram-se então à

Europa, procurando angariar imigrantes” (DE BONI; COSTA, 1979, p. 33). Conforme os autores,

[...] em 1885, porém, quando ficou claro que a escravidão estava com seus dias contados, o governo reclamou novamente a colonização, reorganizando o serviço de cadastramento e venda de lotes, voltando a fazer propaganda na Europa. À grande demanda brasileira correspondeu, fortuitamente, o auge da crise italiana. Até 1884, jamais haviam entrado mais que 15 mil italianos no Brasil, em um ano: em 1885 são 21.765; 40.157 em 1887; 104.353 em 1888; 132.326 em 1891, não baixando jamais dos 30 mil até o fim do século. [...] Entre 1875 e 1935 entraram no Brasil cerca de 1,5 milhões de italianos (Ibid., p. 38).

Entre a saída e a chegada, há, no entanto, um momento em que esse sujeito ocupa um outro lugar, que do empírico passa ao mitológico: a travessia. Para Zanini (2002, p. 37), a travessia vai ser considerada como um todo, que não se resume à passagem oceânica, antes ao antes e ao depois, que vai ter seu desenvolvimento no “trajeto que esses indivíduos irão trilhar na nova terra, na qual, a partir do momento em que desembarcam, serão não mais emigrados, mas imigrantes” (Id.Ibid.). Concordamos que esse processo seja muito mais denso, contínuo e complexo que uma simples viagem; todavia, destacamos aquilo que marca e se transforma como uma das referências desse rito de passagem, presente pela memória que se efetiva na língua: a canção *Merica, Merica*. Nela, se canta o fato de esse sujeito já ter partido da terra-mãe e ainda não ter chegado ao lugar que não sabe ainda onde fica, indagando, no refrão: “*Merica, Merica, Merica/ cossa sarala sta Merica*”, bem como uma resposta, na mesma estrofe: “*un bel mazzolino di fior*”. Dessa canção advêm as considerações de Santin (1986, p. 15), as quais também ajudam a construir o imaginário (nosso) desse sujeito imigrante italiano:

O primeiro verso repete três vezes a palavra “*Merica*”. É o grito angustiado de quem balança duvidosamente a cabeça. É a súplica insistente de quem quer ver no escuro, de quem quer decifrar o futuro, de quem quer compreender o mistério, de quem espera uma prova para se convencer de que vale a pena partir. Este grito suplicante transforma-se, no segundo verso, em pergunta. Uma pergunta mais dirigida mais a si mesmo, do que a alguém (SANTIN, 1986, p. 15).

Nessa língua, que não canta a América, mas a *Merica*, o constitutivo de um sujeito que não falava a língua oficial do país, o dialeto toscano, pelo qual haviam se

expressado Dante, Petrarca e Bocaccio (DE BONI; COSTA, 1979). Antes, a questão de que, segundo os autores citados (Ibid.), a Itália havia, no decorrer dos séculos, conhecido uma grande diversificação linguística, tendo cada província ou mesmo localidade desenvolvido o seu dialeto, todos tendo o latim como a sua origem remota. Os italianos que chegaram ao Rio Grande do Sul, então, assim estavam, se viram e se houveram:

Não conheciam a língua oficial de seu país, exprimindo-se apenas no dialeto local. Ao adquirirem o lote colonial, não foram considerados pela autoridade brasileira os grupos linguísticos. [...] Longe dos centros luso-brasileiros, os colonos continuaram a usar normalmente sua língua de origem (DE BONI; COSTA, 1979, p. 95-96).

Diante dessa questão, Payer (2001, p. 236) vai colocar que a política nacional brasileira investe na aquisição de trabalhadores livres, que atuarão no espaço da República recém criada, proporcionando benefícios em muito discutidos e planejados, conforme já referimos anteriormente. Ainda, teve a atenção dos administradores o fato de que um bom número de imigrantes fosse falante de português – o que não acontecia com o imigrante italiano. Nesse caso, segundo a autora, introduz-se, com esse sujeito, “uma materialidade simbólica que mais tarde seria considerada indesejável, com a qual o Estado Brasileiro teria que lidar, dada a proporção de seus falantes” (Id.Ibid.), questão essa em que nos deteremos em outra seção deste estudo. Continua a autora afirmando que:

A língua, em seu modo específico de inscrição histórica e de existência material, consiste, pela memória discursiva nela inscrita, de um material inseparável do sujeito que ela constitui. Impossível que imigrantes tivessem vindo sem suas línguas, estrangeiras (PAYER, 2001, p. 236).

Assim, ao aqui chegar e buscar refazer seu território e encontrar a sua Utopia, para o sujeito imigrante italiano, a língua também se constitui nessa materialidade simbólica com a qual também almeja se inscrever neste novo lugar. Dessa forma, 50 anos depois da imigração alemã, a qual se iniciara em 1824, de acordo com De Boni e Costa (1979, p. 45), imigrantes italianos chegam ao Brasil no Centro-Oeste, depois, também ao Sul, ao Rio Grande do Sul. Nesse Estado, de acordo com o que já foi mencionado, foram destinados, inicialmente, a regiões da serra gaúcha, para, somente depois, ocuparem a “nova e última colônia oficial fundada pelo governo, na

região de Santa Maria” (SANTIN, 1986, p. 37). A Quarta Colônia de Imigração Italiana, de acordo com De Boni e Costa (1979, p. 83), foi fundada em 1877 e era bem menos extensa que as demais.

O sujeito que emigra, no entanto, não está tomado pelo sonho de viver em moldes socialistas, como está no dito de Tomás Morus. Ao contrário, “a força de atração exercida pelo Brasil encontrava eco nas massas italianas despossuídas de condições materiais de existência e de expectativas de ascensão social” (ZANINI, 2006, p. 46). Diante disso, salientamos, acerca da imagem construída desses italianos:

Os italianos, particularmente, eram vistos positivamente pelo fato de serem brancos, europeus, latinos, católico-romanos, considerados apegados ao trabalho (BORGES PEREIRA, 1987, p. 231) e também tidos como trabalhadores mais rústicos e menos exigentes, aceitando de boa vontade as “duras tarefas da lavoura brasileira” (PRADO JR., 1987, p. 188). Segundo Petrone (1990, p. 322), repetia-se, à exaustão, que um imigrante italiano fazia o trabalho de três escravos. Os italianos e os vênnetos, especialmente, eram considerados dóceis e de boa moral (ZANINI, 2006, p. 43).

Esse mesmo sujeito, para os patrões italianos, “era aquele que não queria trabalhar, que acreditava em riqueza fácil, sem esforço, e que odiava as classes abastadas, e isso os levava a migrarem, não necessariamente as condições miseráveis nas quais viviam” (Id.Ibid.). Assim, nesse processo de construção do imaginário de quem é este que está a emigrar/imigrar, podemos dizer que não há uma homogeneidade na construção do imaginário de sua identidade, pois ela depende de formações ideológicas, as quais determinam, em uma dada formação discursiva, o que pode e o que deve ser dito num discurso, em determinado lugar dentro de uma estrutura social. De toda forma:

Os italianos que vieram para o Brasil, *de um modo geral*, possuíam a utopia da América como um mundo no qual abundavam liberdade, alimento, trabalho e terras. Aqui, em verdade, aqueles que conseguiam se tornar pequenos proprietários, seja de terras ou de negócios, viram-se longe da opressão dos patrões e das rígidas regras e impostos sobre as terras existentes na Itália (ZANINI, 2006, p. 45). [grifos nossos]

Apesar de todas as adversidades, dificuldades, frustrações, as quais são importantes porque vão de encontro ao imaginário que a maioria tem da nova terra, destacamos o que consideramos ainda ‘falar-lhe mais alto’:

O colono estava tomado pelo fascínio da posse da terra. [...] Parecia-lhe um sonho receber cerca de 25 hectares de mata, cujo solo, nos primeiros anos, correspondia, generosamente, aos esforços de quem o sulcava. De um momento para outro, milhares de deserdados tornaram-se proprietários, e talvez não se tenha dado toda a importância devida, ao estudar-se o comportamento político dos imigrantes e seus descendentes, ao que representou a quase obsessão pela terra (DE BONI; COSTA, 1979, p. 97).

Esse sujeito imigrante chega e povoa a região, parecendo ser este o seu imaginário do lugar social que quer ocupar dentro de uma estrutura econômica. Segundo Santin (1986, p. 37), só em junho de 1878, enfim, “sobem a serra onde traçam e fundam a sede da nova Colônia. Seu nome, Silveira Martins”. Depois disso, continua o autor, “novos núcleos foram se formando, tornando-se pontos estratégicos no processo de ocupação e de desenvolvimento de toda a região” (Id.Ibid.). Essas são, até o momento, as palavras que nos dizem do lugar do sujeito imigrante italiano do ponto de vista do historiador.

Mas, perguntamo-nos: quem é esse sujeito imigrante italiano para ele mesmo? Quem é ele para o governo brasileiro? Passados alguns anos desse processo de adaptação, ocupação, objetivamos pensar como ele mesmo, esse imigrante se subjetiva, se metaforiza.

Saltamos no tempo - tempo esse de adaptação -, e o sujeito imigrante italiano comemora, memora, rememora a sua história, (re)cria a sua imagem, (re)faz, (re)dimensiona seu território. Ao completar 50 anos da sua travessia e da sua chegada, como ocupa os espaços – não só privados – mas também públicos? Para isso, destacamos um dos pequenos povoados que fazem parte dos domínios da Quarta Colônia, Santos Anjos, hoje pertencente ao município de Faxinal do Soturno. Nesse espaço, antes terras devolutas, depois, pequena comunidade, pequenas propriedades: pequena igreja, pequenos gestos, monumentos, Monumentos.

Por que pequenos? Significamos nossa escolha por assim dizê-los, porque buscamos comparação, ampliando nosso olhar para outros horizontes. Retomamos o exemplo que nos alcança Orlandi (2011b) em sua análise. A estátua a que nos referimos não é uma imponente estátua, qual a de Fernão Dias, no sul de Minas Gerais, bandeirante, colonizador, erguida às margens de uma rodovia federal, com dinheiro do Estado:



Foto 10: Estátua de Fernão Dias, em Minas Gerais.

Fonte: <<http://www.google.com.br/imghp>>. Acesso em: jun.2012.



Foto 11: Estátua de Fernão Dias, em Minas Gerais.

Fonte: <<http://www.google.com.br/imghp>>. Acesso em: jun.2012.

É, outrossim, uma estátua - embora no alto de uma base, modesta, sem a plástica das grandes obras, como já comentamos - de um imigrante, erguida num povoado ao pé do morro, numa região ainda quase despovoada do interior do Rio Grande do Sul, ao lado da sua igreja, que leva o sugestivo nome de santos e anjos, construída com o dinheiro de trabalho, não de trabalho coletivo, mas de um grupo de colonos - imigrantes que ocupam esse espaço geográfico-histórico-temporal e, em nosso olhar, discursivo.

Faz-se necessário mencionar que, quando comparadas, essas estátuas mostram uma relação antitética: num lado (do país, da história, da relação de classes), o bandeirante, o colonizador, a entrada da cidade, ao lado da rodovia (que leva seu nome), a língua, a riqueza, o poder; no outro, o imigrante, o colono, o interior, ao lado de uma pequena igreja que leva o sugestivo nome de Anjo da Guarda - e um futuro não à língua, um não da riqueza, um outro não do poder do Estado. Assim, pela fotografia já apresentada, a título de ilustração, em outros dois momentos do nosso trabalho, a estátua:



Foto 1

Como vê-la e dizê-la à luz dos estudos discursivos? Se o Estado tem sua materialidade representada no território que ele define, ou seja, a existência física das entidades jurídicas e administrativas (ORLANDI, 2011b) – *vocês imigrantes, poderão trabalhar aqui, para desenvolver este país, embora possam até ser proprietários, mas devem seguir as nossas leis* -, é essa a condição pela qual podem estar neste lugar. Assim, este Estado é delimitado e constituído por relações de poder, conforme explicita a referida autora (Ibid.). Diante disso e do espaço que pôde ocupar, o sujeito imigrante italiano responde a sua questão, onde/que coisa será “esta” América?, para o que vai dizer, simbolicamente: *é aqui, neste espaço em que me significo, em que construo meu discurso, dizendo de mim para mim e também para o outro* - considerando que esse outro pode ser o Estado que o solicitou e o recebeu - *quem sou*. O sujeito dá conta, com isso, de um imaginário de pertencimento. Aqui é a Terra Prometida, aqui é o Eldorado, aqui é a Canaã, aqui é a Utopia.

Ao construir sua estátua, forma material que representa a língua de areia, discursivamente se singulariza, identifica-se. A estátua que traz uma imagem – um imaginário – de como se vê, em cinquenta anos como imigrado, como imigrante – não só é um discurso, mas também produz discursos. Como sujeito do seu discurso, é interpelado a tomar posição na formação discursiva que o determina e que corresponde ao seu lugar na formação social. Assim, embora consideremos que

uma formação discursiva comporta em si divisões e heterogeneidades, podendo, dentro dela mesma, estabelecer contradições, o sujeito imigrante italiano toma sua posição diante de - e este, prioritariamente, é o sujeito utopia. E da sua posição-sujeito, o sujeito discursiviza. A partir da(s) sua(s) formação(ões) imaginária(s) – e ideológica(s) – e discursiva(s), está a dizer, tomando posição, quem e como é o imigrante, ou seja, um trabalhador, homem forte, cheio de energia, de vontade, que emigra para produzir riqueza, desenvolver a economia, continuar uma estrutura dentro da qual, de sujeito à margem, passa para um sujeito que se coloca dentro dos limites também econômicos do pertencer. Realizando-se e inscrevendo-se socialmente em seu novo lugar: refazendo seu território, continuando com sua língua, com a língua na qual se inscreve como sujeito, pois, abaixo da estátua, observa-se uma inscrição em italiano (da qual temos apenas a memória [oral] e do que não podemos prescindir) que relata o porquê de tal construção: comemorar. Uma língua de areia cujos grãos ainda não se fazem dispersos, descontraídos. Por isso, o acontecimento, a inauguração e o seu registro – e, embora possa ter sido ameaçada pelo sofrimento dos primeiros anos, ainda, a Utopia: conseguir ser e ter.

Além disso, precisamos da materialidade linguística para dar conta dos discursos produzidos por essas outras materialidades. Essa estátua “nessas condições, tem uma dimensão sócio-política articulada ao simbólico” (ORLANDI, 2011b, p. 22). E podemos descrevê-la muito bem, embora também signifique, para nós, o apagamento de seus contornos e o esfumaçamento de uma nitidez outrora perceptível. No apagamento da imagem dentro da fotografia e na fragilidade da existência ainda desse objeto, quase apagada na sua existência física, a memória que teima em permanecer, embora o monumento já tenha sido apagado/destruído/desmanchado naquele lugar.



Foto 12: O painel e o lugar em que se encontra a fotografia que estamos mencionando (Foto 1), localizado no Museu Municipal de Dona Francisca.
Fonte: Arquivo pessoal.

Resta o chapéu de Clementis. E estamos nos remetendo àquilo que Orlandi (2010, p. 9) se refere como sendo a memória institucional, a memória de arquivo ou arquivo, “aquela que não esquece, ou seja, a que as Instituições (Escola, Museu, políticas públicas, rituais, eventos etc.) praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental”: é essa a forma – frágil pelo grau de importância/desimportância que é dado a esse documento, recuperado⁸⁸ – que mantém a circulação dos sentidos no presente.

Na elaboração de nossa metáfora, a língua de areia é a língua do sujeito migrante, a qual tenta se unificar e solidificar num bloco único e homogêneo em que não é possível distinguir os pequenos fragmentos que lhe são constituintes. Este é um gesto de memória, não do Estado – que constitui outras línguas, como a de ferro e a de madeira -, mas, ainda, um gesto aceitável por este. Naquele momento, anos 20 do século XX, quando se constrói o monumento referido na foto 1, a língua de ferro apresenta-se maleável, o que já não vai acontecer na década seguinte. Em contrapartida, no século XXI, o que entra em jogo é a língua de areia, (re)dizendo-se, (re)constituindo-se, porém, sob uma outra forma possível – são esses discursos que mantêm/recuperam a imagem do sujeito-migrante italiano.

⁸⁸ A fotografia – único documento que alude ao monumento – foi recuperada em uma gincana cultural. Depois disso, passou para o Museu do Município de Dona Francisca.

Além desse monumento que nos referimos, recuperamos, agora, um bebedouro como um outro Monumento, listado como foto 3, parte do nosso corpus de pesquisa:



Foto 3

Tal bebedouro foi construído pelos anos 20 do século XX, em outra localidade, em Faxinal do Soturno para marcar os 50 anos da imigração italiana. A localidade, à época, ainda era distrito de Cachoeira do Sul, porém, Quarta Colônia. Temos, no entanto, uma lacuna nos arquivos: falta-nos a fotografia que remete ao monumento original, a versão primeira, aquele em que havia uma inscrição em italiano ao seu centro, homenageando a imigração, fato esse trazido pela memória oral. Na obra “Faxinal do Soturno e os 50 anos de sua igreja” – publicação de 1988, comemorativa dos 50 anos da igreja matriz de Faxinal do Soturno, patrocinada pela agência local do Banco do Brasil, seu autor, o Pe. Dorvalino Rubin, citando como fonte Anselmo Cassol, assim descreve o monumento:

O bebedouro era um monumento ao cinquentenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1925). Uma lápide de mármore levava insculpidos um panorama agrícola e um texto alusivo em italiano. A cena agrícola

representava um lavrador em primeiro plano, mais o sol que nascia ao fundo. A lápide teve que ser arrancada – e danificada no ato – quando da perseguição contra os oriundos italianos e alemães, durante a segunda guerra mundial (1939-1945), na ditadura de Getúlio Vargas. O que restou dessa pedra foi escondido na ocasião, e tão bem, que não foi possível localizá-lo agora (RUBIN, 1988, p. 35-36).

Nesta fotografia (foto 3), o resgate de uma memória que, embora esburacada, lacunar, quase apagada, retorna. Este bebedouro, que apresentamos na referida foto, não mais existe. Descrevendo-o, ainda podemos dizer que traz, em sua parte superior, a estátua (imagem, para alguns, por que de santo) de Santo Isidoro, o qual, na igreja católica, é conhecido como santo dos lavradores, o que remete à ideia de trabalho, ao lugar ocupado pelo sujeito imigrante no espaço brasileiro.

Aqui, a imagem de Santo Isidoro (estátua de), o santo dos lavradores, a qual remeteria a uma das imagens colocadas na sequência.



Foto 3



Ilustração de Santo Isidoro.



Estátua de Santo Isidoro.

A imagem de um lavrador, mesmo que seja de santo, ou a imagem de santo, mesmo que seja a de um lavrador, remete ao imigrante italiano, que assim vê materializado o seu imaginário de si mesmo, a ocupar espaços simbólicos e, também, territórios. Porém, mesmo que a imagem remeta simbolicamente um grupo social, não podemos desconsiderar - ver através de seu *programa de leitura*, conforme Davallon (2007 [1983]) – que o monumento a que nos referimos e que contém tal estátua (imagem) é também um bebedouro: ele tem uma função social,

fornecer água para homens e animais. É parada quase que obrigatória, é questão de sobrevivência, é necessidade básica. É também uma pequena obra, um marco, mas de iniciativa privada, do sujeito imigrante que está conseguindo realizar seu projeto econômico, que está progredindo economicamente e, com isso/por isso, reverencia publicamente os 50 primeiros anos de ocupação deste/neste outro lugar, 50 anos estes marcados pela dificuldade, pelo sofrimento, pela decepção.

Queremos refletir acerca da ideia de utopia, de terra prometida, de paraíso. O que fica, afinal? Na chegada, já o Barracão, o esperar, a dificuldade, a doença, o isolamento, as mortes. O que fica do “chapéu de Clementis”? Uma das possíveis respostas – e podem ser tantas outras – é que esta foi uma ideia que não se concretizou; foi, a cada necessidade, interrompida.

Portanto, nesses gestos, o discurso e a posição-sujeito do imigrante italiano diante do Estado que o interpela. Naquele momento, não silencia sobre o imaginário que tem de si e do próprio Estado, ao contrário, ocupa espaços, diz-se, metaforiza-se.

3.2 O sujeito-clivagem

*Ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potência, a vossa!
Ai, palavras, ai, palavras,
sois de vento, ides no vento,
[...]
e estais no bico das penas,
- e estais na tinta que as molha,
- e estais nas mãos dos juízes,
- e sois o ferro que arrocha,
[...]
Ai, palavras, ai, palavras,
mirai-vos: que sois, agora?
- Acusações, sentinelas;
bacamarte, algema, escolta;
[...]
- duro ferro de perguntas,
com sangue em cada resposta.
(Cecília Meireles)*

Justificamos nossa escolha por sujeito-clivagem para esta outra posição-sujeito identificável e predominante do imigrante italiano, porque, neste outro momento, ele vai se dividir/se fragmentar, mas a partir de linhas que já havia na constituição do seu grupo, sob pressão externa. Para clivar uma pedra, é preciso

ferramenta, e as ferramentas, normalmente, são de ferro. Ou de madeira. O vento, este serve para levar para a esquerda - ou para a direita - cada um dos pedaços. Segundo o dicionário **Houaiss** (2009):

Clivagem:

- 1 Rubrica: embriologia. Cada uma das divisões iniciais do zigoto
- 2 Rubrica: gramática gerativa. Encaixe de uma oração relativa no lugar de um sintagma (p.ex.: *ele gosta de poesia* passa a *é de poesia que ele gosta*)
- 3 Rubrica: mineralogia. Propriedade que apresenta um mineral de se fragmentar ao longo de planos paralelos
Ex.: *a c. da mica em lamelas feldspato*
- 4 Derivação: por extensão de sentido. Rubrica: política, sociologia. Separação, diferenciação ou oposição de grupos sociais ou étnicos
- 5 Rubrica: química. Quebra de uma molécula complexa em moléculas mais simples

Poderíamos sair da objetividade de cada uma das acepções e considerar todas elas, haja vista a remissão à divisão, ao encaixe, à fragmentação, à separação, à quebra.

Decorridos poucos anos do cinquentenário da imigração, comemorado na década de 1930, Getúlio Vargas chega ao poder a partir da Revolução que pôs fim à Primeira República. Segundo Payer (2006), esses anos se constituíram em mais um momento significativo em que a “questão nacional” se colocou de modo vigoroso em relação à língua, na história da sociedade brasileira. Com o conceito de que “um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território, mas, principalmente, a unidade da raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional”, discursivizado em 1º de maio de 1938, Getúlio Vargas, em 1937, ao instituir o Estado Novo, vai implantar “um projeto político de construção de um processo identitário nacional, passando a determinar, assim, o início de uma história, cujas heranças se refletem, de forma inegável, em todos os contextos subseqüentes da história brasileira [...] (ZANDWAIS, 2007, p. 251).

Salientamos, desse período, que, em decorrência da presença de imigrantes no país, aliada ao contexto internacional – vivia-se a Segunda Grande Guerra (1939-1945) -, o Estado considerou necessárias ações no que viria a se constituir o processo de nacionalização desses estrangeiros. Para torná-los pertencentes à nação brasileira, era preciso unificar, além do território, também pela língua. Segundo Orlandi, na relação do sujeito com o Estado, a questão da língua é afetada,

o que se manifesta na formulação específica das políticas linguísticas - “as invasões, as exclusões, as hierarquias” (2009, p. 35-36). Para a autora, tal prática vai se dar “quando se define que língua falamos, com que estatuto ou quando se determina este ou aquele modo de acesso a esta língua – pelo ensino, pela produção dos instrumentos linguísticos” (Ibid.).

Não seria mais possível aceitar que esses estrangeiros continuassem a falar a sua língua de origem e, para isso, a intervenção do Estado. Destaca Payer (2001) que no processo de nacionalização dos imigrantes europeus no Brasil, o Estado Novo, na década de 30, agiu pontualmente interditando as línguas de imigração, o que se deu através de legislação específica e de uma ampla campanha de nacionalização do ensino primário, a partir da implantação do português como língua nacional. O decreto assinado por Vargas em 1939, de nº 1545, passa, portanto, a dispor sobre a obrigatoriedade de adaptação, ao contexto brasileiro, de todos os cidadãos nascidos neste país, descendentes de estrangeiros. Do referido decreto, salientamos, conforme o que apresenta Zandwais (2007, p. 252-253):

a) Medidas de segurança específicas:

- I) “Informar ao Conselho de Segurança Nacional os conjuntos de medidas adotadas com relação à emigração para o Brasil, remetendo relatórios trimestrais, ao Conselho, com estatísticas de entrada e localização de imigrantes”.
- II) “Evitar a aglomeração de imigrantes da mesma origem em um mesmo Estado ou região”.
- III) “Proceder à incorporação, nas fileiras do exército, do maior número possível de filhos de estrangeiros, preferentemente, em corpos de tropa aquartelados fora da região que habitem”.
- IV) “Defender da absorção, por estrangeiros, de propriedades brasileiras sitiadas nas zonas coloniais”.
- V) “Fiscalizar as zonas de colonização estrangeira efetuando, se necessário, inspeções secretas; exercer vigilância sobre os agentes estrangeiros em visita às zonas de colonização”.

b) Medidas legislativas culturais e educacionais

- I) “Implantação, no país, de organizações patrióticas promotoras de comemorações cívicas, desportivas e culturais”.
- II) “Produção de periódicos e panfletos com informações sobre o Brasil, seu passado, sua vida presente e suas aspirações”. [...]
- III) “Promover, nas regiões onde preponderam descendentes de estrangeiros, e em proporção adequada, a criação de escolas que serão confiadas a professores que serão capazes de servir aos fins desta lei”.

- IV) “Nenhuma escola poderá ser dirigida por estrangeiros, salvo os casos expressamente permitidos em lei e excetuadas as congregações religiosas especializadas que mantêm institutos em todos os países, sem relação alguma com qualquer nacionalidade”.
- V) “Sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional”.
- VI) “É proibido o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar”.

Esse decreto-lei caracteriza, na abordagem discursiva, um acontecimento histórico-discursivo que vai impor, sob a condição de cidadania, que imigrantes deixem de lado, silenciem, apaguem, esqueçam-se de suas línguas e, por elas/nelas, sua cultura, sua identidade, definindo, com isso, um imaginário de (nova/outra) identidade/consciência nacional e, concomitantemente, de pertencimento à nação (brasileira, então). Para isso, “cria conjuntos de dispositivos, via decreto jurídico, os quais passam a reorganizar os diferentes setores do Estado brasileiro” (ZANDWAIS, 2007, p. 252), quando, então, várias são as instâncias chamadas a participar. A partir desses documentos, Zandwais (Ibid.) analisa como os discursos institucionais - jurídicos, ministeriais e educacionais -, em sintonia com os interesses da ordem superestrutural, vão promover exclusões sociais através de leis e princípios que visavam exatamente à construção de uma consciência nacional.

Diante disso, a língua, “conforme o discurso das leis orgânicas, é elevada à condição de ‘primeiro elemento de organização e conservação da cultura’⁸⁹ da nação brasileira, configurando sua identidade e autonomia” (Ibid., p. 257). Dito de outro modo, a questão das línguas estrangeiras, interditas, passa a ser resolvida em instância jurídica. Afirma ainda a referida teórica que os estrangeiros e seus descendentes passam a obter a condição de cidadania ou por naturalização, ou em virtude de nascimento em solo brasileiro, e somente vão se qualificar como cidadãos iguais a outros cidadãos, durante o governo Vargas,

[...] ao abdicarem, pelo menos oficialmente, de sua cultura e de sua língua, enfim, ao abdicarem de sua memória histórica. É dessa forma que se constrói, através da “letra da lei”, uma política de silenciamento, o antídoto contra da “desnacionalização”, ou em outras palavras, a materialização da violência simbólica [...] desposui o sujeito imigrante de seus bens simbólicos, obrigando-o a assumir uma nova relação de pertencimento tanto cartorial (nacionalidade) como histórico-simbólica (identidade) (ZANDWAIS, 2007, p. 253-254). [grifos da autora]

⁸⁹ Grifos da autora.

Fica na ordem da evidência o caráter discriminatório entre aqueles que falam e aqueles não falam a língua nacional – afinal, segundo Orlandi (2007, p. 8), “uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica” - e, se a soberania nacional se alicerça pelo culto pela “unificação do território e da língua”, segundo Zandwais (2007, p. 258), o espaço imaginário da escola é dar acesso aos que não possuem a essa língua. Através da escola, é possível a apropriação da língua nacional e, com ela, a inclusão no que se define como lugar de cidadania ou, ainda, a noção de pertencimento. Em relação à implementação dessas políticas na Quarta Colônia, quando a língua oficial nas escolas passou a ser o português, foram criadas “uma série de dificuldades, pois muitos descendentes de imigrantes não falavam a língua portuguesa e algumas escolas eram mantidas pelas comunidades. [...], conforme Zanini (2002, p. 156), ou seja, o Estado não deu conta de oferecer infraestrutura àquilo que exigia. Quanto aos alunos, estes eram duplamente vitimados, pois “eram punidos na escola, caso não se adaptassem ao ensino em português e, posteriormente, em casa, pois os pais consideravam os castigos aplicados aos filhos na escola uma necessidade, mas também uma desonra” (Id.Ibid.).

Nesse sentido, a violência, sem nenhuma adjetivação, e a violência simbólica em relação a esses que não pertencem/não podem pertencer/não querem/não sabem como pertencer à nação brasileira concretizam-se, pois há um apagamento de memória no/pelo discurso do Estado. De acordo com Payer (2001, p. 237), tal discurso vigora sobre outros que seriam possíveis a partir de outras posições discursivas e, além desse apagamento, próprio à natureza de todo discurso, produz-se outro, das outras memórias discursivas, através da interdição da língua. Na avaliação da autora, “esse outro apagamento já é da ordem do que Orlandi considera como ‘política do silêncio’” (Id.Ibid.)

Em relação a essa política, a de silenciamento, Payer (2001) refere que Orlandi (1992)⁹⁰ explica haver um nível mais geral dessa política, quando funciona um silêncio constitutivo a todo dizer, assim como o silêncio local, travestido na interdição do dizer, do qual a censura faz parte. Considera Payer (2001) que, com a política de silenciamento da língua, regulamentam-se as condições de permanência do

⁹⁰ Em referência à obra **As Formas do Silêncio. No Movimento dos Sentidos** (Editora da Unicamp, Campinas/SP).

imigrante estrangeiro no interior da nação brasileira, sendo que este deve/precisa se inscrever em posições discursivas que devam estar em consonância com a memória discursiva da nacionalidade. Concordamos com a autora (Ibid., p. 242) quando esta nos coloca que o fato de que esses imigrantes já estivessem sendo considerados presenças significativas na conjuntura política nacional leva a esta forma de controle, o que vai estar associado, também, ao fato da vigência da guerra. É preciso observar “uma dimensão importante da medida de interdição dessas línguas, ou seja, ela não incide simplesmente sobre “uma língua estrangeira”, mas sobre sujeitos, sentidos e memórias presentes de modo central no seio da sociedade” (PAYER, 2001, p. 242): interdita-se a língua, em suas canções, em suas homenagens, em suas narrativas, em suas orações. É uma interdição que violenta o que há de mais íntimo ao sujeito: sua história, sua crença, sua esperança, provocando assim a divisão, partição, a clivagem... o estar e o não estar no Brasil, o ser italiano e o não ser.

Zanini (2006) relata que, passados 50 anos do início da imigração, italianos da região já haviam conquistado visibilidade social e muitos dos que se encontravam na cidade de Santa Maria desfrutavam de uma situação econômica de destaque. Porém, segundo a autora (Ibid., p. 154-155), “a fase de convívio pacífico terminará com o advento do Estado Novo e suas novas regras de convivência. [...] A política do Estado Novo [...] utilizar-se-á da propaganda e da doutrinação, além do terror para atingir seus fins”. Se, por um lado, o terror se deu em forma de repressão e fez com que muitas famílias destruíssem objetos e documentos que reportavam aos antepassados italianos, conforme Zanini (Ibid., p. 153), a propaganda e a doutrinação também cumpriram seu objetivo. Dentro disso, a principal delas, neste momento, é o discurso sobre a identidade nacional, quando Vargas diz “possuímos um vasto território, temos a mesma origem social, falamos a mesma língua, temos a mesma história...”. Ou, ainda, “Um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território, mas, principalmente, a unidade da raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional”. Isso, no nosso entendimento, é constantemente reiterado, uma vez que:

O controle dos meios de comunicação aliado a um esquema de disseminação da ideologia estado-novista, realizada através da propaganda institucional e do sistema de educação, implantado nas escolas públicas do país, se constituíram em elementos fundamentais para a manutenção do

regime, por oito anos. Para fabricar e consolidar a imagem de Getúlio Vargas, o governo utilizou-se do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Ministério da Educação (JAMBEIRO et al, 2004, p. 108).

Courtine (1999) afirma que é na ordem do discurso das línguas de Estado que se dividem em pedaços a lembrança dos eventos históricos: o que se dá tanto pelos discursos que dizem do que se pretende, quanto pelas práticas que consolidam permanências ou que produzem apagamentos. Diante disso, retomemos o que Zanini (2006) refere depois da propaganda e da doutrinação: o terror. No quadro do silenciamento e do apagamento, a autora (Ibid.) mostra como a forma com que se deu a repressão em algumas localidades da Quarta Colônia, além de Santa Maria, deixou marcas profundas na autoimagem dos descendentes, destacando-se os vários espaços de repressão cotidiana, principalmente os domínios domésticos, a casa, pois “ela representava uma continuidade. Vigiando-se a casa, vigiava-se os seus. Símbolos e seres em tensão” (Ibid., p. 160-161), pelo medo, pela *paúra*⁹¹.

Além da vigilância às casas, lugares privados, tal prática também acontecia com relação aos espaços públicos. Nestes, desencadeava-se uma espécie de litígio, embora, conforme já referimos quando se está em jogo um espaço *institucionalizado*, nomeado pelo poder do Estado, o poder só pode ser deste Estado. Isso significa, no caso em específico de nossa pesquisa, que a presença de um monumento passa/deve passar pela aceitação estatal. Assim, hoje, só sabemos do monumento/Monumento pela fotografia que ficou, pela imagem que sobreviveu e, diante de sua não existência, o querer saber do porquê de sua destruição.

Depoimento 1⁹²

Do monumento... É. Eles fizeram aquele monumento e colocaram um homenzinho em cima. Representava o agricultor, não é? E, depois, então, quando veio as missão os padres deram essa ideia de tirar e botar a cruz em cima. Creio que foi. Antes a placa que tinha ido – acho eu – foi nesse tempo que levaram o homenzinho, levaram a placa era em

⁹¹ Termo, em dialeto vêneto, que significa medo.

⁹² Depoimentos colhidos em pesquisa por nós empreendida em julho de 2009, em Santos Anjos, município de Faxinal do Soturno, com pessoas que vivenciaram esse período na referida localidade. Seus nomes estão marcados apenas com as iniciais com o intuito de preservar suas identidades. Estamos usando esses depoimentos como material de análise, parte do corpus da pesquisa, porque foi o meio que encontramos tanto para registrar o que essas pessoas sabiam e o que não sabiam, quanto para apreender sobre seu silenciamento, seu imaginário e/ou sua memória sobre o monumento. Tais palavras, tais discursos significam a presença da subjetividade e a ilustração de tomadas de posição desse sujeito, que é dividido.

1943, acho, tempo do Getúlio, e nós era guri era nesse tempo – eu era guri. Quando tiraram o homenzinho botaram no lixo lá, e nós ia lá atirar pedra em cima e veio um homem ali que era o Heitor Rapachi e disse que não era pra abusar, que era bento aquilo aí, puseram a cruz em cima depois ...

[...] Vieram uns homens de Cachoeira do Sul e tiraram a placa e levaram para Cachoeira e não se sabe que fim levou. Falava [a placa] da imigração, tudo em italiano e em 1900 e pouco e botaram a cruz e na cruz tava escrito “Salva tua alma”, que foi o lema do retiro que os padres fizeram (M. C., 84 anos).

Depoimento 2

Sim. Me lembro. Ele era um monumento. Em cima tinha um agricultor com a pá e embaixo tinha uma placa que... o agricultor ... um nome (não me lembro mais agora, sabe) falava assim do agricultor que era uma homenagem assim para o agricultor. É. Na placa era escrito em italiano... é. Depois, então, porque tinha escrito em italiano, desmancharam tudo e levaram embora. Desmancharam tudo. Não me lembro daquele tempo. Acho que foi o tempo que o governo obrigava por causa dos italiano, no é ... desmancharam tudo, tudo. Pode ser que tiraram o homem que tava trabalhando e botaram uma cruz. Eu sentava sempre lá nos degraus, eu era pequena... (M. C., 92 anos)

Há um sentimento que transborda nessas falas, antes mesmo de as palavras produzirem sentido para nós. Não enxergamos nestes textos escritos os tons e semitons das cores da voz, que se levantam e baixam entrecortados de reticentes silêncios, nem a melodia da própria língua italiana que mescla a língua portuguesa de nuances bem marcadas. Encontramos, outrossim, para além da aparente transparência das palavras, escolhas: homenzinho, agricultor, (por que não imigrante, por que não colono?), a cruz, as missões, o padre, escrito em italiano, “uns homens de Cachoeira”, entre outras, e as reticências... lacunas, esburacamentos, esquecimentos, silenciamentos.

Momento 1

Foto 1

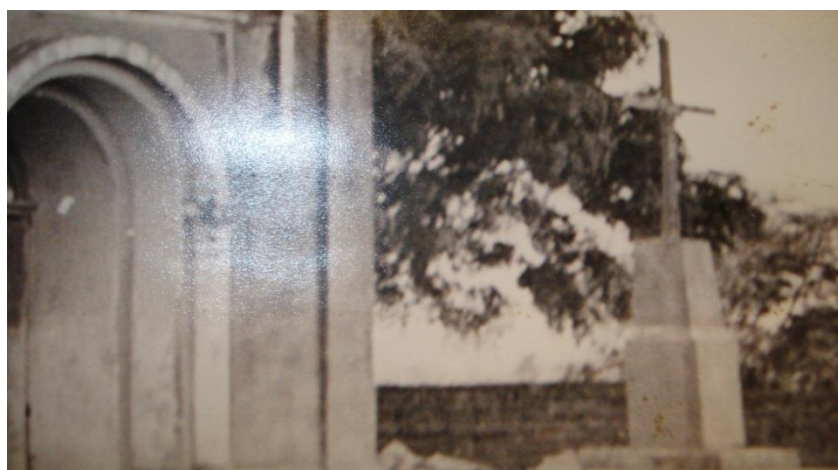
Momento 2

Foto 2

A memória da violência simbólica se efetiva na língua, reiteramos. A posição-sujeito do imigrante italiano era a do sujeito-utopia. O território era marcado por bens simbólicos: pela língua e na língua. Socialização, materialização da imagem construída de si mesmo, quer por si mesmo, quer pelo outro: pelo trabalho, não mais a miséria; pelo trabalho, a propriedade, a terra. Mas, não consegue refazer o território italiano no brasileiro. Há que pertencer a este Estado nacional – pela língua, no território. A violência simbólica cliva-lhe a imagem da rocha, da força, da união dos imigrantes, construída com grãos de areia. Fragmenta-se, desestrutura-se. Aparecem suas falhas. Leva-se embora uma das placas; a outra, escondem,

enterram. O sujeito metaforizado não tem mais sentido de aí estar – a placa alusiva aos 50 anos de imigração foi levada pelos representantes do Estado porque o sujeito não pode mais inscrever-se, neste território, com esta língua. É a cidadania brasileira, a unidade nacional, a nação, o pertencer.

Nesta análise, a imagem do sujeito imigrante italiano é substituída pelo símbolo do cristianismo, uma cruz (Momento 2, foto 2); já o lugar da placa alusiva aos anos de imigração na língua italiana é o lugar tomado pelo “Salva tua alma”, em língua portuguesa, domínios esses, agora, também religiosos, pela presença da igreja católica. A religiosidade substituindo a própria crença (crença?) do homem no homem. Não mais o corpo, salvar a alma, considerando como oportunas as palavras de Saramago de que, na prática, “a Igreja não se importa com o destino das almas”, ao contrário, “sempre buscou o controle de seus corpos”. Não mais o homem trabalhador, mas o mártir, o sofrimento, a cruz. Não mais o homem da terra, o real, mas o do céu, ideal. Ou seja, duas formas de poder exercendo seu poder: Estado e igreja articulados (cumplicidade, aliás, que continua): pelo Latim das missas, pela passagem do italiano para o português (língua neutra?); ao lado, no monumento, sobreposições e substituições: ao homem endeusado (idealizado), um deus humanizado; o trabalho pelo sofrimento; a vida pela morte; o trabalho pela fé; olhar para cima/olhar para baixo; a pá pelos cravos; a terra pelo céu; um igual por um diferente; o homem enaltecido pelo deus rebaixado.

Onde está a imagem do sujeito-imigrante, a sua língua, a sua forma de dizer pertencer, mesmo sendo diferente? Recuperando Orlandi (2011b, p. 32), quando esta fala em Fernão Dias, substituímos e adaptamos: “uma estátua que nos faz pensar um corpo” – o de um imigrante, trabalhador, colono, agricultor, um homenzinho, com uma pá para sulcar a terra – “que se materializa em um sujeito” que marca povoados, situa essas pequenas populações, povoa *pequenos pedaços delimitados do solo do Brasil*. Esses sujeito transforma espaço em territorialidade, em acontecimento, em história.

Afinal, no século XIX inicia-se a imigração europeia. Ninguém vinha para o sul, pois esses territórios, ao contrário daqueles que produziram, em séculos anteriores, cana-de-açúcar e de outros que ofertaram ouro e diamantes, eram “relegados, não havendo mesmo possibilidade de serem ocupados demograficamente” (DE BONI; COSTA, 1979, p. 19). Os italianos seguiram-se aos alemães, que chegaram antes, a partir de 1824, mas que ficaram ao pé da serra,

não se aventuraram por terras montanhosas, difíceis de desbravar (Ibid.). Os imigrantes italianos, depois das colônias da Serra, vêm para o centro do Estado, cujas terras não eram “tão montanhosas como as das outras colônias, [...] contudo, [esta colônia] era bem menos extensa que as demais” (Ibid., p. 83). Conforme os referidos autores, anteriormente, ainda, haviam chegado imigrantes russos, os quais não permaneceram no local. Os italianos demoram para chegar, porque não havia estradas⁹³. Chegam e têm de esperar. Esperam e, esperando, muitos morrem⁹⁴. O que queremos destacar com isso é que, com suas presenças, transformaram matas em colônias e essas colônias em terras produtivas. Santin (1986), a partir de tabela do Cônsul Pascoale Côrte, apresentada em 1844, refere que a colônia de Silveira Martins, a Quarta Colônia, “em trigo, milho, feijão e vinho mantém o mesmo índice de Caxias do Sul”, e que cultivava a mais, ainda, algodão, arroz e fumo. É desenvolvimento econômico para o país. Em nota, Santin (Ibid.) destaca que a produção os cereais foi calculada em toneladas e a de vinho, em milhares de litros. Na avaliação de De Boni e Costa (1979, p. 98), para esse imigrante, “o trabalho adquiriu um valor mítico e místico”. Segundo os autores (Ibid.), nesse período os imigrantes continuaram a se comunicar através do seu dialeto, pois não conheciam a língua oficial do seu país de origem, nem sabiam a do país em que estavam.

Para esse outro tempo, a forma que o sujeito imigrante utiliza para dizer do seu pertencer – uma estátua na qual se projeta como homem da terra - não pode/cabe mais para este país e para o que ele subjetiva como nação. E este Estado, por seu poder, suas instituições, individua os sujeitos. Livres, eles devem submeter-se às suas regras, e estas determinam que, se querem ser cidadãos brasileiros, devem abdicar de sua língua materna e, por ela, sua memória e história, conforme Payer (2001).

A sequência presença física/ausência física/presença pela imagem e pela memória deste corpo, desta estátua, atualiza a memória e se inscreve na materialidade do sujeito que faz história. Segundo Orlandi (2011b), essa é a contradição que lateja na maneira como os sujeitos individuados por diferentes gestos articuladores do simbólico do político, pelo Estado, constituem o processo de identificação do sujeito – ou não, acrescentamos nós. O indivíduo interpelado em

⁹³ Segundo Lorenzoni (1975, p. 48): “Entramos no dia seguinte no bosque, numa estrada (se estrada podia se chamar) de inferno: buracos e barro que os pobres animais afundavam até quase à barriga”.

⁹⁴ Segundo Lorenzoni (1975, p. 53): “[...], entre adultos e crianças, foram quatrocentos os que tiveram o mísero fim”.

sujeito jurídico brasileiro, pela inscrição na/pela língua, se apresenta em uma outra posição-sujeito na sociedade, a qual – não como imaginava – vai se constituir também em cidade sua, território seu, seu Estado e seu país.

Assim como o que aconteceu com aquela placa, a que estávamos nos referindo anteriormente, uma outra foi arrancada do seu lugar – pelo mesmo motivo da anterior, com inscrições semelhantes, naquela mesma língua:

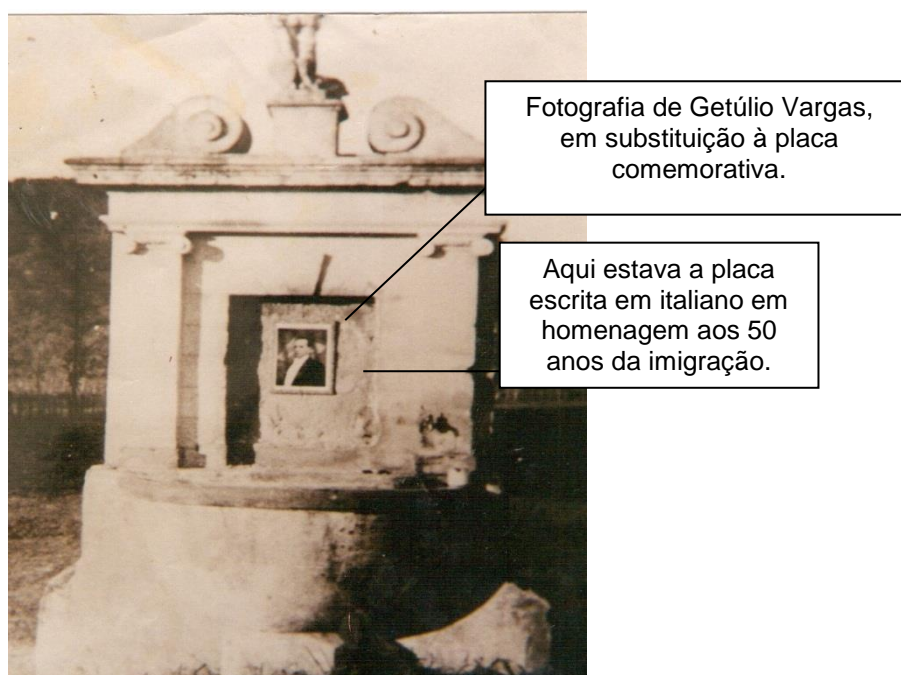


Foto 3

Na fotografia que aqui apresentamos, não há mais a placa comemorativa, mas a imagem do líder, do presidente, daquele que se apresenta como o símbolo da unidade nacional. Onde está a presença do sujeito-imigrante, com sua língua e memória? Conforme já colocamos, diz a memória oral do sujeito imigrante que tal placa comemorativa fora retirada, escondida - alguns dizem, inclusive, “enterrada” - durante a ditadura Vargas e nunca mais foi encontrada, já que não poderia ser queimada, transformada em cinzas, como acontecera a tantos outros documentos.

Por essas questões que estamos trazendo e no nosso gesto de interpretação, reiteramos que a posição-sujeito do imigrante italiano, identificável, no período Vargas, é a do sujeito-clivagem. Não sujeito-medo, como havíamos pensado

inicialmente - porque, embora esse medo colado ao sujeito exista, não domina sem encontrar resistências, e a resistência pode superar o medo -, mas sujeito-clivagem porque são múltiplos os sentidos – e as direções. Clivagem implica não só repartição, mas também se estrutura na contradição, em forças que se opõem: quem sabe entre aqueles que não devem falar a língua, mas falam; que não devem ensinar, mas ensinam e assumem, ou, então, escondem essa prática; os que não vão querer aprender a língua e os que obstinadamente vão querer; aqueles que ensinam a língua dos avós aos netos, aqueles que não a ensinam aos filhos. Aqueles que escondem as placas (para protegê-las?) e aqueles que tiram seus homenzinhos e os jogam no lixo, enquanto a placa será levada por aqueles outros homens, os homens do governo. E, se quisermos novamente nos remeter à literatura - porque ela também nos traz, pelos seus personagens, esse sujeito histórico -, os que são como o “Scariot” de *O Quatrilho*, de José Clemente Pozzenatto, que não se subordinam à igreja católica, que tendem a ser anarquistas por aqui, poucos talvez, e aqueles que irremediavelmente vão querer salvar a alma. Os que serão partidários de Vargas, os que somente dirão assim ser, e os que não serão. Aqueles que têm seus rádios confiscados, suas casas reviradas, seus objetos queimados e aqueles que escondem o rádio, os livros e as orações e vão fazer sua leitura em tom de voz sussurrante na calada da noite; aqueles que vão à Cachoeira do Sul, levados pela polícia e que se calam, ou aqueles que se pronunciam na única língua que sabem, e que, dias depois, sucumbem, vítimas da violência, quem sabe entre aqueles que aprendem falar em português “corretamente”, quem sabe entre aqueles cuja língua teima em sair atrapalhada, omitindo erres, substituindo fonemas, incorporando vocábulos, musicalizando em outros arranjos a melodia das frases: memórias.

Nesse embate, o jogo de forças entre as línguas: enquanto a língua de ferro e a de vento exercem imponentes seus trajetos e cumprem sua função, a língua de areia esconde-se pelos cantos, escorre pelas frestas, se re-edita, muda de forma e de lugar, protege-se de tamanhas ofensivas. Clivam-lhe a solidez da forma, formam-se outras, menores, ásperas, mas, pela memória, não se esquece, essa língua, do material de que é feita, constituída. Este, continua. História e memória: apagamento e retorno.

Assim, nessa posição-sujeito do imigrante italiano, reconhecemos que “o chapéu de Clementis” está na interrupção da ideia de Utopia, significada na

destruição pela força de monumentos e de suas inscrições: a inscrição que é a língua, que é a marca do sujeito no mundo das práticas sociais. Aí reside a sua marca: mesmo que condenem Clementis, mesmo que o façam desaparecer, sempre há o chapéu, sempre há alguém que lembra, e isso vai retornar: por uma memória oral, por um testemunho secundário, por uma fotografia resgatada e colocada num canto de um museu.

3.3 O sujeito-político

Seremos compatriotas y contemporáneos de todos los que tengan voluntad de justicia y voluntad de belleza, hayan nacido donde hayan nacido y hayan vivido cuando hayan vivido, sin que importen ni un poquito las fronteras del mapa o del tiempo.
(Eduardo Galeano)

Essa posição-sujeito identificável do imigrante italiano traz como adjetivo a expressão “político”. Sobre esse termo, os dicionários⁹⁵ trazem:

(1) político:

- 1 relativo ou pertencente à política.
- 2 relativo aos negócios públicos, ao governo.
- 3 que se ocupa de assuntos públicos.
- 4 relativo ou pertinente à cidadania.
- 5 cuidadoso, prudente ou ladino em coisas práticas; diplomático.

(2) político:

- 1 relativo à, ou próprio da política.
- 2 relativo aos negócios públicos.
- 3 que trata ou se ocupa de política.
- 4 delicado, político, cortês.
- 5 *Fig.* Esperto, astuto.

Novamente, na tentativa de controlar os sentidos, entendemos que, a partir do esquecimento número um, dos postulados pechetianos, selecionamos como sendo

⁹⁵ Reiteramos que estamos usando (1) para acepções do dicionário **Houaiss** (2009) e (2) para as do **Novo Dicionário Aurélio** ([s.d.]).

político aquele que é *diplomático*, que possa ser “hábil para negociar e lidar com opiniões divergentes⁹⁶”. A fim de dar conta desta posição-sujeito, voltamos à questão de que, em palavras de Orlandi (2007), o sujeito se submete à língua mergulhado em sua experiência de mundo e, determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se, o faz em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado, a partir do qual significa a sua interpelação pela ideologia.

O político, para quem trabalha com a linguagem, segundo a autora,

[...] está no fato de que os sentidos são divididos, não são os mesmos para todo mundo, embora “pareçam” os mesmos. E esta partição tem a ver com o fato de que vivemos numa sociedade dividida. Uma sociedade que é estruturada pela divisão e por relações de poder que significam estas divisões, em relações dissimétricas, irreversíveis como tal. Os sujeitos, uma vez que passam por processos de individua(iza)ção, ocuparão enquanto indivíduos sua posição na sociedade, estabelecendo seus laços sociais. São eles também sujeitos divididos em seus processos de individua(iza)ção (ORLANDI, 2011a, p. 6). [grifos da autora]

Mas que sociedade dividida é essa? Como pode estar se dando essa divisão? Serres (1994, p. 51) aponta que “qualquer papagaio repete sem refletir a frase de Aristóteles de que nós, os homens, somos essencialmente animais políticos”. Porém, questiona-nos: “Por quanto tempo?” O autor explica-nos da necessidade da privacidade e afirma, ainda, que seríamos, todos, destruídos por uma vida inteiramente pública, mortos pela publicidade. Para Serres, “o homem não consegue viver sem abrigo, isto é, publicamente, sem vida privada. O homem não é um animal político: se o reduzissem a isso ele se transformaria num cão; eis o grito revoltado de Diógenes⁹⁷” (Ibid. p. 52).

Serres (Ibid., p. 126) afirma que construímos um mundo, o próprio universo, e, por conseguinte, a humanidade, através de conexões múltiplas. E, “passamos, por esses caminhos, do local ao global”. Conforme o autor, esse universo da Pantopia, onde todos os lugares em cada lugar e cada lugar em todos os lugares vai cair evidentemente na Utopia quando:

⁹⁶ Segundo o Dicionário **Caldas Aulete**, versão on-line. (Disponível em: <<http://www.auletedigital.com.br>>. Acesso em: mai.2012).

⁹⁷ Diógenes de Sínope (413 - 323 a.C) foi destaque e símbolo do cinismo pois tornou sua filosofia uma forma de viver; expressava seu pensamento através da frase "procuro um homem". Conforme relatos históricos, ele andava durante o dia em meio às pessoas, com uma lanterna acesa, pronunciando ironicamente a frase. Buscava um homem que vivesse segundo a sua essência. Fonte: <<http://www.filosofia.com.br>>. Acesso em 15.jun.2012.

[...] vivemos e pensamos, portanto, na esperança, múltipla, de que este mundo [...] torna natural exactas e rigorosas as nossas imagens de Métis e de Arlequins, para se encontrar em política e definir a nova república mundial, em que cada um, à escuta da voz dos outros, faça ouvir a sua própria, [...]; deste modo, por meio de um poder igualmente dividido, misturado, dividido no espaço e no tempo, cujas tecnologias absorvem, pela primeira vez na história, as complexidades que tornavam impossível, outrora e há pouco, esta divisão equitativa e calculável em cada instante, podem prometer paz perpétua (1994, p. 126).

Serres pondera que “a tragédia substitui o otimismo destas ilhas utópicas. Quem regerá o novo universo? A própria rede? Que ilha única, na rede?” (Ibid., p. 149). Diante dessas perguntas, apresenta-nos sugestões de respostas. Refere que, enquanto prática das acumulações atualizadas, o capital não se arrisca a não se recuperar de ataques possíveis. Pode, outrossim, reforçar-se, tornando-se ele mesmo virtual ao apropriar-se do espaço, do tempo, das coisas, dos homens e da história futura. Em suas colocações, a tragédia, personificada, também questiona: “quem impedirá os que detêm o poder e a glória de impor, por todo o lado e para sempre, a sua verdade, porquanto asseguram o domínio de todas as operações de prolongamento?” (SERRES, 1994, p. 149). Depois, dirige-nos uma resposta: “a sua publicidade não propaga, não difunde, a sua força privada em direcção a todos os públicos?” (Id.Ibid.).

De tais questões, destacamos duas: a primeira, sobre heróis da tragédia contemporânea, que não se limitam a atores solitários, figuras lendárias, nem deuses, nem classes, senão à totalidade humana solitária, produtora e produzida por redes por que se encadeará ou se libertará; a segunda, cujo caminho para as respostas só será traçado se se deixar os canais em direcção às mensagens (Ibid.). Pensamos, a partir dessas considerações, que a *língua de um Mestre que não ousa dizer seu nome* quer dizer o que quer e quer dizê-lo mais alto, pois são novas as formas de assujeitamento.

Para Schaller (2002, p. 149), a questão é saber se a principal questão do século XXI seria – ou não – a convivência entre iguais e diferentes, já que a globalização produz o “efeito de sentido” - tal como dizemos em Análise de Discurso - de que somos todos unidos, muito embora o termo trate de mercados de consumo e de informação. No entanto, refere o autor, não estamos nos reaproximando do Outro, quando, então, alguns buscam refúgio na própria identidade, recorrendo à defesa de uma comunidade homogênea que vai produzir, exatamente, a rejeição de

qualquer Outro. A questão seria então combinar uma participação notadamente científica e técnica com a possibilidade de afirmar herança cultural e história pessoal, da seguinte forma:

Essa produção de si não pode realizar-se no isolamento ou no afastamento, deve, porém, ser construída, defrontando-se, ao mesmo tempo, com a dominação do mundo dos mercados e com as falsas promessas comunitárias; reconhecendo ao Outro, assim como a si mesmo, o direito de ser Sujeito e pondo a democracia a serviço da liberdade criativa de cada um e da construção de uma solidariedade coletiva (SCHALLER, 2002, p. 149).

Diante da análise que Schaller faz da transformação das realidades sociais nos últimos 50 anos, podemos assim dizer: antes, a própria organização do Estado se dava na estrutura das relações de classe, no sistema de instituições e no empreendimento da cultura; hoje, a desarticulação das relações de produção e de reprodução gera novas desigualdades e novas formas de dominação que deslocam as linhas de clivagem. Isso faz com que, na contemporaneidade, estejamos, antes, engajados em uma luta por lugares - o que suscita tensões, mobilizações e alianças móveis - do que mobilizados pelo desejo de "ascensão social". Schaller questiona, então, em que tipo de sociedade queremos viver. Ao citar Alain Touraine (1997), afirma que, hoje, substituímos a visão vertical (piramidal) por uma visão horizontal e o que se quer, nesta sociedade que se caracteriza por ser segregativa, é estar dentro, é pertencer a ela. "Para ser reconhecido é preciso estabelecer o seu lugar, é preciso tornar-se o vendedor da própria vida" (SCHALLER, 2002, p. 151). A práxis, em relação aos "excluídos" - e colocaríamos aqui o sujeito imigrante italiano -, seria, então, o engajamento em uma dinâmica de reinscrição da pessoa nas relações sociais. No processo de integração social, "a diferença, ao invés de ser negada, é considerada parte integrante do funcionamento social e deve ser integrada ao conjunto das condutas que definem o campo das relações sociais" (Ibid., p. 153). Com isso, nos deparamos com o funcionamento do político no processo de naturalização da presença do outro, do imigrante italiano (de quem quase tudo foi usurpado), possibilitando a ele um lugar bem delimitado: aquele de quem trabalha, produz, gera riqueza para o Estado/nação e que tem dia/hora/local (Associação Italiana, festas típicas) para manifestar os resquícios da cultura dos seus antepassados, promovendo/reforçando o apagamento da violência sofrida na ditadura.

Para isso, Schaller ancora-se na noção de democracia a partir da tipologia proposta por Dubet (1994), a saber: de ordem contratual, de ordem representativa e de ordem universalista, concepções essas que devem ser articuladas pelo trabalho de um sistema político democrático, retendo-se disso que “uma democracia não é simples participação política. Ela não é tolerância pura, nem a afirmação de uma cidadania separada das relações sociais desiguais da sociedade. A democracia é a política do sujeito” (SCHALLER, 2002, p. 154).

Dada essa concepção de democracia, tempo e lugar onde está inserido o nosso sujeito político, podemos ampliar a reflexão reiterando que “a democracia é a política do sujeito político”: embora consideremos, inicialmente, como refere Serres (1994), que o homem não é um animal político porque tem em si a necessidade de não ter uma vida inteiramente pública, o que demanda privacidade, singularidade diante do coletivo, principalmente nestes tempos de sociedade em rede, há um outro político que aí se manifesta, que é o lugar que toma diante dessa forma de assujeitamento: a de não querer pertencer, dessa/nessa forma, porque lhe toma outra formação ideológica e, portanto, também discursiva, dentro da qual se inscreve desta ou daquela maneira. Também, como sujeito, o que por si só já pressupõe o político, de modo que a repetição seria produzida somente como um efeito, para reforçar o já dito e, quem sabe, reiterar o sentido de que é sujeito político porque negocia, gere, gesta o seu lugar social.

Do sujeito clivagem, quando se trabalhava “a sociedade como uma totalidade” e, posteriormente, constatou-se que a bela unidade dessa análise estava fendida, Schaller (2002, p. 149) sugere ter emergido o sujeito-político, até porque este tem a necessidade de se adaptar a outras e novas desigualdades, bem como a outras formas de dominação.

Hoje, segundo Orlandi (2012, p. 47), a empreitada da Análise de Discurso é compreender as novas formas de assujeitamento (Ibid.), em consonância à proposta de Pêcheux de tratar da questão discursiva, de um lado, pela conjuntura histórica e, de outro, pelos modos de assujeitamento, os quais envolvem processos discursivos instalados historicamente na contemporaneidade, a exemplo dos já oportunamente citados na parte I deste trabalho— a mundialização, as novas tecnologias da linguagem, a mídia tal como ela se apresenta hoje, as guerras ideológicas contundentes, as formas sociais, o ecologismo, a xenofobia, o racismo, a

ressignificação do Estado com o Mercado, a reorganização de uma direita letal. Ao analista de discurso, em seu gesto de interpretação, é preciso:

Não ver a língua como sistema (o software de um órgão mental), mas como o real específico do desdobramento das discursividades; observar as condições de existência dos objetos em uma conjuntura histórica e lembrar que os objetos a saber se constroem em processos discursivos. Pensar as discursividades em suas diferentes materialidades que se desdobram em um espaço contraditório, fazendo-se unidades de análise (ORLANDI, 2012, p. 49).

É exatamente ao tratarmos sobre novas necessidades do sujeito e, sobretudo, ao tratarmos de um espaço de contradições que nos remetemos, novamente, ao espaço empírico que nos fornece elementos para o espaço teórico, qual seja, o da Quarta Colônia de imigração italiana. Ao lado de discursos em outras e novas materialidades significativas neste século XXI, continuamos a nos deter nas materialidades mesmas dos monumentos do início do século XX, porém, reeditadas, reconstruídas, expostas a ressignificações. Não, os sentidos não são os mesmos, embora pareçam sê-lo. De acordo com Orlandi (2007, p. 15), estamos na era pós-industrial e, hoje, uma análise em termos de classes não permite mais dar conta, por si só, da organização da sociedade e seus conflitos:

Com efeito, a desarticulação das relações de produção e de reprodução gera novas desigualdades e novas formas de dominação que deslocam as linhas de clivagem. A “lutte de classes” (a luta de classes) dá lugar à “lutte de places” (a luta por lugares). Processo ligado a um processo profundo de des-institucionalização. E ao desenvolvimento de uma “cultura heróica do sujeito” que remete cada um à construção e à responsabilidade de seu próprio destino (Id.Ibid.). [grifos da autora]

Além disso, “é o mundo das redes mais do que territórios: redes de transporte, de mercadorias, de matérias primas e de energia; de telecomunicações, relacionais. [...] As centralidades se reforçam em detrimento dos territórios e das populações” (ORLANDI, 2011a, p. 6). Além disso, sublinhamos, “a mundialização reforça as desigualdades, tanto no plano espacial como no social” e, principalmente: “Há reafirmação das identidades locais, reativação do comunitarismo, fragmentação do mundo” (Id.Ibid.).

Sim, podemos pensar com “a categoria de imaginário enquanto prática da relação do simbólico com o político” (ORLANDI, 2011a, p. 7). Se antes tínhamos

claramente que “esse sujeito não pode resistir à língua sem ser marginalizado ao cair fora da norma” (Id., 2007, p. 14-15) e que esse sujeito, o sujeito imigrante italiano, precisava da língua de sua nova nação para pertencer e “ser”, quando se tentava apagar a sua memória da e pela língua, hoje o discurso do historiador dá conta, entre outras questões, de que:

As comemorações centenárias foram festivas. [...] Os dialetos vênéticos, tão humilhantes e humilhados passaram a ser tratados com o respeito e o valor devidos a todas as línguas. A língua materna de cada um só devia ser respeitada mas ela se tornava uma língua de cultura e de religião. Não era mais preciso envergonhar-se da língua materna. Ela não era inferior à língua brasileira ou qualquer outra língua. Parecia a todos um novo sonho. O dialeto vênético transformou-se em objeto de estudos gramaticais, lingüísticos, antropológicos e sociológicos. Voltou à página dos jornais. As editoras publicaram livros dialetais e bilingues. Centenas de gravadores saíram a campo. As cartas, as velhas cartas, roídas pelos ratos e amarelecidas pelo tempo [...] foram recuperadas [...] (SANTIN, 1986, p. 19).

Que outro tempo é esse? Os ‘dialetos’ ou, ainda, as marcas discursivas regionais ganham seu espaço e identificam esse sujeito, o qual também pode dizer-se em sua pluralidade; a língua portuguesa é a língua da pertença, assim como os monumentos/Monumentos também o são. Alguns monumentos/Monumentos foram reconstruídos: aquele que outrora havia sido erguido para homenagear o imigrante italiano e, ao mesmo tempo, cumprir a função social de fazer chegar água aos passantes, ganha uma nova construção e um novo lugar. Por que a posição-sujeito do imigrante italiano que aí vemos é a do sujeito-político? Primeiro, porque ele aceita e ‘vai’ em praça pública, territorializando espaços; segundo, porque lemos nesse sujeito imigrante que ele não é mais um estrangeiro: ele fez uma troca - aprendeu/apreendeu a língua portuguesa em troca da cidadania brasileira.

Por meio da fotografia 4, visualizamos a imagem que o sujeito imigrante italiano projeta/constrói/materializa hoje, quando chega - porque já cidadão brasileiro - a instâncias de poder. A língua de areia também teve forças de tocar a língua de ferro e a de madeira. É essa outra língua, hoje, que visa a organizar o que anteriormente, ela mesma, consagrava à anulação ou à queda. É o monumento referido na fotografia 3, quando da apresentação do nosso corpus, que reaparece, reconstruído:



Foto 4

Diante das considerações anteriores, como início de um percurso de leitura, como de gesto de interpretação, consideramos as condições da construção deste monumento/Monumento (foto 4) hoje: ele não mais está à beira de uma estrada, senão em outro espaço social/público – de lazer? - na parte central da única praça da pequena cidade. Continuamos a descrevê-lo, dizendo da ausência da imagem de Santo Isidoro em seu topo; da falta de sentido de sua antiga função hoje, se estivesse aí para alcançar água aos passantes; e da sua atual função, de “operador de memória social”. Além disso, em sua placa, não mais a homenagem em italiano para o cinquentenário da imigração, nem a (possível/provável) imagem de Getúlio Vargas⁹⁸ em seu lugar, mas o discurso do poder público, em “bom português”:

⁹⁸ A propósito, na mesma praça, há um outro monumento/Monumento, com a reprodução, em bronze, da derradeira carta de Getúlio Vargas endereçada ao povo brasileiro.



Foto 13: Placa colocada no monumento referido na foto 4, réplica do monumento referido na foto 3.
Fonte: Arquivo pessoal.

Observamos ainda mais duas questões: que não há nenhuma referência aos imigrantes, só a “antepassados”/“descendentes”. Quem seriam estes “antepassados”/“descendentes”? Estariam contempladas aí, acaso, outras etnias? Onde está o sujeito evocado e homenageado na versão primeira e silenciado numa outra, quando substituído pela (possível) imagem de Getúlio Vargas? A imagem do monumento reproduzida nesta placa não é nem a primeira, quando havia a placa escrita em italiano, nem aquela em que aparece a (possível) imagem do presidente de então, mas uma em que não aparece nada, a não ser o espaço vazio, “apagado”. Onde se encontra essa fotografia/documento? Tal esburacamento, ao silenciar, também traz uma memória.

Na mesma praça, dentro do mesmo olhar, um pouco mais ao fundo, antes um pouco de uma das sólidas igrejas, uma embarcação:



Foto 4



Foto 5

Uma embarcação, “*Columbus*”, o alto-mar, “*La veloce navigazione italiana*” e uma placa alusiva ao centenário da imigração. Onde está a imagem do sujeito imigrante italiano? Precisáramos chamar em eloquente voz pela águia do oceano⁹⁹, pedir-lhe suas asas para descer mais, ainda mais, do espaço imenso, para alcançar e mergulhar no brigue voador... e ver téticas figuras, cenas infames e vis, horrores e saber quem são aqueles desgraçados, que se não dançam ao som de uma irônica e estridente orquestra, deliram, enlouquecem, embrutecem e, cantando, gemem e riem: *Merica, Merica, Merica, cossa sarala sta Merica?*... Estaria aqui o lugar para o anti-herói? Ou enaltece-se o trilho que Colombo abriu nos mares? De qualquer forma, existe um povo que o território empresta para que esse povo tenha seu lugar.

Deixando-se de lado certo estranhamento que o próprio vapor causa quando não está em um lugar ao litoral ou ao lado de um rio navegável, salientamos outro: enaltece-se não o imigrante italiano, mas o processo de imigração, organizado/patrocinado pelos Estados que viam, nos homens, peças de um capitalismo que se reorganizava. Navios negreiros, navios com homens brancos.

Neste próximo monumento, erguem-se, lado a lado, uma cruz – “símbolo da religiosidade de um povo” e um painel com a imagem de um imigrante e seu descendente, avô e neto, presumivelmente:

⁹⁹ Referência ao poema “O navio negreiro”, do poeta Castro Alves.



Foto 8



Foto 6

Ao visualizarmos tal cruz, em grandes proporções quando comparada a outros monumentos da região, recupera-se o acontecimento, no sentido pechetiano do termo, o encontro de uma atualidade com uma memória: a primeira missa rezada no Brasil, fato este recuperado através da Carta sobre o Achamento do Brasil, de Pero Vaz de Caminha a El-Rei Dom Manuel, e imortalizado pela arte de Vitor Meireles (1832-1903). A cruz, símbolo do cristianismo/cultura, ergue-se imponente diante de uma paisagem, onde prevalece a natureza, exaltada na plasticidade da obra:



Figura 2: Pintura de Vitor Meireles¹⁰⁰, 1861.
 Fonte: <<http://images.google.com.br>>.

Do mesmo modo, o lugar da chegada e do estabelecimento dos primeiros imigrantes na Quarta Colônia, na localidade de Barracão, atual Val de Buia, onde, acampados e passando por muitas privações, ficavam à espera dos seus lotes de terra – lugar onde hoje está o monumento em forma de cruz (foto 8). Deste lugar, a referência que temos é a transcrita a seguir (pictórica, pela descrição que nos faz, por isso também o paralelo), nas/pelas palavras de Lorenzoni (1975), um dos imigrantes que lá estavam naquele momento:

“Pouco depois das quatro da tarde, começava o retorno ao barracão, onde aquela multidão de gente chegava ao escurecer. Começava de novo aquela vida em comum, debaixo do mesmo teto, reunidas pessoas de diversas províncias da Itália, cujos dialetos particulares ainda não compreendíamos bem [...] aquela Babel!”; “[...] o governo mandara construir, a uns cem metros do nosso, na parte baixa, outro grande barracão; poucos dias depois, víamos chegar outros mil imigrantes.”; “Nosso acampamento, durante esse tempo, havia se estendido ao sopé do morro; desaparecidas as

¹⁰⁰ Segundo COUTO (2008, p. 159-171), Doutora em História da Arte pela Universidade de Paris I – Panthéon/Sorbonne, com pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp): “Vitor Meireles dedica-se à realização de sua obra de 1859 a 1861, quando consegue expô-la no Salão Oficial de Paris. Foi o primeiro artista brasileiro a participar de uma mostra internacional desse porte, fato que marcou não somente sua carreira como a própria história da Academia Imperial. Em 1876, a tela volta a ser exposta no exterior, na Filadélfia, juntamente com outras composições do mesmo artista. Em publicação dedicada às obras expostas no Salão de 1861, algumas palavras lhe são consagradas: ‘Cena interessante, onde os personagens principais são os indígenas. Suas características exprimem a surpresa, a emoção, que lhes causa o espetáculo imposto onde são as testemunhas. O altar, protegido por magníficas árvores, foi levantado sobre uma elevação. Era 5 de maio de 1500. No momento do Evangelho, todos os indígenas se levantam como os europeus que assistiam a missa’. Trata-se de uma descrição sucinta porém precisa da cena representada pelo Artista”.

macegas e ervas rasteiras [...], viam-se agora apenas as árvores seculares, que projetavam uma larga e agradável sombra ao semicírculo de terra batida [...]! (p. 54) “Num daqueles dias, o Reverendo Padre Marcelino Bittencourt, Vigário de Santa Maria, [...] veio celebrar a primeira missa, ao sopé do morro, onde deveria surgir, mais tarde, a sede da colônia de Silveira Martins. O digno sacerdote foi recebido com expressão de grande alegria. A igreja foi logo improvisada com lençóis, colchas, galhos de árvores com grandes folhas verdes e flores silvestres. Em seguida foi celebrada a Santa Missa, cantada por coro de imigrantes vênnetos e o padre Marcelino deu a explicação do Evangelho da melhor maneira que lhe foi possível, recomendando-nos bondade, resignação e o amor a Deus, para podermos superar os grandes sacrifícios a que nós seríamos sujeitos, enquanto não tomássemos posse definitivamente das terras que nos fossem designadas” (p. 55).

Na cruz, tais memórias são recuperadas, fazendo com que retorne e se recalque sempre a construção do imaginário do sujeito imigrante italiano católico, apostólico, romano, que ergue uma cruz não somente para o Cristo – a quem destina suas esperanças e a salvação - mas também como forma de enaltecer o seu próprio sofrimento. Cruz, no sentido cristão, é a linha vertical que liga o homem ao céu; a linha horizontal, dando-lhe a dimensão da terra. É em forma de cruz que se sinaliza o primeiro acampamento dos imigrantes da Quarta Colônia. A primeira missa, alegria, improvisação, cultura (lençóis...) e natureza (folhas, flores), assim como bondade, resignação, amor, sacrifício, questões essas que provêm da formação discursiva católica que atravessa o sujeito imigrante italiano.

A primeira missa no Brasil nos remete à descoberta do Brasil e da colonização pelos europeus portugueses. Logo, a primeira missa, para os imigrantes, também pode ser esse des-cobrimto (*onde será esta Merica?*), o qual precede a nova/outra colonização do Brasil. Não há distanciamento em relação ao imaginário de terra por desbravar. É a redescoberta, é outra forma de colonizar o mesmo país, séculos depois, pelos/com os mesmos princípios: homens brancos e católicos.

Na leitura que podemos fazer do quadro de Vitor Meireles, o que está centralizado é a cruz, e o que a cerca é uma paisagem que lembra o imaginário que temos do Paraíso (terra prometida, etc.): o lugar onde tudo é harmonia. Nela, um jogo de luz e sombra, cujo branco/luz irradia a partir de um céu. Essa luz (que pode significar luz divina) se reflete no grande crucifixo e continua através das vestes do sacerdote (que irradia luz) e de seu ajudante, iluminando parte do chão. Luz branca, azulada, fria, que remete à calma, tranquilidade, serenidade, paz. Em contraste, a sombra, sombra com preto e com vermelho, cor de pele, cor de sol, amarelo, quente:

o confronto da civilização com a “barbárie”. A cruz: o alto, o a alcançar, o superior, a salvação.

No monumento em cruz, podemos fazer uma “colagem” da descrição da primeira missa, feita por Lorenzoni (1975, p. 52-55), e perceber, inicialmente, a paisagem: a natureza remete ao Paraíso, tanto no passado, quanto no presente – hoje, ponto turístico, em que moradores ou visitantes ali param com o intuito de apreciar os morros e o vale, o ar puro, o verde, o azul e o terra, o barulho das águas, o canto de pássaros. Na/da memória, o reencontro do imigrante com sua cultura: se, na tela de Meireles (Figura 2), o sujeito histórico é medieval e é pela religião assujeitado, no relato de Lorenzoni imbrica-se o sujeito religioso com o jurídico: enquanto deixa de ser cidadão italiano e ainda não é cidadão brasileiro (“aquela Babel”; “explicação do Evangelho da melhor maneira que lhe foi possível”), quem o toma é a religião. É por ela que se reconhece/se vê reconhecido - assujeitado. Hoje, no monumento, é o sujeito imigrante italiano e também cidadão brasileiro que, pela religião, pela cruz, pelo cristianismo se vê assim: pertencendo - pela sua identidade, pela sua história, fazendo parte da paisagem. Da paisagem brasileira. Efeitos de sentido.

Compondo o mesmo cenário, o painel com as imagens de duas distintas gerações, colocando a importância da continuidade, do elo familiar. Em suas mãos, objetos distintos: na do avô, a enxada; na do neto, um livro. Dissociando o “cum mente et malleo¹⁰¹”. Antes, nas gerações anteriores, os braços, a força física; à descendência, a mente, o trabalho intelectual. Divisão do trabalho. Outra questão é a direção dos olhares: enquanto o avô olha para o distante, para um futuro, um porvir, um projetar - o não só aqui? –, o neto olha para o avô, de baixo para cima, respeitando, ad-mirando, espelhando-se, inspirando-se. Da mão forte sobre o ombro do menino, o laço, a história, a memória. A homenagem do hoje ao ontem. Se havia espaço no trabalho para o sujeito imigrante, hoje, para seu descendente, não mais é este o seu (único) lugar. Não é mais imigrante, é cidadão brasileiro. Polissemia, da qual fazemos alguns recortes enquanto sujeitos que leem e interpretam tais materialidades discursivas.

¹⁰¹ *Com a mente e com o martelo.*



Foto 6

Já na placa da foto 7, temos como diferencial a materialidade linguística na homenagem à imigração e à imigração na Quarta Colônia. Além disso, a paráfrase: “berço da Quarta Colônia” (segundo **Houaiss**: berço: 1. pequena cama para crianças de colo; 3. local de nascimento de uma pessoa, de um grupo ou de um fato que interessam a uma coletividade), novamente a relação com a mãe, com o ventre, com a terra. Como a placa é explicativa, há uma tentativa de homogeneização dos sentidos: é para entender “x”. A questão que nos colocamos é: o povo de Silveira Martins é diferente de imigrantes italianos, de descendentes de imigrantes italianos, em sua maioria? Pensamos que se tenta apagar a ideia da descendência – isso pode ser coisa do passado, é lá que isso deve ficar. No presente, temos o povo todo...



Foto 7

Dirigimos nosso pensar para o que Schaller (2002) coloca como a principal questão do século XXI, ou seja, a convivência entre iguais e diferentes. Assim, nos remetemos ao próximo monumento/Monumento selecionado para nosso corpus, o qual está exposto numa via de acesso à Quarta Colônia e não é um monumento/Monumento/discurso produzido pelo imigrante, mas sobre o imigrante:



Foto 9

Este monumento/Monumento, para nós, é um marco, em referência à afirmação de Orlandi (2012) de que a estátua de Fernão Dias, na entrada de Pouso Alegre/MG, assim o seja. E, como tal, todo sujeito imigrante italiano da Quarta Colônia - morador ou não desse lugar – inscreve-se “nessa rede de sentidos que o identificam no real de uma história que tem suas marcas e seus marcos” (Ibid., p. 33). A estrada com um sol brilhante em seu final é mais que Utopia. É Pasárgada¹⁰². É o sujeito imigrante italiano sinalizando um seu lugar, de um destino (fim) a um seu berço (começo). (Foste embora pra Pasárgada, e o que encontraste lá?).

Se se apaga ou tenta-se apagar esse imaginário da nova terra, aqui ele retorna: o chapéu de Clementis está aqui, recupera-se uma memória: ave migratória (imigrante) caminhos (mares, estradas), Utopia (sol). Há um sujeito político sustentando o discurso presente nesses monumentos, pois ele negocia sentidos com o Estado: na imagem da foto 6, há um homem e seu neto, os quais podem ser italianos, brasileiros; isso não está identificado pela língua, podendo ser significado no dialeto italiano e em língua portuguesa no Brasil. É esse homem que busca o sol, a luz que pode estar no livro, mas que se materializa no monumento da foto 9, nomeado, não em italiano, não em português, mas em latim: “Via Crucis”.

É uma realidade que traz, de um sujeito, seu passado. E que diz desse mesmo sujeito em seu presente: constituir-se na/pela história, na/pela língua. Língua de areia a marcar seus caminhos: polissêmicos discursos, discursivizados sentidos. O sujeito-político se constitui entre a história e a memória, ele negocia sentidos com o Estado-nação que é seu e que não o é, ao mesmo tempo. É nesse espaço de negociação entre a resistência e a pertença, entre o ser igual e ser também diferente, que ele encontra um lugar para existir, para subjetivar-se, pelo sujeito-utopia no sujeito-clivagem; pelo político na política do sujeito-político.

¹⁰² Do poema de Manuel Bandeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma língua comporta em si muitas outras, ou seja, uma língua é a base comum de processos discursivos diferenciados, disse Pêcheux (2009 [1975]). Também pode-se dizer que uma língua comporta em si várias outras possibilidades: línguas de ferro, de madeira, de vento, de areia.

A memória se efetiva na/pela língua. Para a memória da imigração italiana da Quarta Colônia, essa língua é a língua de areia. É pela memória nessa língua que conseguimos rastrear as diferentes posições-sujeito do imigrante italiano da Quarta Colônia. Uma memória lacunar, fragmentada, despedaçada, reconstituída.

Porém, há muitas resistências. E, se a história vai fazer com que Gottwald seja quem vai usar o chapéu daqui para frente, a memória não vai deixar esquecer que quem o usava antes era Clementis.



Foto 14: O Chapéu de Clementis em Gottwald.

Fonte: http://1.bp.blogspot.com/_yN1yPI89w24/R4nxlgJDbsI/AAAAAAAAACM/C8cZ03inhwo/s1600-h/checkoslovakia.jpg¹⁰³. Acesso em set.2012.

Que efeitos, então, “O chapéu de Clementis” provoca em nós? Há traços materiais que não se apagam, que ficam latentes, que podem retornar a qualquer momento, esse é o efeito elementar do interdiscurso na tomada de posição-sujeito.

¹⁰³ Agradeço à Prof.^a Verli Petri a sugestão/indicação do acesso a essas fotos.

É inegável. Pode-se dizer que um dos efeitos é o perceber da falta, da incompletude, que é o que vai mover sujeitos - sujeitos da ciência, inclusive - a saírem em busca de seus objetos teóricos e de análise: “exteriorizar o objeto teórico para que no processo de significação, ele possa ser administrado, posto, composto, deposto, para que ele possa construir nosso eixo de significação” (SCHERER, 2011, p. 12).

Assim, neste trabalho, falar de posições-sujeito é falar de funcionamentos ideológicos, do que destacamos:

- **a posição-sujeito utopia**, do sujeito imigrante italiano movido por um imaginário, principalmente imaginário de um outro lugar, onde estaria sanada a sua falta, dado de sua incompletude: a posse da terra, dentro de um sistema capitalista que faz com que pertencer seja, antes de tudo, possuir. Neste outro lugar, o imaginário da continuidade, de uma nova Itália (há topônimos que remetem: *Vale Vêneto*, *Novo Treviso*, *Val Veronês*, *Val Feltrina*, entre outros), em confronto com a realidade que encontra; aqui, a ideia da utopia é levada ao extremo, tão ao extremo que arrebenta: a travessia, a estada em navios, o caminho por terra, a morada em barracões, é o precisar de consolo, é o viver em abandono, é o conviver com a iminência da morte: rupturas;

- **a posição-sujeito clivagem**, posição-sujeito do imigrante italiano em relação ao autoritarismo de Estado, materializado em formas de violência, o que se dá quando sujeitos são convocados a participar, desde que abdicando de sua história e de sua língua. Tais sujeitos, entre outros lugares que passam a ocupar, também resistem. É clivagem porque é divisão, é corte, é rompimento. Em que momento retorna o “chapéu de Clementis”? Esse sujeito obedece ao Estado, oficialmente, mas suas rezas, no meio da noite, são em italiano; suas “blasfêmias” testemunham o inconsciente que se atravessa e produz o retorno da língua italiana, dialetos, intensificando o sentido do pequeno delito; seus segredos, seus assuntos proibidos, aquilo que não é para todos entenderem é em italiano;

- **a posição-sujeito político** - quando o Estado também o é – e, respondendo a formas de assujeitamento, se articula, negocia: não estaria a língua de areia também se enroscando com a língua de vento, num momento outro, cujo acento se dá pelos discursos da mundialização? O sujeito da imigração italiana é, hoje, o sujeito que promove o turismo na região, que propagandiza a “Quarta Colônia” e que faz desta marca de produtos coloniais, artesanais, naturais, enfim, é aquele que encontra outros modos de se relacionar com a política de Estado, outros modos de

existir, negociando sentidos entre o que é ser imigrante italiano e o que é ser brasileiro. Pensamos que é essa uma das formas de “o chapéu de Clementis” se fazer novamente presença em outros e novos lugares – os “lugares de memória” de que nos fala Nora (1993 [1984]).

Concluir este trabalho significa, para nós, reatar as pontas, sem, no entanto, colocar um ponto final nesta história que é a da imigração italiana, mas que também é nossa. É tirar o nosso retrato da parede e, quando vierem as palavras “mas como dói”¹⁰⁴, retrucar: “dor não é amargura”¹⁰⁵.

Este estudo não termina aqui. Esgotam-se apenas as páginas e o tempo. É hora de dizer que incursionar pela história/memória da Imigração Italiana da Quarta Colônia num movimento de ir e vir com a Análise de Discurso de fundação francesa tira-nos de um campo de evidências e (re)significa o nosso, o meu “estar no mundo”: a minha condição de quem retorna à terra natal (sem ao menos sair do lugar), de quem toma uma posição e quer compreender alguns de seus discursos e traços de seus funcionamentos. Volto às palavras de Saramago: tem sido muito bonito perceber as asas crescerem – asas de anjo torto, de anjo esbelto, de anjo safado, de anjo louco¹⁰⁶ e tantos outros... e, com elas, voar... Mas em vez de sentir-me sem saída frente às palavras (discursos) que, por Drummond, ganham status de pessoa e têm voz, nos colocando contra a parede e perguntando se trouxemos “a chave”¹⁰⁷ para entendê-las - estou começando a voar, reitero –, dirijo-me a uma casa que me toma, denominada por Scherer (2012) de “casa miticamente comum”¹⁰⁸ e, com um misto de ousadia e timidez, bato à sua porta e pergunto: posso entrar? Ou... *Permissão dar'ento?*

¹⁰⁴ Do poema “Confidência do Itabirano”, de Carlos Drummond de Andrade.

¹⁰⁵ Do poema “Com licença poética”, de Adélia Prado.

¹⁰⁶ Na sequência: Carlos Drummond de Andrade; Adélia Prado; Chico Buarque; Torquato Neto.

¹⁰⁷ De “Procura da poesia”, de Carlos Drummond de Andrade.

¹⁰⁸ Em referência ao texto de Amanda E. Scherer, em que a autora utiliza tal metáfora.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Traduzido por Maria Laura V. de Castro. Introdução crítica de José Augusto Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1969]. p. 53-107.

AULETE, Caldas. **Dicionário on-line**. Disponível em: <<http://www.auletedigital.com.br>>. Acesso em: mai.2012.

BOLOGNINI Carmen Zink; PAYER, Maria Onice. Línguas de imigrantes. **Ciência e Cultura**, v. 57, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a20v57n2.pdf>>. Acesso em: jan.2012.

BUSANELLO, Pe. Pio. **A história de nossa gente**. Santa Maria, RS: Palotti, 1952.

CERVO. Larissa Montagner. **Língua, patrimônio nosso**. 199f. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS: UFSM, 2012.

COURTINE, J-J. O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem. **Polifonia**, v. 12, n. 2, p. 1-13, Cuiabá, 2006.

_____. O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Traduzido por M. R. Rodrigues. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, C. L (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise de Discurso**. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. 2. ed. Traduzido por José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007 [1983].

DE BONI, Luís A.; COSTA, Rovílio. **Os Italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias / Correio Riograndense, 1979.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova. Fronteira, [s.d.].

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 6. ed. Traduzido por Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 [1969].

GADET, F. Prefácio [1975]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Traduzido por Bethania S. Mariani et al. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2010.

_____; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. O discurso na história da lingüística. Traduzido por Bethania Mariani e Maria E. C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004 [1981].

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Traduzido por Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2009 [1968].

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. Traduzido por Eni P. Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992 [1981].

HENRY, Paul. A história não existe? Traduzido por José Horta Nunes. In: ORLANDI, E. P. et al. (Orgs.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2010 [1984].

_____. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. [1969]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Traduzido por Bethania Mariani et al. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2010.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780**. 3 ed. Traduzido por Maria C. Paoli e Anna M. Quirino. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2002 [1990].

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2009.

INDURSKY, Freda. A noção de sujeito em Análise do Discurso: do desdobramento à fragmentação. In: **Anais do XV Encontro da ANPOLL**. Seção de Análise do Discurso, ANPOLL, Porto Alegre/RS, 2002. CD-ROM.

JAKOBSON, Roman. **Lingüística e Comunicação**. Traduzido por Izidoro Blikstein e José P. Paes. São Paulo, SP: Cultrix, [s.d.].

JAMBEIRO, Othon et al. **Tempo de Vargas: o rádio e o controle da informação**. Salvador, BA: EDUFBA, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Traduzido por Bernardo Leitão et al. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996 [1988].

LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre, RS: Sulina, 1975.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre, RS: Grafosul - Instituto Estadual do Livro, 1975.

MORUS, Tomás. **A Utopia ou O Tratado da Melhor Forma de Governo**. Traduzido por Paulo Neves. Porto Alegre, RS: L&PM, 1997.

NEVES, Paulo. A vida e *A Utopia* de Tomás Morus. In: MORUS, Tomás. **A Utopia ou O Tratado da Melhor Forma de Governo**. Traduzido por Paulo Neves. Porto Alegre, RS: L&PM, 1997.

NORA, Piere. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. Traduzido por Yara Aun Khoury. Projeto História. São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993 [1984].

ORLANDI, Eni P. **Discursos em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. Língua, comunidade e relações sociais no espaço digital. In: DIAS, Cristiane. **E-urbano: Sentidos no espaço urbano/digital** [online]. 2011. Disponível em: <<http://labeurb.unicamp.br/livroEurbano/index.htm>>. Acesso em dez.2011.

_____. Prefácio. In: _____. (org.). **Discurso, espaço, memória: caminhos da identidade no sul de Minas**. Campinas, SP: RG, 2011a.

_____. Os sentidos de uma estátua: Fernão Dias, individuação e identidade pousoalegrense. In: _____. (org.). **Discurso, espaço, memória: caminhos da identidade no sul de Minas**. Campinas, SP: RG, 2011b.

_____. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia – discurso eletrônico, escola, cidade. **Rua**, n, 16, v. 2. Campinas/SP, 2010.

_____. A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica. **Com Ciência** - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. 2007b. Disponível em <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=26&id=296>>. Acesso em: 10.abr. 2009.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009 [1999].

_____. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: FERREIRA, Maria C. L.; INDURSKY, Freda (Orgs.). **Análise de discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

_____. **Discurso e leitura**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação de sentidos. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. Do sujeito na história e no simbólico. **Escritos**, n. 4: Contextos epistemológicos da Análise de Discurso. Campinas, SP: Labeurb/Nudecri – UNICAMP, 1999.

_____. O próprio da Análise de Discurso. **Escritos**, n. 3: Discurso e Política. Campinas, SP: Labeurb/Nudecri – UNICAMP, 1998.

PAIM, Zélia Maria Viana. **O movimento dos sentidos**: da utopia à conversão. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS: UFSM, 2009.

PAYER, M. O. **Memória da língua**: imigração e nacionalidade. São Paulo: Escuta, 2006.

_____. A interdição da língua dos imigrantes (italianos) no Brasil: condições, modos, consequências. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Historia das idéias lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes/UNEMAT, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e interdiscurso. [1984] In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. (Textos escolhidos). Campinas, SP: Pontes, 2011 [1984].

_____. Foi “propaganda” mesmo o que você disse? [1979] In: ORLANDI, Eni P (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux (Textos escolhidos). Campinas, SP: Pontes, 2011.

_____; FUCHS, Catherine. [1975]. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Traduzido por Bethania Mariani et al. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2010.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD – 69). [1969]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Traduzido por Bethania Mariani et al. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2010.

_____. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Traduzido por Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: ed. UNICAMP, 2009 [1975].

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5 ed. Traduzido por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2008 [1988].

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. 2. ed. Traduzido por José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007 [1983].

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Traduzido por José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. n. 19. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990 [1982].

PETRI, Verli. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: DIAS, Cristiane; PETRI, Verli (Orgs.). **Análise de Discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM. [no prelo]

_____. De “Garganta do Diabo” para “Vale do Menino Deus”: reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público. **Rua**, n. 16, v. 1, Campinas/SP, junho de 2010b.

_____. Reflexões acerca do funcionamento das noções de língua e de sujeito no dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, n. 23/24, Campinas/SP, 2010a.

_____. **Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60**. Conferência de abertura da Semana Acadêmica de Letras da UFSM. Santa Maria, RS: UFSM, 2006.

_____. Algumas reflexões sobre discursividade, gramática e sintaxe. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria C. L. (Org.), **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

_____. Algumas reflexões sobre o sujeito nos estudos da linguagem. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, n. 13/14. Campinas, SP: Pontes, 2004a.

_____. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário**: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Ciro Martins. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2004b.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2278>>. Acesso em: dez.2012.

QUEIROZ, Adolfo; MANHANELLI, Carlos. Breve história dos slogans políticos nas eleições do Brasil republicano. **Signos do Consumo**. v. 1, n. 2, 2009, p. 101-122.

RUBIN, Dorvalino. Faxinal do Soturno e os 50 anos de sua igreja. Santa Maria, RS: Palotti, 1988.

SANTIN, Silvino. **A imigração esquecida**. Porto Alegre, RS: EST; Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1986.

SCHALLER, Jean-Jacques. Construir um viver junto na democracia renovada. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 147-164, jul./dez. 2002.

SCHERER, Amanda E. Os limites do real da língua e da história: do plano das ideias ao plano teórico (Apresentação). **Fragmentum**, n. 31, Laboratório Corpus, UFSM, out./dez. 2011.

_____. A casa miticamente comum. In: DIAS, Cristiane; PETRI, Verli (Orgs.). **Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM. [no prelo]

SCOTTA, Larissa. **Da enciclopédia enquanto um círculo que se fecha à Wikipédia enquanto uma rede que se abre: um gesto interpretativo**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS: UFSM, 2008.

SERRES, Michel. **Atlas**. Traduzido por J. Paz. Portugal: Instituto Piaget, 1994.

STURZA, Eliana. Política linguística: lugares teóricos, práticas de pesquisa e modos de atuação. **Anais do Celsul – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul**. UNISUL, Palhoça/SC, 2010.

VIEIRA, Pe. Antônio. **Sermão do bom ladrão**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000025pdf.pdf>>. Acesso: fev. 2012.

ZANDWAIS, Ana. Saberes sobre a identidade nacional: o processo de construção de um imaginário de cidadania durante o governo Vargas. In: FERREIRA, Maria C. L.; INDURSKY, Freda (orgs.). **Análise de discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

_____. Práticas políticas nacionalistas e funcionamento discursivo: totalitarismo, fascismo e nazismo. In: ZANDWAISS, A.; ROMÃO, L. M. S. (Orgs.). **Leituras do Político**. Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS, 2011.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil meridional**: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2006.

TEXTOS DE APOIO E OUTRAS REFERÊNCIAS

COUTO, Maria de Fátima Morethy. **ArtCultura**, v. 10, n. 17, p. 159-171, Uberlândia/MG, jul.-dez.2008. Disponível em:
<http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF17/M_Couto_17>.

ITAQUI, JOSÉ. Caderno Quarta Colônia, n. 142. Informe Comercial. **Jornal Diário de Santa Maria**, 24.abr.2009, Santa Maria/RS.

<<http://www.filosofia.com.br>>. Acesso em 15.jun.2012.

<<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 08.jun.2012.

<<http://www.google.com.br/imghp>>. Acesso em: jun.2012.

<<http://www.riogrande.com.br/turismo/quarta.htm/>>. Acesso em 10.jul.2011.

<<http://turismo.silveiramartins.rs.gov.br/>>. Acesso em: 29.abr.2012.

<http://1.bp.blogspot.com/_yN1yPI89w24/R4nxlgJDbsI/AAAAAAAAACM/C8cZ03inhwo/s1600-h/checkoslovakia.jpg>. Acesso em: set.2012.

<<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em dez.2012.

